

UNIVERSIDADE DE UBERABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO

GLAUCIA ELI DA SILVA

**TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR A
DISTÂNCIA: ESTADO DO CONHECIMENTO**

Uberaba – MG
2015

GLAUCIA ELI DA SILVA

**TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR A
DISTÂNCIA: ESTADO DO CONHECIMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação — Mestrado — da Universidade de Uberaba, como requisito final, para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Sálua Cecílio.

Uberaba, MG
2015

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

S38t Silva, Glaucia Eli da.
Trabalho docente no ensino superior a distância: estado do conhecimento / Glaucia Eli da Silva. – Uberaba, 2015.
140 f.: il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação, 2015.

Orientadora: Prof^a. Dra. Sálua Cecílio.

1. Ensino superior. 2. Trabalho. 3. Ensino a distância. I.
Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. II.
Título.

CDD 378

Glaucia Eli da Silva

**TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR A
DISTÂNCIA: ESTADO DO CONHECIMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 27/03/2015

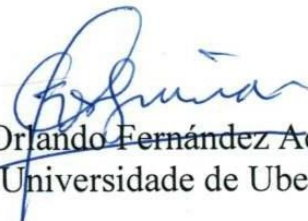
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Sálua Cecílio (Orientadora)
UNIUBE-Universidade de Uberaba



Prof. Dr. Daniel Ribeiro Silva Mill
UFSCar-Universidade Federal de São Carlos



Prof. Dr. Orlando Fernández Aquino
UNIUBE-Universidade de Uberaba

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela sua infinita bondade e misericórdia a nos amparar na realização dos nossos projetos de vida.

Aos meus pais, por terem me recebido e amado nessa vida. Pelo exemplo de luta e coragem. Por terem me apoiado sempre.

Aos meus filhos queridos:

Lívia Lys da Silva, pela sua coragem e disposição para viver a vida como ela se coloca.

Thaís Carolina da Silva Scalon, pelo seu carinho, sua dedicação, sua responsabilidade e compromisso comigo e com a vida.

Bruno Augusto da Silva Araújo, pela sua sensibilidade, sua paciência e companheirismo.

E por serem a razão da minha vida e de tudo que fiz até aqui.

À Prof^a Dr^a Sálua Cecílio, pela sua competência, firmeza e generosidade ao me orientar, desafiando-me a rever minhas verdades e mergulhar com humildade no universo da pesquisa.

À coordenadora do Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, Prof^a Dr^a Vânia Maria Vieira de Oliveira, por ter me incentivado a enfrentar mais esse desafio e pela excelência do seu trabalho.

Ao Prof. José Bento Alves, ex Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão da Universidade de Uberaba, pela sua compreensão, incentivo e apoio ao aceitar minhas tantas ausências do trabalho, para me dedicar a esse projeto de crescimento profissional.

Aos professores do Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, pelas ricas contribuições teóricas nessa jornada.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho Docente, Tecnologia e Subjetividade – GEPETTES, pela rica experiência como oficina de pesquisa.

Aos colaboradores da Secretaria do Programa de Mestrado da Universidade de Uberaba, pela gentileza e presteza.

Ao Prof. João Batista, pela sua generosidade ao trazer suas contribuições para a riqueza lingüística do texto.

À minha amiga Laudeth Alves dos Reis, pelo companheirismo e apoio nesse momento tão importante e delicado na minha vida profissional.

A todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desse trabalho.

Não é a consciência dos homens que determina a sua existência, mas, pelo contrário, é sua existência social que determina a sua consciência.

— MARX, 2008, p. 47.

RESUMO

Os avanços da educação a distância no Brasil e a necessidade de compreender suas influências na configuração da docência podem contribuir para ampliar o conhecimento e a consolidação de pesquisas sobre o trabalho docente na modalidade. Nesse sentido, esta pesquisa de caráter bibliográfico e enfoque qualitativo, do tipo estado do conhecimento, tem como objeto o trabalho docente no ensino superior a distância. Ela integra o Projeto Temático *Processo de trabalho, subjetividade e saúde de professores universitários no capitalismo flexível*, vinculado à linha de pesquisa “Desenvolvimento Profissional, Trabalho Docente e Processo Ensino-Aprendizagem”, do Programa de Pós-Graduação em Educação — Mestrado — da Universidade de Uberaba. O problema que a orienta é saber como a produção científica brasileira — no período de 2003-2013, na forma de artigos em periódicos qualificados em A1, na área da educação — trata a natureza e a organização do trabalho docente no ensino superior a distância? O objetivo geral é compreender como a modalidade de educação a distância afeta a natureza e a organização do trabalho docente no ensino superior. Trata-se de assim, identificar e explicitar cientificamente o que na produção teórica está posto em relação ao modo como o trabalho dos professores no ensino superior a distância está estruturado. Ou seja, o que eles fazem separados, o que fazem juntos, o que fazem em conjunto e quais as implicações daí decorrentes para o trabalho docente. Constituíram o referencial teórico as contribuições de: Castells (1999); Formiga; Litto (2009); Lazzarato e Negri (2001); Silva (2010); Mill (2010; 2012; 2014); Alves (2011); Lévy (1999); Moran (2002; 2011); Maia; Mattar (2007); Marx (2013); Harvey (2007); Dal Rosso (2008); Antunes (2013a e 2013b); Ianni (2002); Bardin (2011); Minayo (2007). A metodologia incluiu procedimentos de levantamento das publicações; catalogação do material; recorte, filtragem e seleção pelo título, leitura dos resumos e palavras-chave em relação ao objeto. O do material coletado foi submetido à análise de conteúdo com enfoque qualitativo e a partir de categorias temáticas, conforme Bardin (2011). Como resultados, chegou-se a um material constituído de 63 artigos publicados no Portal de Periódicos da CAPES e na base de dados da *Scientific Electronic Library Online* – SciELO, no decênio 2003/2013. Constatou-se que existem várias publicações sobre a educação a distância, porém, o foco se direciona às políticas públicas, às tecnologias da informação e comunicação (TIC) e à EaD em seus processos pedagógicos. No entanto, em relação ao trato do trabalho docente no ensino superior a distância em IES privadas, há carência de publicações classificadas em A1 que ensejem reflexões sobre a sua dinâmica e estrutura. O que há é o conhecimento de como ele se realiza a partir do contexto das instituições públicas. Os estudos demonstraram que o trabalho docente na EaD se (re)configura e torna-se mais complexo com a presença de tecnologias cada vez mais avançadas, a exigir do professor novos saberes que o fortaleçam em sua identidade profissional. Mostram-se necessárias pesquisas que possibilitem retratar a realidade do trabalho docente na EaD, em seus aspectos pedagógicos e sociológicos, principalmente nas IES privadas; além daqueles que retratem e se posicionem em relação à formação necessária ao professor para tal trabalho.

Palavras-chave: Trabalho Docente. Educação a distância. Ensino Superior.

RESUMEN

Los avances en la educación a distancia en Brasil y la necesidad de comprender su influencia en la configuración de la enseñanza pueden ayudar a ampliar el conocimiento y la consolidación de la investigación sobre el trabajo docente en el deporte. En este sentido, esta investigación bibliográfica y enfoque cualitativo, el estado tipo de conocimiento, tiene por objeto la labor docente en la educación superior a distancia. Es parte de la temática de Trabajo del Proyecto del proceso, la subjetividad y la salud de los docentes universitarios en capitalismo flexible, vinculado a la línea de investigación "Desarrollo Profesional, Enseñanza Trabajo y Enseñanza del proceso y el Aprendizaje" Programa de Estudios de Posgrado en Educación - Master - Universidad Uberaba. El problema es que los guías saben cómo la producción científica brasileña - el período de 2003-2013, en forma de artículos en revistas calificadas en A1, en la educación - trata de la naturaleza y la organización de la enseñanza en la educación superior a distancia? El objetivo global es entender cómo el modo de educación a distancia afecta a la naturaleza y la organización de la enseñanza en la educación superior. Es por lo tanto científicamente identificar y explicar lo que la producción teórica se establece en relación a cómo se estructura el trabajo de los docentes en la educación superior a distancia. Es decir, ellos se separan, lo que hacen juntos, lo que hacen juntos y cuáles son las implicaciones de esto para la enseñanza. Constituían el marco teórico, las aportaciones de: Castells (1999); Formiga y Litto (2009); Lazzarato y Negri (2001); Silva (2010); Mill (2010; 2012; 2014); Ahmed (2011); Levy (1999); Moran (2002; 2011); Maia; Mattar (2007); Marx (2013); Harvey (2007); Dal Rosso (2008); Antunes (2013th y 2013b); Ianni (2002); Bardin (2011); Minayo (2007). La metodología incluyó el levantamiento de los procedimientos de las publicaciones; catalogación del material; recortar, filtrar y selección por el título, la lectura de los resúmenes y las palabras clave en el objeto. El material recolectado fue sometido a análisis de contenido con enfoque cualitativo y de categorías temáticas, según Bardin (2011). Como resultado, hemos llegado a un material que consta de 63 artículos publicados en el Diario Portal CAPES y Base de Datos Scientific Electronic Library Online - SciELO, en la década 2003/2013. Se encontró que hay varias publicaciones sobre la distancia, sin embargo, el enfoque se dirige a las políticas públicas, la información y la comunicación (TIC) y la educación a distancia en los procesos de enseñanza. Sin embargo, en relación con el tratamiento de la enseñanza en la educación superior a distancia en IES privadas, existen pocas publicaciones clasificadas reflexiones A1 enseñem sobre la dinámica y estructura. ¿Cuál es el conocimiento de cómo se hace a partir del contexto instituciones públicas. Los estudios han demostrado que la enseñanza en DE (re) establece y se vuelve más complejo con la presencia de cada vez más tecnologías avanzadas requieren nuevos conocimientos docente que fortalezca en su identidad profesional. Parece ser necesario para permitir la investigación de retratar la realidad de la enseñanza en la educación a distancia, en los aspectos pedagógicos y sociológicos, especialmente en las instituciones privadas de educación superior; más allá de los que retratar y posicionarse en relación con la formación necesaria para el maestro para dicho trabajo.

Palabras clave: Enseñanza de Trabajo. Educación a distancia. Educación Más Alta.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Variação da Terminologia da EaD.	29
QUADRO 2 – Características dos Modelos da EaD.	41
QUADRO 3 – Composição de Equipes na EaD.	61
QUADRO 4 – Processo geral de busca de artigos na base de dados Portal de Periódicos da CAPES.	73
QUADRO 5 – Resultado final do processo de busca na base de dados <i>Scientific Electronic Library Online – SciELO</i>	75
QUADRO 6 – Resultado da Pesquisa de Classificação dos Periódicos no Sistema WebQualis.	76
QUADRO 7 – Categorização da Pesquisa sobre Trabalho Docente em EaD.	79
QUADRO 8 – Aspectos do Processo de Organização do Trabalho Docente.	85
QUADRO 9 – Modelos de EaD.	88

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Evolução do Número de IES de Ensino Superior 2002/2012 segundo Categoria Administrativa.	48
TABELA 2 – Evolução do número de Cursos de Graduação ofertados em IES Públicas e Privadas — 2002/2012.	49
TABELA 3 – Evolução de matrículas em EaD no período de 2009 a 2012.	50
TABELA 4 – Número de Funções Docentes em Exercício na Educação Superior, por Regime de Trabalho, segundo a Categoria Administrativa — Brasil 2001/2012	55
TABELA 5 – Etapas 01 e 1.2 do processo de coleta inicial no Portal de Periódicos da CAPES.	69
TABELA 6 – Etapa 02 do Processo de Coleta no Portal de Periódicos da CAPES.	69
TABELA 7 – Etapa 03 do Processo de Coleta no Portal de Periódicos da CAPES.	70
TABELA 8 – Etapas 04 e 4.1 do Processo de Coleta no Portal de Periódicos da CAPES	70
TABELA 9 – Etapa 05 do Processo de Coleta no Portal de Periódicos da CAPES.	71
TABELA 10 – Resultado da busca avançada no Portal de Periódicos da CAPES.	72
TABELA 11 – Resultado da Coleta de Material na base de dados SciELO.	74

GRÁFICO

GRÁFICO 1 – Demonstração da classificação dos artigos pelo Sistema WebQualis em relação à amostra total da pesquisa.	77
--	----

SUMÁRIO

PREÂMBULO.....	12
INTRODUÇÃO.....	18
1 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL.....	27
1.1 Conceitos e Terminologia em análise.	27
1.1.1 <i>Concepção, Conceito e Terminologia da EaD.</i>	31
1.1.2 <i>A questão espacial e temporal e sua importância para a terminologia da EaD.</i> ..	34
1.1.3 <i>A questão espacial na constituição do termo Educação a Distância.</i>	35
1.1.4 <i>A questão temporal na constituição do termo Educação a Distância.</i>	36
1.1.5 <i>Tecnologias da Informação e Comunicação e a constituição da Terminologia da EaD.</i>	37
1.1.6 <i>Educação On-line – EOL.</i>	40
1.1.7 <i>E então? Qual a terminologia adotada nesta pesquisa?</i>	43
1.2 Políticas Públicas e Expansão da EaD no Brasil.	43
1.2.1 <i>Expansão do Ensino Superior a Distância no decênio 2003/2013.</i>	47
2 TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	53
2.1 Trabalho Docente na Contemporaneidade: reconfigurações	53
2.2 Trabalho Docente na Educação a Distância: natureza e organização.	56
2.2.1 <i>Natureza do trabalho docente na EaD.</i>	58
2.2.2 <i>Organização do trabalho docente na EaD.</i>	59
3 A PESQUISA.....	64
3.1 Fundamentos.	64
3.2 Procedimentos Metodológicos.	67
3.2.1 <i>Primeira Etapa: coleta de dados.</i>	68
3.2.1.1 <i>Busca de Artigos publicados em periódicos no Portal de Periódicos da CAPES.</i>	69
3.2.1.2 <i>Segunda Etapa — Leitura e seleção dos artigos encontrados no Portal de Periódicos da CAPES.</i>	71
3.2.1.3 <i>Terceira Etapa — Busca base de dados ScientificElectronic Library Online – SciELO.</i>	74
3.2.1.4 <i>Quarta Etapa — Leitura e seleção dos artigos encontrados na base de dados ScientificElectronic Library Online – SciELO.</i>	75
3.2.1.5 <i>Quinta Etapa — Catalogação dos artigos selecionados.</i>	76
3.2.1.6 <i>Sexta Etapa — Procedimentos de Análise do conteúdo.</i>	78
3.3 Análise dos resultados e discussão — procedimentos.	80

4 TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA: ESTADO DO CONHECIMENTO.....	81
4.1 O que dizem as produções da área temática Trabalho Docente: conteúdos em destaque.	81
4.2 O que dizem as produções da área temática Educação a Distância.	86
4.3 O que dizem as produções da área temática Políticas Públicas.	94
4.4 Análise do resultado do levantamento.	99
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 101
 REFERÊNCIAS.....	 107
 APÊNDICE 1 — Levantamento bibliográfica no portal de periódicos da CAPES e na base de dados SciELO — 2003–13.	 115
 APÊNDICE 2 – Levantamento bibliográfica no sistema Webqualis.	 127
 APÊNDICE 3 – Resultado da Classificação dos periódicos “A1” e “A2”, por período de publicação.	 136
 APÊNDICE 4 – Quadro de Resultado da Classificação WebQualis dos periódicos “B1” e “B2”, por período de publicação.	 138
 APÊNDICE 5 – Trabalho docente no ensino superior a distância em instituições privadas.	 139

PREÂMBULO

Esse é o saber da experiência: o que se adquire no modo como alguém vai respondendo ao que vai lhe acontecendo ao longo da vida e no modo como vamos dando sentido ao acontecer do que nos acontece. No saber da experiência não se trata da verdade do que são as coisas, mas do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece.

— LARROSA 2001, p. 9.

O Ponto de Encontro entre a Pesquisadora e a Pesquisa

Nesta seção, considero importante me colocar enquanto sujeito e integrante da sociedade, e como professora e pesquisadora a percorrer uma trajetória de vida permeada por concepções de mundo, de vida e de escola, embasadas nas influências teóricas anteriormente conhecidas. Ou seja, alguém portadora de uma história e que, ao mesmo tempo, promove a história de outros e a sua própria história.

A partir daí, penso me fazer entender melhor, considerando a minha condição de professora, de pesquisadora e o lugar em que me encontrava antes de mergulhar na aventura da pesquisa, e as transformações que esse movimento agregou à minha identidade pessoal e profissional. Desta forma, acredito ter mais chances de atingir o objetivo de clarificar a identidade existente entre o tema pesquisado e a minha trajetória profissional, enquanto professora.

O Sentido e o significado do trabalho na construção da minha identidade profissional

O sonho de conseguir ser “alguém melhor” adveio de minhas origens familiares. Como a maioria das mulheres de classe média baixa, da minha idade, entre 45/50 anos, faço parte de um momento histórico em que se acreditava na educação como princípio fundamental para se vencer na vida. Ser alguém melhor partia da premissa de que era preciso estudar.

Assim, nossos pais trabalhavam “duro” para nos proporcionar as oportunidades de acesso ao caminho a percorrer, pois estava implícito, em seus desejos, que seríamos melhores colocadas profissionalmente do que eles. Logo, tornar-se um profissional reconhecido socialmente era um sonho não só meu, individualmente, mas dos meus pais também. Meu sucesso profissional retrataria o sucesso deles como incentivadores e gestores desse processo.

Para ser “alguém na vida” eram necessários dois passos inevitáveis: estudar e trabalhar. Desta forma, procurei renovar minhas metas de estudo a cada novo ano letivo. Ser ou estar entre os melhores alunos da sala era sempre meu objetivo. Fui alfabetizada em escola da zona rural, multisseriada. Aos nove anos, quando a família se mudou para a cidade, segui minha vida escolar em escolas públicas, até o ensino médio.

Aos doze anos, ingressei no primeiro trabalho, com carteira assinada, como operária de uma confecção. Nunca perdi de vista minhas metas nos estudos. Para isso, cumpria uma jornada de trabalho de 46 horas semanais e, nos intervalos de almoço, realizava minhas atividades escolares e estudava.

Aprendi, desde cedo, o que significa o trabalho como dimensão constitutiva do ser. O trabalho inicialmente representava um mecanismo de subsistência. Hoje, após as lições de Marx (2013), pude rever meus conceitos e apreender que é no trabalho que o homem se faz. Ele é o caminho para a autonomia. Pois, segundo o autor:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2013, p. 255).

E eu me fiz pelo trabalho, que sempre teve um lugar central na minha conformação identitária. A partir dele, fui construindo novas visões de mundo e novas histórias, que poderão um dia ser lidas nas histórias dos meus filhos.

A formação em Pedagogia e a trajetória de trabalho na educação

Após terminar o ensino médio, fiquei afastada da vida escolar devido a questões pessoais, durante dez anos. Tive filhos, ingressei no serviço público municipal na área administrativa e me casei. Novamente, com a crença de que estudar era fundamental para

chegar a posições melhores no trabalho e na vida, retornei aos estudos em 1992, no Curso de Graduação em Pedagogia.

Conclui a graduação em 1994 e continuei no serviço público municipal, na condição de concursada, como Supervisora Escolar. Nesse contexto, atuei na educação infantil e ensino fundamental. Em 2005, fiz especialização *Lato Sensu* em Psicopedagogia Institucional, pelo desejo de contribuir mais no processo de alfabetização dos alunos, sobretudo daqueles que apresentavam dificuldades de aprendizagem.

Em 2006, em função da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, a Educação a Distância vivia um momento de explosão na oferta de Cursos de Licenciatura e Pedagogia, visando a atender à meta da “Década da Educação”.¹ Foi quando recebi um convite para atuar em uma instituição de ensino superior privada, uma das primeiras instituições privadas a ofertarem a educação na modalidade a distância, no interior de Minas Gerais.

Àquela época, a metodologia de ensino do projeto de educação a distância da instituição em que trabalhava era de formatação híbrida, com encontros presenciais para aulas e oficinas. O material era impresso com as leituras indicadas, e as atividades realizadas a distância. No regime de trabalho docente era adotada a contratação, sem vínculos empregatícios, para se ministrarem as aulas presenciais em todos os polos de educação a distância vinculada à Universidade. O contrato era como professor convidado para cada fim de semana em que ministrava aulas.

As aulas aconteciam aos finais de semana, com uma carga horária de 16h, aos sábados e domingos. Nessa época, entre 2006 e 2007, eu viajei como professora convidada por quase todas as regiões do Brasil: Espírito Santo, Bahia, Sul de Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal e São Paulo. Ao longo do período, elaborei o material na forma de slides e/ou impressa e ministrei aproximadamente 300 aulas.

Em 2007, fui convidada a participar do processo seletivo e ingressei na equipe da Educação a Distância da Universidade, na função de preceptora (mais conhecida como tutoria) no curso de Pedagogia. Naquela época, o papel do preceptor tinha então uma relação muito estreita com as funções do docente, uma vez que tal figura não era caracterizada no projeto da IES. Portanto, existiam os professores convidados, que ministravam as aulas presenciais; os professores autores, que escreviam o material didático-pedagógico, e o preceptor, que se colocava diretamente com o aluno. Dentre as funções desempenhadas por

¹ “TÍTULO IX – Das Disposições Transitórias. Art. 87º. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei. Com esta recomendação todas as escolas deveriam adequar e garantir a formação no Ensino Superior de todos os professores que iriam atuar na educação infantil e ensino fundamental” (BRASIL, 1996).

ele (o preceptor), constavam o planejamento e a execução das oficinas de aprendizagem presenciais para reflexão em torno dos conteúdos estudados; a correção das atividades a distância; o lançamento das notas no sistema acadêmico e atendimento aos alunos, presencialmente ou por e-mail, auxiliando-os a dirimir suas dúvidas; a validação e orientação das atividades de estágio, estudos complementares e os trabalhos de conclusão do curso. Ainda nos dias atuais, esta nomenclatura (preceptor) perdura na IES onde atuei, com funções redefinidas que se aproximam mais das desempenhadas pelo tutor.

A primeira turma que assumi como preceptora tinha 60 alunas, para a qual eu tinha um contrato de trabalho administrativo, com 10h semanais. Um ano depois, assumi a função de Coordenadora de Referência no curso de Pedagogia. O trabalho consistia em realizar o acompanhamento acadêmico e administrativo de polos por região. Eu respondia pelas regiões do Pará, Samambaia (DF), Itabuna e Teixeira de Freitas (BA), Governador Valadares, Timóteo, Teófilo Otoni, Ponte Nova (MG) e Quirinópolis (GO), com um universo de dois mil alunos matriculados. Nesse ano (2007), a carga horária passou para 30h semanais. Da função que eu ocupava, era necessário entender todas as etapas do processo de ensino na EaD. Iniciou-se então uma importante experiência a partir do trabalho coletivo, que exigiu da minha parte o desenvolvimento do olhar sistêmico sobre a organização do ensino nessa modalidade.

Em 2008, com a avaliação do Ministério da Educação – Secretaria de Educação a Distância, a Universidade passou por uma avaliação sistêmica e precisou atender às solicitações do “Termo de Ajuste”. Nesse período, foram feitas adequações no material didático e na forma de correção das avaliações presenciais. Os conteúdos do curso de Pedagogia foram reescritos, e as avaliações presenciais e atividades a distância reelaboradas e inseridas no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, com uma nova dinâmica de acompanhamento docente e correção. Com a minha experiência e atuação, foi possível contribuir na elaboração dos materiais didáticos com vários conteúdos em forma de capítulo de livro.

Com as exigências feitas, mudou-se a organização do trabalho docente, inclusive no que diz respeito às formas de contrato de trabalho. Todos os professores com contratos administrativos foram recontratados com contratos de trabalho mistos (50% docência e 50% administrativo). Então me tornei oficialmente docente no Curso de Pedagogia a Distância com carga horária de 20h como docente. O contrato administrativo continuou com 20h.

Em 2009, fui convidada a assumir a coordenação do primeiro curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* na modalidade a distância na mesma instituição. Era outro contexto, nova proposta pedagógica, com outras tecnologias e em outro nível de ensino — a Pós-

Graduação *Lato Sensu*. Aceitei o desafio e me debrucei na elaboração do Projeto Pedagógico, seleção de professores (contratados temporários, por tarefa executada), elaboração do material e formação dos professores para a escrita dos materiais e para as aulas *on-line*, via satélite.

Tratava-se de uma formação *on-line*, com tecnologias mais avançadas: aulas *on-line*, com interação aluno-professor em tempo real por *chat*. O material didático se constituía de textos, vídeos, imagens, atividades no ambiente virtual na formatação assíncrona. As aulas *on-line* eram inicialmente ministradas em estúdio equipado com tecnologias de ponta, em São Paulo, e transmitidas via satélite para 34 polos integrantes do projeto. Na função de coordenadora, acompanhei todo o processo, assumi o módulo inicial do curso, como professora responsável por um dos módulos para o qual escrevi o material e ministrei as aulas *on-line*. Esta foi a forma que encontrei de aprender a fazer, para depois assumir a posição de coordenadora daqueles professores que viriam se somar ao grupo. Durante três anos, de 2010 a 2013, atuei como docente e acompanhei o curso nos seus aspectos — administrativo e pedagógico — assistindo a todas as aulas no polo do Campus da Universidade, como apoio aos demais polos e aos alunos.

Assim que assumi a coordenação do curso de pós-graduação em Psicopedagogia a Distância, veio, no bojo, a coordenação geral da pós-graduação *Lato Sensu* Presencial da Universidade. Deixei assim a sala de aula e a coordenação do curso de graduação em Pedagogia para assumir a pós-graduação. Licenciei-me do cargo público no município, no qual tinha a função de diretora do Departamento de Inclusão Educacional e Diversidade — cargo em comissão — e dediquei tempo integral ao novo projeto.

A intensidade com que me dediquei ao trabalho na EaD em diferentes funções — professora, autora de materiais didáticos impressos, preceptora e coordenadora do curso de Graduação em Pedagogia; professora e autora de materiais *on-line*, coordenadora do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* e Psicopedagogia — me possibilitou mergulhar cada vez naquela realidade permeada por diferenças culturais. Acompanhar o empenho da equipe de professores e preceptores na construção do conhecimento dos alunos, na sua maioria professoras, que mais tarde somariam o resultado desse processo em suas identidades profissionais, despertou em mim o desejo de mergulhar na árdua e necessária tarefa do saber mais. E assim, como tem sido na maioria das realidades dos professores que atuam na EaD, a prática foi me levando ao aprendizado. Faltava a pesquisa sobre o trabalho docente nesta modalidade. Aprender mais sobre a EaD passou a fazer parte dos meus planos e contribuiu na minha decisão de me tornar uma estudiosa da temática.

O tempo passou, e percebi que meu projeto pessoal de formação continuada estava seriamente comprometido. Para ele faltava tempo, faltavam horas e dias nos anos letivos pelos quais eu passei na última década. Enfim, em 2013/2014, o mestrado em Educação, um sonho antigo, ganhou prioridade na minha vida. Ao me colocar nesse espaço, onde finalmente apresentarei os resultados dessa difícil empreitada, fiz questão de detalhar todas as funções que exerci na modalidade de Educação a Distância para, finalmente, explicar as razões pelas quais escolhi esse objeto de pesquisa: o trabalho docente no ensino superior na modalidade a distância.

Em um contexto de tantas mudanças como a EaD, entendi que era fundamental procurar compreender se e como a modalidade de educação a distância afeta o trabalho docente no ensino superior. E mais, senti necessidade de compreender melhor como essa questão tem sido tratada na literatura nas últimas décadas.

Esse universo em que estive totalmente imersa nos últimos anos me proporcionou muitas experiências práticas na área da educação na modalidade a distância, mas pouco tempo de reflexão e revisão de princípios teóricos, fundamentais a qualquer projeto de trabalho na educação. É nessa lacuna que se situa o ponto de encontro entre a pesquisadora e a pesquisa. Sempre passei para minhas alunas do curso de Pedagogia a concepção de que toda prática deve estar ancorada em uma fundamentação teórica consistente. E que estes dois pilares — teoria e prática — não se firmam separadamente, um sem o outro. E, finalmente, que a boa prática deve servir de subsídio para se reescreverem as teorias.

De repente aqui estou eu, no decorrer do processo desta pesquisa, reconstruí minha própria história, refleti, revi conceitos, descobri o que está posto na literatura sobre o trabalho docente na EaD e, ao final, deixo minha contribuição para o campo teórico desta área. E mais: retomo por outras lentes o que, pela prática, um dia aprendi a ver de um modo que hoje pode ser reinterpretado.

Da existência à consciência, fui me formando...

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem-se percebido um avanço acelerado na oferta de cursos superiores na modalidade a distância no Brasil. O Censo do Ensino Superior de 2012, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP² demonstra a evolução de matrículas em cursos de graduação nessa modalidade de ensino. A pesquisa comprova que o número de alunos matriculados na modalidade de educação a distância evoluiu de 40.714 em 2002 para 1.113.850 em 2012. Portanto, em dez anos, houve um aumento de 1.073,136 matrículas em cursos de graduação no ensino superior a distância.

São muitas as razões que colaboram para essa evolução. Dentre elas, estão: o avanço das tecnologias de comunicação e informação, sobretudo no que diz respeito à internet; as políticas públicas de incentivo ao acesso de alunos ao ensino superior a partir de programas como o PROUNI e FIES. Esta evolução também pode ser apontada como fator importante para a mudança no perfil dos profissionais oriunda da nova fase da economia capitalista.

Segundo Fialho e Torres (2009), esse movimento pôde ser mais notado a partir da década de 80, com o incremento das tecnologias de comunicação e informação – TIC, que trouxeram ao contexto educacional brasileiro, em especial ao ensino superior, novas possibilidades para a estruturação de projetos pedagógicos facilitados a partir dos recursos oferecidos pela internet, com a utilização de redes sem fio. Esse movimento foi denominado pelos autores de “terceira geração de EaD no Brasil”.

Isso significa reconhecer que a evolução tecnológica influenciou diretamente o desenvolvimento do processo de ensino na modalidade a distância. Pois, à medida que tecnologias mais avançadas favorecem maiores possibilidades de interatividade entre aluno/professor, encurtam a distância entre eles e oferecem mais possibilidades para a efetivação dos processos de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, pode-se afirmar que estas tecnologias facilitam o processo de ampliação da EaD e são fatores que influenciam a reconfiguração do trabalho docente nesta modalidade de educação.

É importante ressaltar que a transformação social do trabalho apontada no contexto da educação a distância não é aqui considerada somente em função das tecnologias da

² Censo da Educação Superior de 2012 realizado pelo INEP, disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2013.

informação e da comunicação (TIC), pois, se assim o fosse, estar-se-ia sugerindo que essa [a transformação social do trabalho] surge em sua consequência. Há outros fatores envolvidos nesse contexto, que merecem ser considerados, como a criatividade e iniciativa empreendedora.

Sendo assim, faz-se necessário investigar e clarificar a influência da tecnologia inserida num contexto mais amplo da economia que se analisa a partir da globalização, enquanto movimento que nos remete a uma visão ampliada em torno das novas formas de organização social, da formação da sociedade em rede e sua influência sobre o trabalho docente. É o que o conceito de sociedade em rede permite constatar e por isso aqui serve de referência para a análise de como ocorrem e se consolidam as principais mudanças técnicas, sociais e educacionais a ela relacionadas. Pois, há uma relação muito estreita entre a modalidade de educação a distância e a evolução da sociedade a partir da sua estruturação em rede.

Nesse contexto se estabelecem avanços e, conseqüentemente, a ampliação na oferta de cursos na EaD que tem apresentado exigências e implicações mais evidentes sobre o trabalho docente, principalmente, sobre o delineamento do perfil do professor, a natureza e as condições de seu trabalho. Estas, por sua vez, também se afirmam de forma distinta e indiscutível no cenário brasileiro, se considerados os modelos convencionais de ensino e educação. Os dados estatísticos mais recentes, apontados nas pesquisas realizadas pelo INEP³ em 2012, indicam que o percentual de alunos matriculados no ensino superior a distância representou mais de 15% em relação aos alunos matriculados em graduação no País, entre 2011/2012. Dentre eles, 40,4% estão matriculados em cursos de licenciatura, sinalizando, dentre outros fatores, a relevância desta modalidade de ensino no processo de formação de professores da educação básica.

Essa tendência se ampliou após a publicação do Decreto nº 5.622 (2005) que, regulamentando o art. 80 da LDB (1996), explicitou as normas para a implantação e funcionamento da educação na modalidade a distância. A partir desse documento, o MEC, além de considerar a importância da utilização dos meios da tecnologia de comunicação e informação para efetivar o processo de ensino-aprendizagem, determinou a aplicação dessa modalidade de ensino em todos os níveis da Educação.

³ Fonte: Portal do INEP. Disponível em:
<http://portal.inep.gov.br/c/journal/view_article_content?groupId=10157&articleId=115954&version=1.6>. Tab.B. Acesso em: 20 out. 2013.

No que diz respeito ao quadro geral de expansão da EaD no Brasil, pode-se afirmar que ela vem destacando-se de forma mais expressiva nas últimas décadas, após a promulgação da LDB (1996), principalmente para atender à formação de professores do Ensino Básico, conforme o reconhece Moran (2002, p. 251–2):

A partir de 1998, observa-se um crescente envolvimento de Instituições de Nível Superior com cursos na modalidade a distância. As solicitações de autorização ao Ministério da Educação foram, em sua grande maioria, 80%, para cursos de graduação de formação de professores, principalmente de Pedagogia e Normal Superior. Os atuais professores do ensino fundamental são o público alvo principal destes cursos, na medida em que sejam afetados pelo artigo 87, § 4º, da LDB, o qual estabelece que, até o final da Década da Educação, ou seja, 2006, somente serão admitidos “professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”. Estima-se que essa exigência legal tenha motivado uma demanda pontual da ordem de 700 mil novas vagas.

Mesmo que a intenção (a de que todo professor do ensino fundamental tivesse formação em graduação) tenha sido um sonho acalentado naquele momento histórico e depois alterado para ajustar-se à realidade educacional dos dias atuais, aquele momento foi crucial para despertar o interesse das IES, sobretudo das instituições privadas, e desencadear um significativo processo de expansão dessa modalidade de ensino no Brasil.

Hoje, após uma década de experiências, é possível afirmar que a EaD, além de continuar contribuindo para a formação de professores, se fortalece também em outras áreas com o auxílio de tecnologias cada vez mais avançadas e provoca mudanças substanciais na educação como um todo. Segundo Moran (2011, p. 46):

Depois de uma década e experimentação, o ensino superior a distância encontra-se numa fase de crescimento intenso, de consolidação pedagógica e de intensa regulação governamental, com diretrizes específicas. A EaD é cada vez mais complexa porque está se difundindo em todos os campos, com modelos diferentes, rápida evolução das redes de mobilidade tecnológica, por causa da abrangência dos sistemas de comunicação digitais.

Essa evolução na trajetória da EaD pode ser constatada a partir de dados apontados no Censo EaD (2012/2013), realizado pela Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED sobre a oferta de cursos superiores nesta modalidade. Aqueles dados indicaram que, em 2012, foram ofertados 1.110 cursos na área de educação. Na pesquisa foram analisados também os dados do INEP (2012), relativos aos alunos matriculados em EaD e na área de educação. O resultado apontou que, dos 5.746.762 alunos matriculados no ensino presencial, 992.927 estavam em cursos de EaD. Desses últimos, 428.277 encontravam-se na área da

Educação. Ainda de acordo com a pesquisa, em 2012, houve, em relação a 2011, um aumento de 52% no número de matrículas na educação a distância de modo geral, nas diferentes áreas do conhecimento. Esse percentual comprova mais uma vez a acelerada expansão dessa modalidade de ensino nas últimas décadas e justifica a preocupação com a reconfiguração do trabalho docente nesse contexto.

Os dados mencionados argumentam a favor da expansão no processo de educação a distância no Brasil e postulam, conseqüentemente, a necessidade de compreender seus aspectos centrais e, dentre eles, o trabalho docente, a sua natureza e organização, além dos conceitos sobre a modalidade de educação a distância que vêm sendo reforçados ao longo do tempo. Esses conceitos se embasam em teorias pedagógicas e carregam em si diferentes concepções e formas de se fazer a educação, com reflexos balizadores do processo de ensino a distância.

O trabalho docente também é afetado por estas e outras concepções de fundo e que sustentam um modo de conceber e realizar o ensino. Sendo assim, é questão fundamental dessa pesquisa compreender as formas de trabalho que se concretizam na modalidade de educação a distância e suas condições no contexto de instituições de ensino superior. A preocupação é evidenciar como esses aspectos do trabalho docente têm sido tratados na literatura na última década e, a partir do resultado, favorecer a visualização do panorama de publicações científicas em relação à problemática.

Em se tratando de um estudo que evidencia o estado do conhecimento no que se refere à questão proposta, este tipo de pesquisa se justifica porque, além de contribuir para identificar tendências no campo temático, ela pode representar um passo avante para ressaltar a importância de se ampliarem estudos científicos sobre o trabalho docente no ensino superior na modalidade EaD, em tempos de reestruturação do trabalho, das formas de sua organização e ênfase de sua natureza como trabalho imaterial e produtivo. Nesse sentido, ao evidenciar o que está posto cientificamente, é possível oferecer contribuição para a formação de posicionamentos teóricos que contribuam para o estabelecimento de uma visão crítica sobre as questões do trabalho na sociedade contemporânea. Sendo a EaD ainda relativamente nova, a partir desse mapeamento, abrem-se caminhos para que se evidenciem os avanços e lacunas presentes na literatura ainda carente de mais pesquisas.

A educação a distância é, por definição, o processo feito por um professor que se encontra distante do aluno que aprende, no sentido espacial e/ou temporal, utilizando-se de diferentes tecnologias para a concretização da aprendizagem pretendida, conforme o exposto no Decreto 5.662 (BRASIL, 2005):

[...] caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

Portanto, na EaD, há um trabalho docente direcionado, por uma concepção de ensino adotada pelas instituições superiores promotoras desta ação, e que merece ser clarificado. Daí a importância social de pesquisas que ofereçam o panorama de produções sobre o trabalho na EaD no contexto contemporâneo.

As inovações tecnológicas aplicadas à EaD requerem dos que nela atuam como docente, formação diferenciada, que lhes garanta não só o papel de ator secundário, exercendo um trabalho precarizado, entendido como mão de obra e de menor custo, em um processo atravessado por “sub-funções” como tutor ou preceptor, como docente no ambiente virtual.

Observada a literatura sobre a EaD, percebe-se que, no exercício do trabalho docente nessa modalidade, muitos professores conseguem desenvolver as ações propostas e se adequar às tecnologias digitais. A maioria, porém, sem compreender a devida dimensão das mudanças a serem implementadas no seu desenvolvimento profissional como docente no ensino superior, se deixa levar pelo contexto e se reduz ao papel de executor de tarefas determinadas pelos modelos institucionais e/ou pedagógicos.

Nesse sentido, é preciso entender o que se espera do profissional docente no contexto de atuação da EaD é manter-se atento aos desafios relativos ao que representa trabalhar nessa modalidade da educação. Professores que assumem o desafio de trabalhar nesta área precisam estar abertos a mudanças, porém procurando incorporar reflexões sobre a importância do seu trabalho e as exigências de aprendizagem permanente. Diante disso, importam as questões inerentes ao contínuo exame sobre o trabalho a ser desenvolvido como docentes, sob pena de perderem os seus referenciais básicos de conhecimento, interação e relação com o outro, requisitos indispensáveis à ação docente. Uma vez isso levado em consideração e Partindo-se do princípio de que existem especificidades inerentes à EaD no que tange à concepção da educação contemporânea, bem como no relacionado aos procedimentos didáticos necessários ao processo de ensino e aprendizagem nessa modalidade, e ainda considerando-se que há um trabalho docente aí imbricado, o problema dessa pesquisa é saber **como a produção científica brasileira — no período de 2003-2013, na forma de artigos em periódicos qualificados em A1 — trata a natureza e a organização do trabalho docente no ensino superior a distância.**

De modo especial, importa explicitar cientificamente o que na produção teórica está posto em relação ao trabalho docente na EaD. Em outras palavras, como na literatura está indicado o que os professores fazem separados, o que fazem juntos e o que fazem em conjunto, e quais as implicações que daí decorrem para o exercício da docência.

A partir da ideia de que existem diferenças significativas para a atuação docente nos dois contextos — sala de aula presencial e sala de aula a distância — e que ambas se materializam nas diferentes configurações do trabalho docente realizado na EaD, constitui **objeto** desta pesquisa — **o trabalho docente no ensino superior a distância**. Busca-se assim melhor compreender as implicações e as possibilidades que a educação a distância representa para o trabalho docente do século XXI.

Objetivo Geral e Objetivos Específicos

Elegeu-se como objetivo geral da pesquisa **compreender, a partir da produção científica da última década — 2003/2013 — como se define o trabalho docente no ensino superior a distância quanto à sua natureza e organização**.

Os objetivos específicos eleitos para investigar esta questão são:

a) Analisar como tem sido tratado o trabalho docente no ensino superior a distância quanto à sua organização. Existem especificidades que diferenciam o trabalho docente na modalidade presencial em relação ao trabalho docente na modalidade EaD? Quais seriam elas?

b) Compreender se e como a modalidade de educação a distância afeta a natureza e a organização do trabalho docente no ensino superior e como tais questões têm sido evidenciadas na literatura da última década.

c) Contribuir para a reflexão crítica do educador sobre a importância da relação educação/ trabalho/sociedade no contexto de globalização e da sociedade em rede.

Metodologia

A metodologia tomou como material os artigos publicados no Portal de Periódicos da CAPES e na base de dados *Scientific Electronic Library Online* – SciELO. Os procedimentos incluíram:

a) levantamento das publicações, tomando-se como termos descritores: trabalho docente, ensino superior e ensino superior privado, ensino a distância, educação a distância, tecnologias e educação, trabalho docente em EaD e trabalho flexível;

b) catalogação do material em grupos segundo a classificação no Sistema WebQualis do Portal de Periódicos da CAPES;

c) recorte, filtragem e seleção pelo título, leitura dos resumos e palavras-chave em relação ao objeto;

d) análise qualitativa dos conteúdos, conforme as áreas temáticas mais evidenciadas nas publicações encontradas, como: trabalho docente, educação a distância e políticas públicas. A partir dessas áreas temáticas, se elegeram as categorias de análise, assim colocadas: 1) Quanto à área temática *trabalho docente*: a) globalização, reestruturação produtiva e trabalho docente; b) capitalismo e trabalho; c) processo de trabalho imaterial. 2) Quanto à área temática *educação a distância*: a) processo pedagógico; b) tecnologia. 3) Quanto à área temática *políticas públicas*: a) ensino superior; b) qualidade em discussão.

Para a análise, tomou-se como referência o materialismo histórico, considerando que ele “[...] representa o caminho teórico que aponta a dinâmica do real na efervescência de uma sociedade” (MINAYO, 2007, p. 107–8). A partir dessa visão que dimensiona o homem em suas relações sociais e históricas, é fundamental que se busquem, no contexto social e econômico, conteúdos e características que possibilitem compreender as novas formas de organização do trabalho.

O referencial teórico parte das contribuições que possibilitam a compreensão e análise da problemática sob os seguintes enfoques:

a) Educação a distância: Formiga e Litto (2009) — o estado da arte na educação a distância fornece ampla discussão do processo e crescimento da educação nesta modalidade; Silva (2010) — educação on-line EOL, a interatividade em espaços virtuais de aprendizagem como característica de um modelo de EaD mais interativa e colaborativa; Moran (2002; 2011) — a EaD como mecanismo de democratização da educação, a evolução dessa modalidade de ensino no Brasil e os modelos de educação a distância; Maia e Mattar (2007) — educação a distância em seus diferentes momentos; Mill (2010; 2012; 2014) — para compreender a docência virtual no contexto da EaD em sua dinâmica e complexidade, sobre o trabalho docente e sua caracterização em espaços virtuais.

b) Trabalho e sociedade contemporânea: Castells (1999) — a sociedade em rede, a relação tecnologia e sociedade, as transformações no mercado do trabalho, globalização da economia e reestruturação capitalista; Lazzarato e Negri (2001) — as transformações no trabalho no pós-fordismo, o trabalho imaterial; Alves (2011) — as dimensões da reestruturação produtiva no capitalismo flexível, o trabalho vivo, a captura da subjetividade como representação do novo modelo de produção do capital; Marx (2013) — trabalho e capital, o processo de

trabalho; Harvey (2007) — as transformações político-econômicas do Séc. XX, o fordismo, acumulação flexível; Dal Rosso (2008) — a intensificação do trabalho na sociedade contemporânea, aspectos que compõem a diferenciação entre produtividade e intensidade do trabalho; Antunes (2013a; 2013b) — trabalho, materialidade e imaterialidade do trabalho e valor; proletariado e classe trabalhadora; Ianni (2002) — a globalização e a nova organização da sociedade, formas e poder global, desterritorialidade da economia.

c) *Tecnologias da Comunicação e Informação – TIC*: Lévy (1996; 1999) — cibercultura, a compreensão da nova cultura emergente a partir da rede digital possibilitando a conexão de todos a tudo, o ciberespaço como espaço de comunicação aberta, o espaço virtual.

d) *Metodologia da Pesquisa*: Bardin (2011) — no que se refere à análise de conteúdo; Minayo (2007) — a dialética marxista, a pesquisa qualitativa, métodos e técnicas da pesquisa qualitativa, a combinação entre pesquisa qualitativa e quantitativa, análise de conteúdo.

A dissertação está estruturada em quatro seções que, ao final, representam o conjunto de reflexões capazes de responder ao objetivo proposto.

No Preâmbulo — *O Ponto de Encontro entre a Pesquisadora e a Pesquisa* delinea a trajetória de formação profissional da pesquisadora com o objetivo de informar o contexto em que ela se encontra do ponto de vista profissional e a sua sintonia com o objeto da pesquisa.

A Seção 1 — *Educação a Distância no Brasil* aborda a Educação a Distância na sociedade contemporânea e sua influência no cenário educacional brasileiro. O objetivo é refletir sobre questões fundamentais para quem pretende conhecer ou pesquisar sobre essa modalidade de ensino, tais como: a terminologia mais adequada para designá-la, os conceitos a ela atribuídos e as políticas públicas que a amparam.

A Seção 2 — *Trabalho Docente na Educação a Distância* trata de aspectos relativos à nova forma de organização da sociedade contemporânea, que incide de maneira sistemática sobre a natureza e a organização do trabalho. Em especial, delineiam-se os pontos cruciais da relação capitalismo e modos de organização da economia que sustentam o trabalho docente no ensino superior na sociedade contemporânea. Ou seja, trata-se de discutir em que nível as reformas impetradas pelas transformações no seio da sociedade capitalista afetam o trabalho docente no ensino superior a distância.

A Seção 3 — *A Pesquisa* expõe a metodologia da pesquisa em sua contextualização, fundamentos, operacionalização e resultados. Ao apresentar o percurso metodológico realizado são objetivos desta seção: descrever a trajetória realizada para a coleta, o mapeamento e a análise dos dados; demonstrar de forma sistematizada as fases realizadas nessa direção.

A Seção 4 — *Trabalho Docente no Ensino Superior a Distância: estado do conhecimento* apresenta-se o resultado da pesquisa considerada como estado do conhecimento. Explicita-se o que está posto nas publicações em forma de artigos publicados em periódicos com classificação “A1”, pelo Sistema WebQualis, com vistas a contribuir na construção de um referencial que favoreça a visualização de questões fundamentais ao contexto do trabalho docente na EaD.

Nas *Considerações Finais* explicitam-se como as publicações analisadas corresponderam aos objetivos e à problemática da pesquisa, ou seja, se há alterações no trabalho docente na EaD quanto à sua natureza (dinâmica de trabalho, processo de desenvolvimento profissional) e organização (processo de estruturação das atividades docentes, naquilo que os professores fazem juntos, separados ou em conjunto). Ao mesmo tempo, sugerem-se caminhos, dicas e questões para novas pesquisas a serem realizadas no sentido de trazer à tona especificidades integrantes do processo de trabalho docente no ensino superior a distância.

Importa dizer que a trajetória da pesquisa foi suscitando temas e interesses que podem corresponder às expectativas e interesses dos professores, tanto do presencial quanto daqueles que atuam na EaD. Para aqueles que desejam assumir compromissos nesta modalidade de educação, o conteúdo desta pesquisa ajudará na sua compreensão quanto às questões relativas à sua concepção, organização pedagógica e o processo de ensino-aprendizagem em sua concretização. É possível ter a compreensão quanto à complexidade da EaD e do trabalho realizado nesta modalidade, mas ao mesmo tempo oferece possibilidades de se perceber os desafios e as oportunidades que se colocam ao trabalho docente no Séc. XXI. De maneira geral, a pesquisa representa um importante referencial para a compreensão do trabalho docente em tempos de modernidade.

1 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

Nessa seção será abordada a Educação a Distância na sociedade contemporânea e sua influência no cenário educacional brasileiro. O objetivo é refletir sobre questões fundamentais a toda pessoa que pretende conhecer ou pesquisar sobre essa modalidade de ensino, tais como: a terminologia mais adequada para designá-la, os conceitos a ela atribuídos e as políticas públicas que a regulam. De modo especial, será apresentada a evolução da EaD em números na última década, visando dimensionar a trajetória de sua expansão no cenário educacional brasileiro, para então procurar compreender os seus impactos no trabalho docente, considerando o estado do conhecimento sobre a questão.

1.1 Conceitos e Terminologia em análise

A terminologia e o conceito sobre um determinado assunto ou área constituem aspectos de suma importância. No caso da EaD, estes carregam em si ideologias que norteiam a concepção e a metodologia adotadas no processo pedagógico de ensino-aprendizagem nesta modalidade, em diferentes momentos históricos. Desse modo, a terminologia reflete concepções de mundo, do ser humano e de educação a serem analisadas e compreendidas por quem pretende ou se dedica à área, ao tema e à modalidade.

Quanto ao que se toma como conceito da EaD, será considerado nesta pesquisa o expresso no art. 1º do Decreto nº 5.622 (BRASIL, 2005) que regulamentou o art.80 da LDB (BRASIL, 1996), explicitando as normas para a implantação e funcionamento da educação na modalidade a distância.

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

A partir desse documento, além de trazer o conceito de EaD, o MEC indica os recursos tecnológicos como mediadores necessários ao processo de ensino e aprendizagem nesta modalidade, bem como os procedimentos pedagógicos a serem adotados, por se tratar de

um modelo de educação que se dá em tempo e espaço diferenciado daquele ocorrido no presencial. Portanto, a concepção de educação a distância e a sua metodologia estão devida e legalmente firmados na legislação.

Em relação à terminologia, pode parecer óbvio falar desse aspecto após tantos anos de discussão sobre esta modalidade de educação. Para estranheza da pesquisadora, porém, um dos primeiros desafios ao iniciar o processo de coleta de dados foi descobrir qual seria a terminologia mais adequada, entre tantas encontradas: EaD, EAD, Educação a Distância, Ensino a Distância ou Educação *On-line* (EOL)? E mais, existiriam outros termos pelos quais se denomina a modalidade de educação a distância?

Se utilizadas todas estas terminologias como termos descritores no Portal de Periódicos da Capes, na forma de busca aleatória, sem nenhum critério de refinamento, encontram-se resultados para todas. Para algumas das terminologias os resultados se apresentam em menor número e para outras em números mais expressivos, como se pôde constatar: Educação a Distância (2.626); Ensino a Distância (1.951); EAD (24.480); Educação on-line (1.066). Tal constatação justifica trazer essa discussão para a pesquisa.

Além disso, a opção por realizar aqui a discussão sobre a terminologia de educação a distância surgiu por entender sua fundamental importância, em razão do objeto de estudo proposto na pesquisa: a natureza e a organização do trabalho docente no ensino superior a distância. A questão primeira é saber como tratar de aspectos tão importantes na modalidade de educação a distância, sem antes clarificar a terminologia que a expressa.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica,⁴ do tipo “estado do conhecimento”, a partir da qual se apresenta o conhecimento expresso nas produções científicas, na forma de artigos publicados, na década de 2003 a 2013, em periódicos cientificamente reconhecidos. Por meio dela se busca mapear e discutir a produção e o tratamento destinado ao trabalho docente na modalidade a distância. Daí ser fundamental explicitar as razões da escolha de uma concepção e da terminologia Educação a Distância, conhecida e popularizada como EaD, e não outra, bem como as razões de sua escolha.

Formiga (2009), em seu estudo sobre a terminologia em EaD, demonstra a variação da terminologia usualmente adotada para representá-la desde os seus primeiros passos. Estabelece uma conexão importante entre esta terminologia, o contexto social e a evolução tecnológica, tidos como fatores que têm influenciado a terminologia

⁴ Apresentar-se-á na *Seção 3* a diferenciação entre as pesquisas bibliográfica e bibliométrica, onde se apresentarão as razões pelas quais esta pesquisa se identifica como pesquisa bibliográfica e não bibliométrica.

comumente adotada para designar esta modalidade de educação ao longo da sua história. Recuperar essa análise ajuda a compreender as relações entre o momento histórico, concepção de ensino e metodologia adotados no processo de ensino na modalidade a distância.

No Quadro 1 apresentam-se as diferenças na terminologia da EaD, segundo a evolução histórica:

Quadro 1 – Variação da Terminologia da EaD

TERMINOLOGIA	PERÍODO APROXIMADO DE DOMÍNIO
Ensino por correspondência	Desde a década de 1830, até as três primeiras décadas do Séc. XX
Ensino a distância; educação a distância; educação permanente ou continuada.	Décadas de 1930 e 1940
Teleducação (rádio e televisão em broadcasting)	Início da segunda metade do Séc.XX
Educação aberta e a distância	Final da década de 1960 (ICDE e Open University, Reino Unido)
Aprendizagem a distância; aprendizagem aberta e a distância	Décadas de 1970 e 1980
Aprendizagem por computador	Década de 1980
E-learning; aprendizagem virtual	Década de 1990
Aprendizagem Flexível	Virada do Séc.XX e primeira década do século XXI

Fonte: FORMIGA, 2009, p. 44.

Analisando o estudo de Formiga e os resultados da pesquisa bibliográfica, constatou-se que as terminologias mais usuais na última década e adotadas no Brasil são: Educação a Distância (167) e Ensino a Distância (17). No entanto, elas já estão defasadas, se considerados alguns avanços na definição da literatura em função dos progressos tecnológicos ocorridos nas últimas décadas. Para explicar essa questão, o autor menciona a estreita relação entre esta modalidade de educação e o avanço tecnológico. Na medida em que as tecnologias evoluem e se consolidam no contexto social, elas influenciam diretamente a velocidade com que se dão as mudanças nas diferentes áreas da sociedade, inclusive no que diz respeito ao reconhecimento do **significado** e da terminologia que o expressa.

Segundo Formiga (2009), neste século, caracterizado pela fluidez da informação e do conhecimento, esta terminologia recebe influências de vários contextos. No caso da “aprendizagem flexível”, considerada mais adequada na primeira década do século XXI, a expressão recebeu influência da terminologia inglesa e não há como assegurar até quando prevalecerá. Isto por que:

A resposta está condicionada ao avanço da tecnologia da informação ou da mídia do conhecimento, e à aceitação dos usuários-aprendizes quanto à forma de entrega mais eficiente ou comprovadamente avaliada, evidenciada em melhor resultado efetivo da aprendizagem (FORMIGA, 2009, p. 44).

É importante perceber a relação entre o que o autor denomina de “usuários-aprendizes”, no caso, os alunos da modalidade de educação a distância, e a tecnologia utilizada para a mediação do processo de ensino. À medida que a tecnologia avança e propicia novas possibilidades de interação entre o professor, o processo pedagógico e o aluno, a terminologia vai se adequando ao contexto que melhor exprime o resultado concreto aferido na aprendizagem dos sujeitos envolvidos. São eles que acabam por eleger o termo que melhor expressa suas vivências educacionais.

Sobre a incorporação da terminologia aos meios científicos, Formiga (2009) faz um pedido solene aos pesquisadores da área da terminologia científica para que incluam, na pauta de seus futuros estudos, a EaD. Para ele,

[...] existe um vácuo a ser preenchido entre a EAD e sua terminologia apropriada. Tal constatação justifica-se pela presença, em altíssima frequência, do uso e abuso de termos técnicos equivocados, ultrapassados ou inexistentes, mesmo em pronunciamentos ou escritos por estudiosos profissionais e pesquisadores de EAD (FORMIGA, 2009, p. 44).

Isso considerad, merecem especial atenção os entendimentos em torno da terminologia adotada para se referir à educação a distância no Brasil na última década. Da sua clareza e consistência dependerão análises, balanços e prospectivas. Nessa direção, um dos aspectos desta pesquisa consistiu na investigação da terminologia adotada nas produções analisadas, de forma a demarcar um referencial conceitual que permitisse definir um “chão” ou “terreno” por onde todos os demais passos pudessem ser dados, bem como, de certa forma, identificar orientações epistemológicas dos estudos.

Na leitura das publicações, pela frequência de aparição, foi possível elencar um número significativo de renomados autores que usaram três das terminologias mais encontradas, aqui transcritas a título de ilustração: Ensino a Distância (SANTOS; WECSLER, 2009; MORAN, 2009; PATO, 2013); Educação a Distância (BELLONI, 2005; SEGENREICH, 2006; GIOLO, 2008; LÜCK, 2008; MOON, 2008; MUGNOL, 2009; MORAES, 2010), Educação On-line – EOL (SILVA, 2008; HOLANDA; PINHEIRO; PAGLIUCA, 2013). Autores há, encontrados com frequência, que preferem

as siglas: EAD, EaD, ead, Ead, EAd. Mas de todas as nomenclaturas e siglas, as mais usualmente encontradas foram: Educação a Distância, Ensino a Distância, EAD e EaD.

Portanto, ao realizar a fase de busca nas bases de dados selecionadas, constatou-se que a diversificação quanto à terminologia adotada para designar educação a distância se refletiu de forma significativa na pesquisa bibliográfica. Para cada uma destas terminologias foi possível encontrar um número expressivo de publicações referindo-se a um mesmo objeto de análise — a educação na modalidade a distância — conforme apresentado inicialmente. Por outro lado, observou-se que, em sua maioria, as publicações indicam estas formas de designação não só no conteúdo do texto, mas como palavras-chave. Desse modo, com uma diversificação de temas e áreas, apresentam-se dificuldades no refinamento da busca. Percebeu-se, no entanto, que não há uma preocupação em explicar a origem e/ou definição da terminologia adotada, acarretando, para quem pesquisa e para os leitores, dificuldades sobre o que esperar em relação à temática e seus conteúdos.

Esse esclarecimento é relevante tendo em vista que nem todas as pessoas com acesso às publicações sobre educação a distância possuem clareza sobre esta terminologia. Muitas estão mais preocupadas em compreender melhor o processo pedagógico desenvolvido nessa modalidade e/ou sua metodologia e implicações, em detrimento de outras questões, que se tornam marginais. Pode-se talvez supor que muitas pessoas não tenham tido acesso a tais esclarecimentos em torno da terminologia usualmente adotada ou que isso não lhes pareceu relevante para sua atuação profissional.

De qualquer forma, mais que limitar a questão da EaD às suas dimensões utilitárias e pragmáticas, aqui interessa o esclarecimento sobre suas dimensões conceituais, para que dela e sobre ela seja possível apreender e avaliar o que representa para aqueles que a adotam ou em relação a ela se posicionam. Além disso, interessa identificar fundamentos e implicações de outra terminologia a ser adotada, em função de outros marcos teóricos que possam vir a ser utilizados.

1.1.1 *Concepção, Conceito e Terminologia da EaD*

A partir das colocações feitas, é possível admitir que haja uma complexa relação no referente à terminologia da EaD. Ela denota a mediação do processo de ensino, o contexto social em que se desenvolve a educação a distância, e como isso influencia diretamente a adoção de uma ou outra terminologia. Isto porque a terminologia não só denomina um fato,

coisa ou fenômeno, mas carrega em si concepções de mundo e expressa conceitos que não são neutros, mas variam de acordo com o contexto em que estão inseridos e conforme as particularidades de quem os produziu.

Nesse sentido, os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância, elaborados pelo MEC/Secretaria de Educação a Distância em 2007, serão de grande valia para análises e posições. Embora o referido documento não possua força de lei, entende-se que ele apresenta pontos esclarecedores quanto à terminologia e aos conceitos a serem aqui discutidos.

O posicionamento do MEC nesse documento que objetiva nortear a qualidade para a educação superior a distância é claro quanto à compreensão a ser evidenciada em toda proposta pedagógica de educação nesta modalidade. A visão apresentada é a que considera a “[...] EDUCAÇÃO como fundamento primeiro, antes de se pensar no seu modo de organização: A DISTÂNCIA” (BRASIL, 2007b, p. 7). No caso, a terminologia educação a distância, constituída de duas palavras combinadas para expressar uma ideia, não deve servir de pano de fundo para que se confundam os significados de cada palavra isolada. Ou seja, é preciso ter clareza quanto à concepção que se tem de educação antes de se preocupar com as suas formas de organização. Por consequência, os projetos pedagógicos na modalidade a distância deverão conter concepções pedagógicas condizentes e específicas.

A partir desse princípio, fica claro que, antes de se pensar na modalidade em que se dá o processo ensino-aprendizagem, é necessário compreendê-lo como uma ação educativa a ser discutida, sob a ótica política e pedagógica. Isso significa dizer que, independente de sua forma de organização — se presencial ou a distância —, o princípio básico a ser observado em qualquer modalidade de ensino é aquele consagrado na Constituição Federal como direito de todos e dever do Estado:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 42).

Portanto, esta modalidade de organização da educação não deve ser diferente da proposta pedagógica que se faz na educação presencial em seu objetivo maior, que é o de “[...] promover o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, conforme reza a Constituição Federal (BRASIL, 1988, p. 48).

Nesse sentido, é possível destacar na terminologia, de forma clara, duas instâncias fundamentais: a instância política e a pedagógica. Política, naquilo que se refere ao papel

social da educação, enquanto responsável pela formação para a cidadania e para o trabalho. Pedagógica, quando se refere à sua forma e organização “a distância”, que não deve ser confundido com “distante”. É nessa segunda instância que se efetiva o processo de ensino e aprendizagem com todos os seus componentes pedagógicos: de planejamento das atividades do ensino, de avaliação, de elaboração de materiais, de mediação tecnológica e pedagógica. É também nessa instância que se inspiram aqueles que adotam a terminologia “Ensino a Distância”.

Para Anohina (2005, p. 92),

[...] a terminologia pedagógica que sustenta o processo de ensino e aprendizagem na modalidade de educação a distância está amparada por diferentes tecnologias, tais como: educação (*education*), instrução (*instruction*), aprendizagem (*learning*), ensino (*teaching*), treinamento (*training*) e tutoria (*tutoring*).

Com base nessa autora, apresentam-se os sentidos dos termos educacionais: sua funcionalidade, assim como as suas diferenças e aplicabilidades.

A expressão “educação” relaciona-se às atividades de aprendizagem que têm por objetivo desenvolver o conhecimento, atitudes, hábitos e valores. Quanto ao termo “ensino”, a autora argumenta que ele destaca o papel do professor no processo ensino-aprendizagem, naquilo que compreende as atividades que conduzem ao conhecimento, a partir dos fatos, ideias e habilidades desenvolvidas. No entanto, ela atenta para a possibilidade de que nessa modalidade, além do professor, um sistema computacional poderá também exercer esse papel.

Mais uma vez, retorna-se à influência das tecnologias da comunicação na definição da terminologia que designa o processo de educação a distância e de suas possíveis influências no trabalho do professor. E, a partir dessas considerações, é possível compreender a utilização da terminologia “Ensino a Distância” enquanto expressão do processo pedagógico que sustenta o ensino na modalidade a distância. Portanto, ele subordina-se ao termo “Educação” em seu sentido mais amplo, isto é, aquele capaz de promover o conhecimento enquanto cultura que identifica e perpetua a vida em sociedade.

Os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a distância enfatizam esse conceito quando estabelecem que: o conhecimento é o que cada sujeito constrói — individual e coletivamente — como produto do processamento, da interpretação, da compreensão da informação. “É, portanto, o significado que atribuímos à realidade e como a contextualizamos” (BRASIL, 2007b, p. 9).

Nesse caso, a expressão “a distância” pode fazer diferença, dependendo do que se pretende dizer e do lugar em que se encontra o sujeito que se propõe a organizar e oferecer esta modalidade de ensino. Pois, tanto pode significar a oferta do ensino, como um projeto pedagógico que promova realmente a educação em seu sentido amplo, ou seja, a formação de sujeitos capazes de refletir com autonomia e administrar suas próprias escolhas, quanto também pode referir-se a um processo de ensino aligeirado que atenda aos interesses do mercado capitalista em suas necessidades emergentes (FREITAS, 2007).

Logo, ao se considerar a “Educação a Distância” em suas instâncias política e pedagógica, é preciso ir além daquilo que a simples terminologia apresenta. Há que se considerar também outros aspectos inerentes à composição da terminologia, como as questões espaço/temporais e as tecnologias, que, interpretadas no seu conjunto, oferecem uma visão mais ampla das especificidades que compõem o processo de EaD.

1.1.2 *A questão espacial e temporal e sua importância para a terminologia da EaD*

Referindo-se à organização do “ensino a distância”, uma das críticas mais recorrentes se refere ao conceito e à relação espaço/tempo subentendida na terminologia da EaD. Este conceito de espaço se reporta à separação espacial entre aluno e professor no processo de ensino na modalidade a distância. Se há distância entre os agentes fundamentais no processo de ensino e aprendizagem — o professor e o aluno — então há que se compreenderem os caminhos metodológicos percorridos para se vencer esta barreira. Não se pode desprezar nesse contexto o conjunto de ações e de recursos — a aula, o material didático, as atividades — de ordem pedagógica e de responsabilidade do professor, que exigem dele novas formas de conceber e realizar o seu trabalho. As formas de se efetivar esse processo carregam uma concepção e um significado que o conceito de espaço “a distância” irá imprimir à terminologia e ao trabalho docente.

Em razão disso, além de buscar elucidar os conceitos de espaço/tempo e sua importância na terminologia da EaD, interessam aqui os reflexos desses aspectos, para além do seu papel na organização do processo pedagógico de ensino e aprendizagem. O olhar para a organização espaço/temporal na EaD busca capturar suas consequências ou efeitos na reconfiguração do trabalho docente. Portanto, trata-se de saber como a questão espaço/temporal de organização do processo pedagógico na modalidade de educação a distância tem afetado o trabalho docente.

1.1.3 *A questão espacial na constituição do termo Educação a Distância*

A questão espacial exerce implicações na terminologia da EaD no tocante à natureza e à organização do processo pedagógico. Nesse contexto, como já afirmado, o termo “espaço” tem o papel de representar a distância, relativa ao espaço físico, geográfico, entre o professor e o aluno no processo de ensino e aprendizagem. A discussão que se estabelece está em perceber em que sentido o espaço está representado na sua terminologia. Maia e Mattar (2007, p.6) concebem assim a questão espacial:

Em EaD ocorre uma separação geográfica e espacial entre o aluno e o professor, e mesmo entre os próprios alunos, ou seja, eles não estão presentes no mesmo lugar, como no caso do ensino tradicional. A EaD prescinde, portanto, da presença física em um local para que ocorra educação.

Uma análise primeira permite reconhecer que esta compreensão acaba conduzindo à desconfiança e à ideia de que o ensino ministrado nesta modalidade é algo “distante” e não tem a mesma qualidade daquele que se dá na sala de aula presencial. Isso, porque prescinde o aluno dos momentos de relação, da discussão “olho no olho”, do diálogo com seus pares tão importantes e ricos no processo de ensino e aprendizagem. Essa compreensão da questão espacial na EaD suscita discussões e controvérsias no meio educacional, sobretudo entre aqueles que ainda apresentam resistência à modalidade. Mas, além daquilo que se manifesta como simples oposição, é preciso compreender que espaço e tempo escolares têm relação com o desenvolvimento do processo pedagógico que se desenrola na sala de aula presencial, há séculos. A visão que se tem do espaço da sala de aula é cultural, construída historicamente pela humanidade e que continua a afetar outros modos de ver a educação e o ensino.

Esse valor cultural do espaço da sala de aula e seu papel na formação das crianças têm sido difundidos para os professores em sua formação inicial, por meio dos ensinamentos da didática, da seguinte maneira: “[...] É no contexto da sala de aula, no convívio diário com o professor e com os colegas, que o aluno vai paulatinamente exercitando hábitos, desenvolvendo atitudes, assimilando valores” (HAYDT, 1997, p. 55).

O processo de ensino e aprendizagem que se desenvolve na sala de aula presencial possui sentidos e significados diferentes, dependendo do momento histórico e cultural que contextualiza a abordagem de quem nele se situa e trata do assunto. Há um currículo, uma visão de mundo e uma expectativa de leitura da realidade, subjacentes às

relações que se estabelecem nesse espaço “sala e aula” presencial. Do resultado dessa relação origina-se a aprendizagem no seu sentido mais amplo, na direção do que se chamou anteriormente de educação, capaz de provocar transformações que impactam na sociedade. Quando, porém, essas expectativas são transportadas para outro espaço, para uma sala sem carteiras, sem quadro negro, sem giz e que prescinde da presença física do professor, é como se toda cultura construída socialmente em torno daquilo que se entende por espaço escolar tivesse que ser reescrita. Nessa direção, Castells (1999, p. XVI) reconhece que

[...] o espaço não é uma realidade tangível. Assim o espaço na sociedade não é a mesma coisa que o espaço na astrofísica ou na mecânica quântica. Se olharmos para o espaço como uma forma e uma prática social, ele tem sido, ao longo da história, o suporte material da simultaneidade na prática social. Ou seja, o espaço define o quadro temporal das relações sociais.

Sendo assim, se há a possibilidade de se olhar o espaço como forma e ao mesmo tempo, prática social, pode-se entender que a sociedade do séc. XXI, a partir de tecnologias avançadas nela produzidas, tem as condições e o papel de construir uma nova visão da sala de aula, a sala de aula virtual.

Na terminologia da EaD, a compreensão da questão espacial se apresenta igualmente em processo de construção. Como se trata de um local espacial diferente, ainda se têm muitas dúvidas e/ou divergências sobre as relações que aí possam ser estabelecidas e sobre o tipo de conhecimento que se pode aí construir. Assim, importa refletir sobre esse novo espaço no contexto contemporâneo, em suas diferentes formas de relação e suas consequências para o ensino e o trabalho do professor, tendo em vista que a terminologia — como já explicitado — é fortemente influenciada por concepções e ideologias vigentes em cada contexto social.

1.1.4 *A questão temporal na constituição do tempo Educação a Distância*

A questão **temporal** que se coloca na educação a distância se refere à organização do tempo e à forma como este é estabelecido para a realização das atividades pedagógicas. Ou seja, trata-se do processo de ensino nessa modalidade. Diz respeito à possibilidade de realização das atividades propostas na forma “síncrona” — em tempo real, quando professores e alunos precisam estar conectados ao mesmo tempo, em horário pré-definido; ou na forma “assíncrona” — em tempos diferentes, sem exigir que professores e alunos estejam conectados em tempo real. Maia e Mattar (2007, p. 6) entendem esta situação da seguinte forma:

O estudo a distância implica, portanto, não apenas a distância física, mas também a possibilidade da comunicação diferida, na qual o aprendizado se dá sem que, no mesmo instante, os personagens envolvidos estejam participando das atividades, ao contrário do que ocorre normalmente no ensino tradicional e presencial.

Pensar o processo de ensino nessa perspectiva implica admitir um tempo espacial, não dimensionado fisicamente no contexto EaD, mas fundamental na relação que se faz necessária em todo processo de ensino e aprendizagem, seja ele presencial ou a distância.

No caso em discussão, em que o interesse pela questão temporal tem como objetivo ajudar a compreender a terminologia da EaD, volta-se à ideia inicial de que a expressão “ensino a distância” refere-se ao processo pedagógico que acontece nesta modalidade de educação. A questão temporal nesse contexto é aquilo que determina quando a interação entre aluno e professor, em função do ensino do aluno, se dará em tempo real ou não, na sala de aula virtual.

Isto posto, entende-se que a terminologia “Educação a Distância” se sobrepõe à “Ensino a Distância”, já que o ensino e a aprendizagem são claramente aí colocados como processo pedagógico composto por atividades a serem realizadas pelo aluno, a partir de recursos didáticos, no tempo e espaço definidos de acordo com o modelo de educação proposto. Isso significa compreender o ensino como algo que faz parte e está contido na educação e não o contrário. Portanto, educação a distância é mais abrangente e ensino a distância mais restrito.

Outro aspecto, merecedor de atenção, é o papel central das tecnologias de comunicação e informação aplicadas à educação, sobretudo na modalidade a distância. Trata-se de um modelo de ensino fundamentalmente mediado por tecnologias, sejam elas impressas ou digitais. Daí a razão pela qual a evolução destas tecnologias vem contribuindo para a definição da terminologia e do processo da EaD. Importa saber em que medida as tecnologias exercem essa influência, e, por isso, disso se tratará na próxima subseção.

1.1.5 *Tecnologias da Informação e Comunicação e a constituição da Terminologia da EaD*

Conforme enfatizado ao longo da discussão, por se tratar de uma modalidade de ensino fortemente influenciada pelas TIC, que são fundamentais como instrumento de

mediação entre aluno/professores/atividades de ensino, a EaD vem se apropriando de termos da área da tecnologia que melhor a designam.

A EAD está intrinsecamente ligada às TICs por se constituir setor altamente dinâmico e pródigo em inovação, que transforma, moderniza e faz caducar termos técnicos e expressões linguísticas em velocidade alucinante. A sociedade da informação e do conhecimento reflete-se na EAD pela apropriação célere dos conceitos e inovações, que moldam a mídia e se refletem na própria EAD. Esse fenômeno de transbordamento linguístico/terminológico se acentua pelos avanços das TICs em vários países, que lideram as transformações frequentes das fronteiras do conhecimento, resultando em uma multiplicidade de novos termos para designar os fatos e fenômenos (FORMIGA, 2009, p. 39).

Sendo assim, não é uma simples questão de encontrar o certo ou o errado no que diz respeito à terminologia adotada por determinado autor para se referir à educação na modalidade a distância, mas de reconhecer a necessidade de analisar o contexto do qual o autor está falando. Como as mudanças acontecem de forma muito rápida, com certeza uma publicação divulgada em 2009 pode apresentar uma terminologia diferente daquela divulgada em 2011.

Sobre a evolução da terminologia da EaD e pelos estudos de Formiga (2009) apresentados inicialmente, já se percebia naquela data (2009) que o termo “Educação a Distância”, usualmente adotado no Brasil, estava defasado em relação às tecnologias já existentes em outros países. No entanto, poucos estudiosos se ativeram a isso e seguiram adotando a terminologia que consideravam mais adequada aos seus estudos, conforme se depreende das análises do material e da literatura sobre o assunto.

Outra questão relevante é a tendência a se adotar a terminologia presente nos documentos oficiais relativos ao tema. Nota-se, no entanto, que nem mesmo aí há um consenso quanto à terminologia. Os documentos oficiais do MEC continuam adotando as duas terminologias: “educação a distância” e “ensino a distância”, às vezes no mesmo ato normativo, como se pode verificar na Lei 9.394/96, art. 80 (BRASIL, 1996) Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de **ensino a distância**, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”.

Em seguida, nesse mesmo artigo, nos incisos 1º, 2º e 3º, o documento muda a terminologia para “educação a distância” como se pode ver:

§ 1º A **educação a distância**, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União. § 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de **educação a distância**. § 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de **educação a distância** e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas (BRASIL, 1996; grifo nosso).

No decreto 5.622, de dezembro e 2005, que regulamentou o art. 80 da LDB e estabeleceu as regras para a realização do ensino na modalidade a distância no Brasil, adota-se a terminologia “educação a distância”, que se expressa em todos os artigos do documento, a começar pelo conceito dessa modalidade de ensino. Para o órgão oficial responsável pela Educação no Brasil, a “Educação a Distância” é uma modalidade educacional, que se concretiza por meio da mediação tecnológica, para assegurar que seus agentes principais — professores e alunos — possam ter acesso ao processo pedagógico de ensino e de aprendizagem em tempos ou lugares diferentes.

Talvez seja esse o caminho para se compreender ou explicar as razões pelas quais a terminologia Educação a Distância, ou EaD, é mais frequente na literatura relativa ao tema. No material coletado por esta pesquisa (111 artigos) no Portal de Periódicos da CAPES, na base de dados *Scientific Electronic Library Online* – SciELO, constatou-se que 57,78% dos autores adotaram a expressão “Educação a Distância”.

Nesse sentido, é possível entender que, ao se adotar a terminologia “Educação a Distância”, há certa conformidade por parte dos autores com a regulamentação legal desta modalidade de educação no Brasil. Essa terminologia condiz com o conceito de educação a distância, adotado pelo Ministério da Educação – MEC, no Decreto/Lei 5.622, já mencionado algumas vezes.

De forma implícita, esta terminologia traduz uma concepção de que há uma questão de distância espacial e/ou temporal entre aluno/professor e o processo pedagógico que acontece nessa modalidade de ensino. Como ambos — docente e discente — estão fisicamente separados, é correto afirmar que há entre eles uma distância que precisa ser mediada por tecnologias. Isso também ajuda a compreender a concepção de EaD adotada pelo documento oficial.

Os autores que adotam a terminologia “Ensino a Distância”, no caso dessa pesquisa, representam a minoria (5,89%). Ao se realizar a leitura dos artigos com essa terminologia, percebeu-se que eles continuam se referindo ao processo didático pedagógico — ao ensino — que acontece na modalidade de educação a distância.

Quanto à terminologia “EAD” utilizada por alguns autores, foi possível encontrar uma definição, de certa forma oficial, uma vez que faz parte do Glossário do Projeto Universidade Aberta do Brasil⁵ – UAB, que a entende como “Educação Aberta e a Distância”; referindo-se aí à concepção deste programa, como mecanismo de democratização do acesso e inclusão ao ensino superior. Essa terminologia é adotada pelo Projeto UAB para indicar cursos oferecidos com maior liberdade de escolha por parte dos alunos, sem a rigidez de processos seletivos de acesso e de permanência. O que não é o caso da EaD instituída pela LDB e regulamentada pelo Decreto/Lei 5.622 de 2005.

Outra terminologia encontrada e percebida, nas publicações analisadas, em um percentual relativamente baixo de 1,44% do material coletado, , merece ser considerada pela concepção que lhe é subjacente, é a “Educação *On-line* - EOL”, que diz respeito à evolução dos processos de EaD e ao modo como eles têm sido afetados pelas tecnologias digitais. É o que será melhor discutido a seguir.

1.1.6 *Educação On-line – EOL*

A terminologia “Educação *On-line* – EOL” vem aos poucos se destacando nas publicações. Embora poucos se preocupem em distinguir esta terminologia em relação à educação a distância, (1,44%), conforme já mencionado, é importante esclarecer que ela não pode ser tomada como sinônimo da EaD, pois se trata de um modelo pedagógico. Uma vez mais, o que este modelo de ensino evidencia é uma concepção de educação a ser realizada na modalidade a distância. A concepção de ensino que a EOL propõe é aquela em que o processo de ensino-aprendizagem seja realizado totalmente pela internet, com a utilização de tecnologias mais avançadas que permitem maior interatividade entre os sujeitos envolvidos.

A partir desta concepção, os recursos tecnológicos — computador, celular, *tablets*, *chats*, fóruns, *wikis*, *blogs* e redes sociais — permitem uma maior expressão e interação *de, e* entre alunos e professores. Nessa formatação, há a possibilidade de participação do aluno em aulas “*on-line*”, em tempo real, em que o professor interage com ele e responde às suas dúvidas ao vivo, pelo *chat*. Silva (2012) delinea a distinção entre EaD e EOL de forma muito elucidativa. Por essa razão, no Quadro 2 apresenta-se uma adaptação deste estudo.

⁵ Cf. Fórum das Estatais para a Educação. Projeto Universidade Aberta do Brasil. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/universidade.pdf>>.

Quadro 2 – Características dos Modelos da EaD

CARACTERÍSTICAS QUE DEMARCAM OS MODELOS DE EaD	
Educação a Distância	Educação <i>On-line</i> – EOL
<p>Modelo unidirecional, tradicional.</p> <p>Conteúdo e as atividades são: predefinido, fechado, controlado por uma fonte emissora.</p> <p>Tecnologia: impressos, rádio, TV, DVD. Utiliza-se computador, celular, tabletes em rede, porém subutilizados em suas potencialidades colaborativas e hipertextuais</p> <p>Mediação: instrucionista, transmissiva e tarefista. Pouca interação. Separação físico-geográfica um - todos.</p> <p>Aprendizagem: centrada na atuação solitária do cursista e nas relações assimétricas, verticais: autor/emissor separado do aprendiz/receptor.</p>	<p>Modelo com possibilidades interativas na WEB 2.0</p> <p>Conteúdo e atividades: predefinido e redefinido de forma colaborativa no processo do curso.</p> <p>Tecnologia: hipertextos e hipermídia multidirecional ativadas por tecnologias digitais móveis e interativas (computador, celular, tabletes e múltiplas interfaces como chats, fóruns, wikis, blogs, fotos, redes sociais, videologs, mapas colaborativos, <i>webquasts</i> e <i>podcasting</i>).</p> <p>Mediação: relações horizontais abertas à colaboração e à co-autoria. O docente é um proponente da formação.</p> <p>Aprendizagem: Há a cocriação da comunicação e o conhecimento feita pelo docente e os cursistas</p>

Fonte: elaborado pela autora com base em SILVA, 2012, p. 97.

Ao estabelecer esse paralelo entre a EaD e a EOL, o autor aponta as diferenças percebidas nas duas formas de organização do ensino e lança uma crítica àqueles que ainda desconhecem as potencialidades trazidas pela evolução da internet, “[...] os resistentes ao ensino não presencial, entendido genericamente como EaD, perdem a oportunidade de lançar mão das possibilidades interativas próprias da internet, a qual avançou para além da ‘web 1.0 [...]’” (SILVA, 2012, p. 97). A evolução tecnológica altera significativamente o modelo de ensino, a mediação e a aprendizagem ali desenvolvidos. Como esses são aspectos fundamentais no processo ensino-aprendizagem, isso se reflete na terminologia. Ou seja, ao se referir à Educação *on-line* está se falando de um modelo de organização do ensino na modalidade de educação a distância com características próprias que o diferenciam de outros modelos.

As características da EOL transferem a proposta de ensino para o contexto de Web 2.0, o que significa que surgem novas possibilidades de construção de conhecimento de forma colaborativa. Não que os conteúdos se tornem vazios, mas que é possível, nessa formatação, reconstruí-los de forma colaborativa. Professores e alunos interagem de forma mais intensa, o que muda totalmente o modelo, a mediação e o tipo de aprendizagem.

Com relação à modalidade de Educação a Distância, há que se estar atento — como já mencionado — para os avanços nas tecnologias da comunicação e informação, que exercem papel fundamental na forma de organização e mediação do processo ensino nesta modalidade. Silva (2012, p. 97) assim descreve tais mudanças:

Da sua fase inicial, baseada em “portais” construídos por especialistas em informática para serem repositórios de conteúdos para navegação e download, a *web* evoluiu para os *blogs* e as redes sociais alimentados amplamente pela autoria colaborativa dos próprios usuários. Suas potencialidades comunicacionais, reconhecidas como de liberação da autoria, do compartilhamento, da conectividade e da colaboração, são possibilidades fecundas para as práticas docentes e discentes historicamente valorizadas como essenciais para a construção da autonomia, da diversidade e do construcionismo.

A terminologia EOL representa avanços mais recentes no referente à aplicação das tecnologias da informação e comunicação à educação. Na fase Web 2.0, a comunicação acontece no contexto da cibercultura — com maior aproveitamento desse novo espaço virtual disponível, não só como um lugar para repositório de informações, mas também para construção de conhecimento a partir da interação, colaboração e compartilhamento entre as partes. Isso se reflete na terminologia como EOL, em razão do caráter de conectividade presente nesse formato de educação, ainda em construção no meio educacional. AEOL - carrega em si aspirações de um modelo de ensino condizente com aquele considerado ideal, por estar alicerçada nas mais avançadas tecnologias. Nesse espaço, alunos e professores convivem na sala de aula virtual, unidos pelos princípios da “[...] conectividade, da colaboração, da autoria e do compartilhamento” (SILVA, 2012, p.97), para que, juntos, possam construir um novo conceito de sala de aula.

No entanto, é importante esclarecer que as características – apontadas por Silva (2012), representadas no Quadro 2, indicado acima, por, ao diferenciar EaD de EOL e ao elencar o modelo de ensino presente na EaD – remetem aos modelos mais tradicionais de organização do ensino na modalidade a distância, adotados inicialmente pelas IES. Isto não significa afirmar que as referidas características sejam uma referência a ser analisada para representar o que se entende hoje por EaD. A maioria das IES, atualmente, adota modelos mais interativos que se aproximam da EOL. Porém, vale destacar que uma das características presentes na EOL e apontadas pelo autor – *a vinculação todos/todos em presença virtual* – indica a um tipo de mediação pedagógica em que o processo de ensino e aprendizagem se dá totalmente a distância, o que ainda não está respaldado pelo MEC. Por esta razão, embora a EOL apresente características importantes no que referente ao aproveitamento das tecnologias de ponta no processo de EaD, ainda o modelo carece de aprovação legal, não sendo permitida sua oferta em cursos de graduação, embora já se encontre presente em alguns cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Reitera-se, portanto, a ideia inicial de que uma terminologia é sempre permeada por concepções que, por sua vez, são portadoras de valores relativos a cada momento histórico em

que um termo pode traduzir o grau e o conteúdo dos avanços tecnológicos e culturais do contexto que o produz.

1.1.7 *E então? Qual a terminologia a ser adotada nesta pesquisa?*

Como se pôde perceber, ao longo da discussão em torno da diversidade de terminologias presentes na literatura, a EaD vem se destacando no cenário educacional brasileiro, nas últimas décadas, alicerçada nos avanços das tecnologias de comunicação e informação – TIC. Em razão disso se procurou em estabelecer um diálogo permeado pelos pontos considerados centrais para o entendimento desse complexo processo de organização do ensino. Dentre eles, estão os conceitos e concepções que embasam os projetos educacionais nesta modalidade, muitas vezes de forma implícita, a se apresentarem imbuídos de questões espaço/temporais e tecnológicas que afetam a organização do processo pedagógico de ensino que se pretende desenvolver.

Por sua vez, as terminologias que se apresentam na literatura sobre a EaD como equivalentes ou sinônimas: educação on-line - EOL, ensino a distância, educação virtual⁶ e EAD, traduzem a forma como se organiza pedagogicamente o ensino nesta modalidade, mas não são suficientes para expressar a complexidade da EaD enquanto modalidade educacional. Por isso, nesta pesquisa, optou-se por adotar a terminologia Educação a Distância – EaD, por se adequar à concepção expressa nos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância que sublinham a importância de ter clareza quanto à visão a ser assegurada em todo projeto pedagógico nesta modalidade: “EDUCAÇÃO como fundamento primeiro, antes de se pensar no seu modo de organização: A DISTÂNCIA” (BRASIL, 2007b, p. 7). Refere-se, assim, ao processo de educação — enquanto fundamento primeiro e forma de organização pedagógica — que se concretiza na modalidade a distância e sua relação com as transformações sociais. Em especial, aqui se investiga como esse novo espaço de aprendizagem e de relações — a sala de aula em tempos e espaços diferenciados — pode interferir nas reconfigurações do trabalho docente quanto à sua natureza e organização.

1.2 **Políticas Públicas e Expansão da EaD no Brasil**

A educação a distância vem se destacando no cenário educacional brasileiro com maior ênfase a partir da década de 1990. Revestida do discurso de democratização do ensino

⁶ A educação virtual pode ser tomada como o ensino-aprendizagem desenvolvido pelo uso intenso das TDIC – uma variação organizacional de educação, com tempos e espaços fluidos, mais flexíveis e abertos (MIL, 2012, p. 22).

superior, esta modalidade de educação, na verdade, atende inicialmente ao compromisso do Estado com as reformas neoliberais visando à ampliação do ensino superior. Esse compromisso integra o Plano de Ação da Conferência Regional da Educação Superior, elaborado durante a Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e Caribe em 2008, e traz como uma de suas metas “[...] a necessidade de expansão da educação superior, devendo, até 2015, os países da região terem atingido 40% de atendimento aos jovens, sem especificar a faixa etária” (MAUÉS, 2010, p. 145).

Em razão disso, compreende-se que as políticas públicas para a educação a distância constituem ponto fundamental a ser discutido, pois é nesse âmbito que se constroem possibilidades ou as inviabilizam. Ademais, é também nesse espaço que se expressam as ideologias, as concepções de ser humano e de educação em determinada sociedade.

No contexto das transformações econômicas, sociais e políticas que constituem o mundo contemporâneo, o Estado, enquanto representante dos interesses da sociedade, precisa assumir não só um papel regulador, mas também o de proponente de ações que sejam capazes de promover o desenvolvimento do País em todas as suas instâncias.

À educação se confere destaque como caminho para assegurar a formação dos sujeitos capazes de lidar com os valores da nova ordem econômica capitalista, de onde, por sua vez, surgem exigências que refletem na educação como meio de transformar a sociedade que demanda cada vez mais conhecimento.

Libâneo (2008, p. 52) elenca as principais transformações que, neste novo contexto, exigem mudanças na escola e no sistema educacional como um todo, e que:

a - exigem um novo tipo de trabalhador, ou seja, mais flexível e polivalente, o que provoca certa valorização da educação formadora de novas habilidades cognitivas e de competências sociais e pessoais; b - levam o capitalismo a estabelecer, para a escola, finalidades mais compatíveis com os interesses do mercado; c - modificam os objetivos e as prioridades da escola; d - produzem modificações nos interesses, nas necessidades e nos valores escolares; e- forçam a escola a mudar suas práticas por causa do avanço tecnológico dos meios de comunicação e da introdução da informática; f- induzem alterações na atitude do professor e no trabalho docente, uma vez que os meios de comunicação e os demais recursos tecnológicos são muito motivadores.

Em face dessas postulações, urge pensar mecanismos que possibilitem a incorporação dessas exigências no contexto educacional. Em que pesem os reflexos negativos de tais exigências como responsáveis pela desestabilização dos princípios até então vigentes na educação, há que se admitir que é necessário desencadear um processo de reestruturação na

escola. A educação a distância pode contribuir neste campo, uma vez que possibilita a ampliação dos espaços de aprendizagem. A pessoa, hoje, pode aprender em casa, no transporte enquanto volta do trabalho, no computador, no *tablet* e no celular conectado à internet.

Moraes (2010), em suas considerações sobre os aspectos de políticas públicas de EaD, convida a refletir sobre o papel do poder público nessa instância. Para ele “[...] a educação é importante fator de desenvolvimento — e não apenas de crescimento econômico — na história das sociedades modernas, aquelas que se redefiniram a partir da Revolução Industrial” (MORAES, 2010, p. 551). Nesse contexto, aponta a educação a distância no Brasil como um fator de desenvolvimento da própria educação. Por isso, necessita de ações advindas do poder público, para assegurar mecanismos de criação, acompanhamento, avaliação e ampliação de sua oferta.

É nesse ponto que o Estado entra em ação engendrando políticas públicas que ofereçam subsídios para fortalecer esta modalidade de ensino, como um caminho de real desenvolvimento da educação. Em contrapartida, a lógica capitalista visa à transferência de competências do Estado para o mercado privado, com o objetivo de assegurar seu poder de comando na economia. Nesse sentido, ao analisar os efeitos das políticas neoliberais sobre a educação brasileira, Libâneo (2008, p.55) considera que:

Nesse contexto, o governo brasileiro vem implementando suas políticas econômicas e educacionais de ajuste, ou seja, diretrizes e medidas pelas quais o País se moderniza, adquire as condições de inserção no mundo globalizado e, assim, se ajusta às exigências de globalização da economia estabelecidas pelas instituições financeiras e pelas corporações internacionais. De todo modo, faz-se presente, em todas essas políticas, o discurso da modernidade educativa, da diversificação, da flexibilidade, da competitividade, da produtividade, da eficiência e da qualidade dos sistemas educativos, da escola e do ensino, na ótica das reformas neoliberais de adequação às demandas e exigências do mercado.

Nessa perspectiva, a expansão do Ensino Superior se coloca no centro das transformações econômicas, advindas a partir da década de noventa, para atender às medidas da “modernidade educativa, da diversificação, da flexibilidade, da competitividade, da produtividade, da eficiência e da qualidade dos sistemas educativos, da escola e do ensino“. Todas essas questões se encaixam muito bem na formatação, no desenvolvimento e no discurso ligados à modalidade a distância.

Assim, a década de 90, a partir da publicação da Lei 9.394/96 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDB —, torna-se o marco referencial para as discussões. Esta Lei, em seu art.80, pavimentou oficialmente os caminhos para a trajetória de expansão desta modalidade de ensino, ao preconizar que: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação

de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996, p. 28). A partir daí, iniciou-se um processo de regulamentação da educação a distância, que respaldou a constituição de políticas públicas na área e abriu portas para a expansão desta modalidade nas instituições de ensino superior privado.

A Portaria do MEC nº 2.253 (BRASIL, 2001) inovou ao admitir a possibilidade de ofertar 20% das disciplinas regulares do currículo nos cursos de graduação, na modalidade a distância, o que foi considerado um mecanismo de inclusão educacional. Em 2004, ela foi revogada pela Portaria 4.059/ 2004, que, por sua vez, incluiu o uso das tecnologias, dos encontros presenciais e a figura do tutor.

Art. 2o- A oferta das disciplinas previstas no artigo anterior deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos, bem como prever encontros presenciais e atividades de tutoria (BRASIL, 2004).

Em 2005, foi publicado o Decreto/Lei 5.622 fixando os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância. O documento conceitua e estabelece a concepção de educação na modalidade a distância, coloca regras para o credenciamento das instituições que pretendam ofertá-la, bem como a forma de organização pedagógica e de avaliação.

O Decreto 5.773 de junho de 2006 estabeleceu as competências para regulação do ensino superior no Brasil, incluindo a EaD. Ambos, o Decreto 5.622/2005 e o Decreto 5.773/2006, foram alterados pelo Decreto 6.303/2007, incluindo o reconhecimento dos Polos de apoio presenciais no processo da EaD.

Outro passo importante no reconhecimento da EaD, enquanto política pública, foi a publicação dos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância. A versão inicial dos Referenciais foi publicada em 2003 e atualizada em 2007. Segundo o MEC (BRASIL, 2007b, p. 2):

Embora seja um documento que não tem força de lei, ele será um referencial norteador para subsidiar atos legais do poder público no que se referem aos processos específicos de regulação, supervisão e avaliação da modalidade citada. [...] Elaborado a partir de discussão com especialistas do setor, com as universidades e com a sociedade, ele tem como preocupação central apresentar um conjunto de definições e conceitos de modo a, de um lado, garantir qualidade nos processos de educação a distância e, de outro, coibir tanto a precarização da educação superior, verificada em alguns modelos de oferta de EAD, quanto a sua oferta indiscriminada e sem garantias das condições básicas para o desenvolvimento de cursos com qualidade.

Como se vê, há uma séria preocupação por parte do Ministério da Educação com o processo de consolidação da EaD como política pública de democratização do ensino. Está patente também a intenção de coibir a oferta desenfreada de cursos que nem sempre leva em consideração a qualidade necessária à educação.

Em 2007, foi publicada a Portaria nº 01/2007, que inclui os cursos na modalidade de educação a distância no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE.

Outra ação decisiva, enquanto Política Pública para a EaD, foi a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil, pelo Decreto 5.800/2006, declarando assim o reconhecimento da modalidade de Educação a Distância como uma política pública.

Art. 1º – Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País (BRASIL, 2006b, p. 1).

A criação do Sistema UAB é considerado um marco no processo de consolidação e expansão da Educação a Distância no Brasil, pois representa a ação mais ousada do Governo no sentido de democratizar a educação. Oferece caminhos para a formação prioritária de gestores e professores de escolas públicas em alta escala, além da comunidade em geral, que também pode ter acesso aos cursos ofertados pela UAB.

Até aqui, procurou-se descrever, de forma sucinta, os principais atos normativos que respaldam as políticas públicas para a EaD no Brasil. A intenção é demonstrar o processo de criação desta modalidade de educação em âmbito oficial, bem como, mostrar como essa modalidade vem se consolidando com força total em um contexto de reestruturação da economia capitalista e em meio às reformas impostas pelos organismos internacionais, com o fim de assegurar mecanismos para sua sustentação, uma vez que a educação é considerada um importante fator de desenvolvimento.

Nesse sentido, a EaD e sua propalada expansão são tidas e analisadas não somente como uma modalidade de ensino, mas como uma política pública e um mecanismo de transformação da educação, inclusive nas concepções de ensino calcadas na lógica capitalista vigente na sociedade contemporânea.

1.2.1 *Expansão do Ensino Superior a Distância no decênio 2003/2013*

Na última década, a Educação Superior a Distância viveu um momento de notória expansão no Brasil. Compreender esse processo implica analisar tal fenômeno no contexto

total da educação brasileira, ou seja, tanto na oferta da educação na modalidade presencial, quanto na modalidade a distância. Daí o recorte temporal de estudo entre 2003/2013, definido para essa pesquisa.

A análise parte das pesquisas realizadas com base no Censo de Educação Superior, feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, em que aparecem resultados, a partir das IES que participam do Censo, e que serão apresentados a seguir.

O primeiro aspecto que chama atenção refere-se à evolução do número de IES privadas em relação às demais categorias administrativas. Em 2002, registravam-se 1.637 IES. Dentre elas: 1.442 privadas e 195 públicas. Já em 2012, foram registradas 2.416 IES, sendo: 2.112 privadas, 304 públicas. Isso demonstra que houve uma diferença na evolução de IES privadas em 2002 de 88% em relação às IES públicas. Em 2012, esta diferença continua a chamar atenção, pois representa 87% de aumento de IES privadas em relação às públicas.

Outro aspecto analisado diz respeito à variação, em percentual, da expansão das IES públicas em relação às privadas. Entre 2002 e 2012, o número de IES públicas aumentou em 88%, ao passo que nas IES privadas a expansão foi de 87%. Isso se deve à significativa ampliação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs e Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, considerados na categoria de Ensino Superior. Essa evolução está demonstrada na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1- Evolução do Número de IES de Ensino Superior 2002/2012 por Categoria Administrativa:

Ano	TOTAL	IES		IES	
	IES (100%)	Públicas	%	Privadas	%
2002	1.637	195	12%	1.442	88%
2003	1.859	207	11%	1.652	89%
2004	2.013	224	11%	1.789	89%
2005	2.165	231	11%	1.934	89%
2006	2.270	248	11%	2.022	89%
2007	2.281	249	11%	2.032	89%
2008	2.252	236	10%	2.016	90%
2009	2.314	245	11%	2.069	89%
2010	2.378	278	12%	2.100	88%
2011	2.365	284	12%	2.081	88%
2012	2.416	304	13%	2.112	87%

Fonte: adaptado de INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA/INEP, 2012, *on-line*.

Quanto aos cursos superiores de graduação, oferecidos em IES públicas e privadas na última década, a expansão foi de 15.244, em 2002, para 32.050, em 2012. Isso representa um aumento de 110,2% na oferta de cursos superiores na última década.

Esta evolução pode ser conferida na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 – Evolução do número de Cursos de Graduação ofertados em IES Públicas e Privadas — 2002/2012

ANO	NÚMERO DE CURSOS SUPERIORES (PRESENCIAL E A DISTÂNCIA)
2002	15.244
2003	17.380
2004	19.592
2005	21.459
2006	23.257
2007	24.656
2008	26.059
2009	28.966
2010	29.737
2011	30.616
2012	32.050

Fonte: adaptado de INEP, 2012, *on-line*.

A expansão de Instituições de Ensino Superior reflete consequentemente na oferta da matrícula nos cursos de graduação. Nesse sentido, essa mesma pesquisa do INEP indica que, em 2012, **1.714.978** alunos estavam matriculados nas **instituições públicas**, e **4.208.086**, nas instituições **privadas**. Esta diferença entre o número de alunos matriculados em IES públicas e privadas mostra-se compatível com as diferenças entre as duas categorias, quanto no número de IES e de Cursos ofertados.

Destaca-se, neste contexto, a influência de Políticas Públicas de incentivo ao ingresso de alunos em IES privadas, a partir do Programa Universidade para Todos – PROUNI, que tem como objetivo oferecer bolsas de estudo integrais e parciais (50% ou 25%), em instituições privadas de educação superior. Outra política de incentivo é o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, criado para financiar cursos de graduação no Ensino Superior em IES privadas.

É oportuno lembrar que a LDB, em seu art.45, estabelece que: “A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas” (BRASIL, 1996, p. 17). Ao afirmar que este nível de ensino poderia ser oferecido por IES privadas, abriu-se o caminho para a expansão do ensino superior nesta esfera administrativa. Esse crescente

número de instituições de ensino superior na rede privada e, conseqüentemente, a significativa expansão das matrículas refletiram por via de conseqüência, na oferta de cursos superiores na modalidade a distância.

Dados revelados na pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED, publicada em 2013, no censo de Educação a Distância 2012, demonstram que existem 231 instituições que oferecem cursos nessa modalidade, dentre as quais, 44,8% são IES privadas. Na sua maioria são instituições que atuam com a educação a distância, mas que também ofertam cursos presenciais e semipresenciais⁷ (60%).

O total de matrículas é de 5.772.466, sendo 5,8% nas disciplinas de EAD dos cursos presenciais autorizados (336.223), 19,8% dos cursos autorizados⁸ (1.141.260) e 74,4% dos cursos livres⁹ (4.294.982). Em 2012, em relação a 2011, houve um aumento de 52,5% das matrículas na modalidade EAD (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA/ABED, 2012, p. 65).

Para visualização do processo de evolução nas matrículas na modalidade EaD, apresenta-se a seguir a Tabela 3.

Tabela 3 –Evolução de matrículas em EaD no período de 2009 a 2012

ANO	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO CENSO EAD/ABED/2012	MATRÍCULAS EM EAD
2009	128	528.320
2010	198	2.261.921
2011	181	2.589.373
2012	252	5.772.466

Fonte: adaptado de ABED, 2012

Ao registrar os dados que comprovam o avanço desta modalidade de ensino em instituições privadas no País, nos últimos anos, é preciso também, compreender esse processo e, principalmente, em que proporções ele afetou o trabalho docente.

A política de expansão da EaD se insere na proposta de expansão do Ensino Superior Brasileiro que, por sua vez, responde ao conjunto de medidas de ajuste para atender às demandas de mercado no contexto de adequação às políticas neoliberais. Como fator estruturante desse processo está a globalização do capital, assumida de forma mais organizada

⁷ Semipresencial - Nomenclatura adotada pela ABED/Censo EaD 2012, para designar curso parcialmente oferecido na modalidade a distância.

⁸ Curso autorizado/reconhecido — Curso oferecido por instituição credenciada e que necessita de autorização ou reconhecimento de órgão normativo municipal, estadual ou federal para ser disponibilizado a um público interessado.

⁹ Curso que não precisa de autorização de órgão normativo para ser oferecido ao público interessado. Um curso de extensão é considerado livre.

no Brasil em 1990 e alicerçada no contexto de evolução das novas tecnologias, que permitiram ultrapassar as barreiras sociais, econômicas e culturais que antes delimitavam a distância entre as Nações. O reflexo desta interconexão tem se dado nas transformações em todos os setores nas últimas décadas, inclusive na organização do processo educacional, uma vez que aderir à globalização significa estabelecer acordos com instituições financeiras internacionais que atendem aos interesses de grupos. E na área da educação, como já foi mencionado, existe meta estabelecida para essa expansão até 2015, que é de “[...] 40% de atendimento aos jovens, sem especificar a faixa etária” (MAUÉS, 2010, p.145).

Posto isso, entende-se que existem questões relativas aos reflexos desse processo de reestruturação da economia que precisam ser administrados no campo político, principalmente no relativo às suas consequências, que se refletem em mudanças sociais e acabam afetando a organização do trabalho — em especial, no caso desta pesquisa, do trabalho docente. Os princípios de flexibilidade, colaboração, produtividade, eficiência e qualidade estão em evidência nesse momento. São características da ordem econômica a estabelecer novas conformações nas relações de trabalho na contemporaneidade. Estar conectado em rede, em espaços e tempos diferentes, sem delimitações que possam estabelecer regras fixas, faz parte da nova organização social, a “sociedade em rede” que, para Castells (1999, p. 26),

[...] é a nossa sociedade, a sociedade constituída por indivíduos, empresas e Estado operando num campo local, nacional e internacional. [...] A sociedade em rede, em termos simples, é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes. [...] A sociedade em rede não é o futuro que devemos alcançar como o próximo estágio do progresso humano, ao adotarmos o paradigma das novas tecnologias. É a nossa sociedade, em diferentes graus, e com diferentes formas dependendo dos países e das culturas.

Uma vez colocada em meio às transformações dessa nova estrutura da sociedade impulsionada pelo avanço das tecnologias, a expansão da Educação a Distância não representa apenas uma medida social de ajuste que contribui para as garantias de estabilização econômica, desejadas pelos grupos dominantes da economia globalizada, mas também, um novo nicho mercadológico para as instituições privadas. Surgem, assim, novas perspectivas de flexibilização do trabalho, que se conformam perfeitamente com a organização do trabalho docente nesse contexto.

Os aspectos tratados nessa seção são importantes para que se compreenda o alcance e a importância da EaD no contexto educacional na última década. O conceito, a concepção, a terminologia e as políticas públicas que definem e sustentam esta modalidade de educação, estão permeadas por questões inseridas em um contexto social e econômico globalizado. Na medida em que o Estado se posiciona e assume o compromisso com as políticas neoliberais datadas da década de 1990, assume o compromisso de se mobilizar para tornar possível o alcance dos objetivos mundiais impetrados pela globalização. A Educação faz parte do conjunto de medidas a serem ajustadas nesta ótica. Dentro desse contexto se coloca a expansão do ensino superior, tanto na modalidade presencial quanto a distância. Um processo de expansão no ensino superior, dessa envergadura, não compreende apenas alterações nos seus aspectos pedagógicos, mas implicam também em reflexos no contexto de trabalho docente.

Nesse sentido, compreender o processo de regulamentação legal e expansão das políticas públicas que compõem e sustentam esta modalidade de educação é fundamental para subsidiar e encaminhar a análise de resultados em relação ao objeto dessa pesquisa: o trabalho docente no ensino superior a distância. Para se chegar ao nível de compreensão desejado, importa trazer ao contexto desta discussão o que pensam os estudiosos do Séc. XXI sobre as reconfigurações do trabalho docente e, de maneira especial, como tem ele se apresentado no ensino superior a distância, conforme será discutido na seção a seguir.

2 TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Nesta seção abordam-se os aspectos relativos às alterações da sociedade capitalista que se refletem de maneira processual na organização do trabalho docente. Trata-se de saber em que nível as mudanças gestadas pelas transformações na da sociedade capitalista afetam a organização e a natureza do trabalho docente no ensino superior distância.

2.1 Trabalho Docente na Contemporaneidade: reconfigurações

Nas seções anteriores, foram discutidas questões relativas à EaD que possibilitaram perceber a sua relevância no contexto de expansão do ensino superior brasileiro. Foi possível também observar os avanços em relação à sua consolidação no cenário educacional, sobretudo após a promulgação da LDB/1996. Não se pode ignorar, porém, que as políticas públicas de expansão do ensino superior, dentre as quais, aquelas relativas à modalidade de EaD, encontram-se no centro das transformações político-econômicas oriundas da década de 1990. Dentre elas, ressalta-se a passagem do fordismo¹⁰ para a acumulação flexível,¹¹ que traz transformações cruciais às formas de organização do trabalho, principalmente quanto aos princípios de: flexibilidade, colaboração, produtividade, eficiência e qualidade.

A educação, por sua vez, sofre as influências da reestruturação social e produtiva sob dois aspectos: o primeiro, enquanto a coloca como importante mecanismo para atingir os objetivos propostos para essa nova sociedade, a partir da reorganização do sistema educacional que institui currículos para o atendimento à demanda da nova ordem social vigente; o segundo, no que diz respeito ao trabalho docente. Dado à educação passar por uma nova forma de organização intensamente mediada pelas TIC, faz-se impor à EaD o trabalho colaborativo; os novos modelos de contratos, sob a forma de regime de tempo parcial,

¹⁰ “Em relação ao processo de trabalho, o fordismo caracteriza-se como prática de gestão na qual se observa a radical separação entre concepção e execução, baseando-se esta no trabalho fragmentado e simplificado, com ciclos operatórios muito curtos, requerendo pouco tempo para formação e treinamento dos trabalhadores”. (GUIMARÃES, 2006, p. 134)

¹¹ “Acumulação flexível designa as transformações ocorridas nos modos de produzir bens e serviços e de organizar os processos de trabalho, nos sistemas político e social de regulação da sociedade, nas normas de consumo, no uso dos espaços e do tempo e nos padrões da cultura” (LAPIS, 2006, p.22).

semiparcial e até mesmo os subcontratos, sem vínculos que lhes assegurassem os direitos trabalhistas aos profissionais.

Desse modo, tem-se uma sociedade marcada por mudanças profundas que colocam em evidência questões não tão novas, porém revestidas por diferentes nuances da conjuntura, e que levam ao questionamento de paradigmas sobre os quais se alicerça o desenvolvimento social e econômico. Dentre elas, situam-se aquelas que afetam diretamente a economia, a evolução da ciência e das tecnologias e o rompimento das barreiras espaciais. Tais mudanças são às vezes assustadoras e exigem uma capacidade de análise e adaptação à realidade capaz de fornecer subsídios para uma convivência salutar entre velhos conceitos e novas formas de leitura da realidade. Alguns quesitos necessários à sobrevivência em tempos de transformações são evidentes.

Viver na contemporaneidade requer atenção aos apelos desse novo tempo: rever as formas de pensar, sentir e atuar sobre essa realidade que não se nos apresenta de forma linear, mas de modo plural, numa multiplicidade e complexidade inscritas em redes e conexões, ampliando nossa inserção no mundo (LÜCK, 2008, p. 258).

Nesse sentido, a palavra de ordem no momento é flexibilidade, para lidar com as transformações emergidas do contexto da globalização e que consolidam as relações em todas as suas instâncias, a partir do avanço das tecnologias. Estas novas formas de relações, por sua vez, também se expressam no cotidiano de trabalho do professor, não só da EaD, como também da modalidade presencial, colocando-o frente a novos contextos que, por sua vez, imprimem reconfigurações no seu trabalho, seja nas formas ou nos conteúdos.

Daí, a importância de se considerar a relação educação/trabalho/sociedade. Ela permite que se analise o contexto em que se desdobram as políticas públicas que respaldam a organização social e econômica. Faculta entender suas influências em relação ao trabalho docente a partir dos princípios vigentes em um determinado momento histórico. Para melhor compreender esse processo, tenta-se, inicialmente, compreender como os princípios da reestruturação produtiva vêm se manifestando nas relações de trabalho no cenário do ensino superior brasileiro, considerados os dados divulgados pelo Censo do Ensino Superior de 2012 (INEP, 2012).

Na Tabela 4 seguem dados de realidade relativos às funções docentes e ao regime de trabalho dos professores no ensino superior no período de 2001 a 2012.

Tabela 4 – Número de Funções Docentes em Exercício na Educação Superior, por Regime de Trabalho, segundo a Categoria Administrativa — Brasil 2001/2012

ANO	CATEGORIA ADMINISTRATIVA	FUNÇÕES DOCENTES EM EXERCÍCIO			
		Total	Regime de trabalho		
			<i>Tempo Integral</i>	<i>Tempo Parcial</i>	<i>Horista</i>
2001	Total	204.106	90.631	129.316	—
	Pública	81.300	68.793	22.157	—
	Privada	122.806	21.838	107.159	—
2003	Total	254.153	96.326	62.470	110.020
	Pública	88.795	71.001	17.551	7.311
	Privada	165.358	25.325	44.919	102.709
2006	Total	302.006	107.750	63.131	131.125
	Pública	100.726	74.623	16.443	9.660
	Privada	201.280	33.127	46.688	121.465
2009	Total	340.817	143.963	73.059	123.795
	Pública	122.977	97.069	17.485	8.423
	Privada	217.840	46.894	55.574	115.372
2012	Total	362.732	171.815	92.013	98.904
	Pública	150.338	120.443	19.501	10.394
	Privada	212.394	51.372	72.512	88.510

Fonte: adaptado de INEP, 2012, *on-line*.

Os dados apresentados mostram-se em recortes trienais. Esta disposição de dados, com recortes a cada três anos, não se deu por acaso. O que se pretendeu foi analisar o movimento quanto aos regimes de trabalho docente no ensino superior, à luz dos princípios de flexibilização apontados pelo processo de reestruturação produtiva, a partir da década de 1990.

É oportuno sublinhar que, em 2001, ainda não havia registros relativos ao regime de tempo horista, tanto nas IES públicas, quanto nas IES privadas. Este regime de trabalho começa a aparecer a partir de 2002. Em 2003, o regime de tempo horista explodiu nas IES privadas, atingindo o número de 102.709 funções docentes, enquanto, nesta mesma categoria administrativa, o número de funções em regime de tempo integral era de 25.325. Já nas IES públicas, esse tipo de regime aparece também neste período, mas de forma mais tímida, com 7.311 funções. Esse número era insignificante em relação ao número de funções em regime integral nessa categoria: 71.001.

Os regimes de trabalho na forma de tempo parcial e horista são indicativos das alterações na natureza de vínculos trabalhistas sugeridos no contexto de acumulação flexível. Nos triênios que se seguem (2006, 2009 e 2012), a ampliação das funções docentes em regimes com maior flexibilização de tempo/hora demonstra uma prevalência em relação àquelas em regime de tempo integral nas IES privadas. Por outro lado, o movimento

contrário, ou seja, o número de funções em tempo integral se manteve sempre superior às funções em regimes de tempo parcial e horista nas IES Públicas.

Esse mesmo documento (Censo do Ensino Superior/2012) indica que “[...] em 2012, foram registradas 362.732 funções docentes, revelando um aumento de 1,5% em relação a 2011. Destas, 41,4% estão em IES públicas e 58,6% em IES privadas” (INEP, 2014, p. 75), os dados acima analisados, que confirmam um índice maior de funções docentes em IES privadas, mostram-se coerentes. No entanto, a questão a ser discutida, refere-se à estreita relação entre a evolução das funções docentes no ensino superior e a expansão desse nível de educação, nas últimas décadas, considerando nesse universo as IES que ofertam o ensino superior a distância e as reconfigurações do trabalho docente nesse contexto. Importa, assim, compreender em que medida as transformações que vêm se apresentando na sociedade contemporânea têm influenciado a nova conformação do trabalho no contexto do ensino superior a distância.

2.2 Trabalho Docente na Educação a Distância: natureza e organização

Compreender a natureza e a organização do trabalho docente na EaD passa inicialmente pela clareza sobre a relação entre trabalho e educação como fatores que se constituem historicamente. Saviani (2007, p. 152) ao discorrer sobre esta temática, afirma que “[...] trabalho e educação são atividades especificamente humanas”. Daí ser importante admitir que tanto o trabalho quanto a educação sejam atividades capazes de mover o homem e transformar o mundo em sua volta.

É exatamente essa capacidade de provocar mudanças que fazem do trabalho e da educação atividades tipicamente humanas. Porém, isto se dá dentro de uma lógica histórica e cultural que os coloca — homem e trabalho — sempre em movimento para criar e recriar artefatos que provoquem transformações na sociedade.

Saviani (2007, p. 154) assim entende a relação homem/trabalho:

Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico.

Dessa forma, aí se vê um processo de construção do homem a partir do seu próprio aprendizado. Por isso, a estreita relação entre educação e trabalho. Há uma dialética que pode ser vista em todos os períodos históricos cujas transformações impactaram o desenvolvimento da sociedade. Denota-se também o papel da educação, inicialmente de forma implícita, original e impulsionada pela necessidade de sobrevivência, que impele o homem a trabalhar para criar melhores condições de vida. É claro que essa análise demonstra uma forma de organização que expressa o processo do trabalho primitivo e, de igual forma, uma educação em sua origem, antes de ser institucionalizada. Logo a seguir, com o desenvolvimento da produção, criou-se a divisão do trabalho, e surgiram daí as diferenças sociais.

Pode parecer estranho buscar esta relação para falar do trabalho docente da EaD, porém, compreender o trabalho e a educação por esse prisma serve de base para entender que todo o processo de trabalho e vida social tem uma relação histórica, e que esta relação sofre modificações ao longo da evolução da humanidade. Diante disso, no contexto contemporâneo e como se viu nas seções anteriores, o trabalho e a educação continuaram a caminhar juntos. Um sempre impulsionando o outro e agregando novas formas de se organizarem e impulsionarem o desenvolvimento da sociedade.

Evidencia-se no panorama educacional do séc. XXI uma complexa estrutura política e econômica na qual se criam novas formas de organização da produção a serem conformadas pela e na sociedade, a partir do trabalho. A diferença é que tudo isso se dá em um contexto extremamente permeado por artefatos tecnológicos altamente desenvolvidos pelo próprio homem e seu trabalho, e que passam a exigir dele novos aprendizados.

A EaD, como se viu, vem desempenhando um papel importante na sociedade por sua capacidade de oferecer educação no atendimento às demandas de flexibilização de tempo/espaço e pela sua representação enquanto instrumento capaz de responder à democratização do ensino. A partir desta modalidade, torna-se possível estar vinculado ao processo institucionalizado de educação em todos os lugares: no trabalho, em casa, no transporte por meio de celulares, *tablets* e outros recursos tecnológicos. Por isso, importa saber qual o estado do conhecimento sobre o trabalho docente no ensino superior a distância, na última década e, a partir daí, compreender a natureza (dinâmica de trabalho, processo de desenvolvimento profissional) e a organização do trabalho (processo de estruturação das atividades docentes) docente nesse contexto.

2.2.1 Natureza do trabalho docente na EaD

As transformações do processo de trabalho ocorridas na década de 1990 se estenderam ao sistema educacional, em especial no que diz respeito aos impactos das TIC. Com a internet, surgiram as possibilidades de desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem interativos, com novas formas de organização do ensino mais flexíveis, como no caso da EaD. Paralelo a isso, houve uma expressiva aceleração no processo de expansão desta modalidade da educação, nas últimas décadas, que, conseqüentemente, provocou alterações significativas no trabalho docente, de forma especial no ensino superior.

O quadro social e econômico traz à tona questões que, de certa forma, sempre estiveram presentes no trabalho docente. Uma delas diz respeito ao desenvolvimento profissional do professor, no sentido de saber se o professor que atua no EaD tem recebido a formação necessária para este trabalho. Ao que se sabe, até o presente, não existem cursos de graduação que ofereçam esta formação específica ao professor, no Brasil. O que se conhece são cursos de pós-graduação *lato sensu*, com propostas pedagógicas voltadas aos saberes iniciais sobre a EaD. Isso não significa necessariamente que sejam capazes de preencher as lacunas da formação e/ou que esta seja adequada para superar o seu novo desafio — ser professor na EaD.

Afinal, o que mudou quanto à natureza do trabalho docente na EaD? Segundo Belloni (2005, p. 193), é preciso considerar nesta modalidade de educação algumas variáveis, dentre as quais se situam as “[...] novas funções e características do professor (transformação da função docente de rotineiramente individual em necessariamente coletiva)”. No que diz respeito à natureza do trabalho docente na EaD, esta questão é importante, na medida em que se reconhece existirem especificidades inerentes ao trabalho docente na EaD que as diferem do ensino presencial. A característica de trabalho coletivo apontada pela autora é apenas uma das alterações quanto à natureza deste trabalho, podendo enumerar-se ainda: o papel do professor (ganha nuances de mediador e incentivador do processo de aprendizagem mediado por tecnologias); a comunicação (passa a ser por webconferência, *chat*, *e-mail*); o material didático (constituído por hipertextos disponibilizados em ambientes virtuais de aprendizagem); a fragmentação do trabalho e a alteração da relação espaço/tempo do trabalho docente.

As alterações quanto à natureza do trabalho na EaD se refletem também nas questões trabalhistas, pois, ao se falar em trabalho coletivo e fragmentado, reporta-se imediatamente às formas contratuais que estão sendo colocadas para o professor no contexto capitalista. Nessa direção, situam-se a precarização do trabalho, as condições em que ele tem se realizado, as formas de contratos flexíveis alicerçados em regime de tempo parcial e horista. São situações que vêm sendo frequentemente adotadas principalmente pelas IES privadas. Embora não caiba aqui adentrar em discussões mais aprofundadas sobre essa questão, elas são aqui registradas, sobretudo porque nas publicações analisadas tiveram espaço.

Todas as características do trabalho na EaD levam à integração das TIC ao contexto educacional e cobram do professor uma nova forma de atuação, além de impor-lhe outras exigências sobre o seu conhecimento, que impactaram no seu fazer pedagógico, no seu processo de desenvolvimento profissional e na dinâmica de trabalho respondem a um dos objetivos da pesquisa, qual seja: existem especificidades que diferenciam o trabalho docente na modalidade presencial em relação à modalidade EaD? Quais seriam elas?

Em relação à natureza do trabalho docente e conforme o encontrado pode-se afirmar que sim. Mas resta saber ainda o que se coloca quanto à organização do trabalho docente na EaD.

2.2.2 Organização do trabalho docente na EaD

Compreender a organização do trabalho docente na EaD significa saber: o que os professores da EaD fazem separados, o que fazem juntos e o que fazem em conjunto.

Em face à constatação de que existe um trabalho fragmentado e coletivo que se concretiza nesse contexto, é importante buscar, em outras visões e interpretações colocações que possam auxiliar o entendimento da questão. Mill (2014, p. 67) refere-se à organização do trabalho na EaD como “polidocência”, ao que esclarece:

O termo polidocência é composto de poli, no sentido de multiplicidade, e docência, aquele que exerce a atividade de ensinar, responsável pela decisão pedagógica no ensino-aprendizagem, com o objetivo de melhorar esta última. Polidocência virtual é, portanto, a docência realizada por um coletivo de trabalho na EaD, mediada pelas TDIC.

A colocação do autor faz compreender que o coletivo de trabalho, organizado em torno do processo de ensino na EaD, refere-se à docência exercida por várias pessoas com a intenção de imprimir qualidade ao ensino-aprendizagem mediado pelas TDIC, nesta modalidade. Admite-se, portanto, a fragmentação do trabalho, uma vez que se demanda o concurso de vários profissionais para sua concretização. A admissão do trabalho coletivo na EaD, porém, não o exclui na docência presencial, quando, por exemplo, as equipes se propõem metodologias de construção do projeto pedagógico, do trabalho por projetos. A diferença é que no presencial, estas são características desejadas e não obrigatórias. No entanto, na EaD existem fatores que fazem com que este tipo de organização se torne imprescindível, pois de outra forma o processo não tem como se realizar. Mill (2014, p.28), ao se referir a esta questão, afirma:

Na educação tradicional, um professor pode ministrar sua aula individualmente (*unidocência*), caso não se disponha a trabalhar por projetos. Na modalidade de EaD, esse mesmo professor geralmente não pode contar com a possibilidade de ministrar uma aula sozinho, pois, para isso, precisaria de turmas pequenas e deter um conjunto de saberes bastante diversificado e não diretamente relacionados à formação docente tradicional.

Sendo assim, elementos que se expressam na natureza do trabalho na EaD se manifestam também na sua organização. Uma vez que se admite ser esta modalidade mediada pelas TIC, com a intenção expressa de facilitar a organização do ensino em tempos e espaços diferentes, para atender a um número expressivo de alunos, há que se considerar a complexidade do processo e o grau de exigências quanto ao conjunto de saberes e fazeres necessários à sua prática.

Cabe ainda se considerar no trabalho na EaD, os diferentes modelos em que se organiza o processo de ensino nesta modalidade. Para cada um desses modelos se demanda um tipo de organização da equipe de trabalho. Moreira (2009) salienta para a relação de complexidade do projeto e o número de profissionais envolvidos, a distribuição de papéis como fatores determinantes na composição das equipes de trabalho.

No Quadro 3, apresentam-se as principais formas de composição das equipes de trabalho na EaD, conforme entendimento nosso, mediante análise da produção sobre o assunto.

Quadro 3 – Composição de Equipes na EaD

EQUIPES	COMPETÊNCIAS
<i>Equipe gestora</i>	Profissionais que definem, organizam e acompanham as atividades do projeto de EaD.
<i>Equipe de autores ou conteudistas</i>	Desenvolvem o conteúdo, seleciona e organiza materiais, propõe dinâmicas, estratégias e recursos pedagógicos a serem desenvolvidos. Pode ou não acompanhar a tutoria das atividades e estar envolvidos nos demais processos de desenvolvimento de materiais pedagógicos nas diferentes mídias. São chamadas por conteudistas ou mentores por algumas instituições. Profissionais envolvidos: professores universitários, especialistas em conteúdos, redatores e revisores.
<i>Equipe pedagógica</i>	Assume diferentes papéis por isso é composta por especialistas em EaD, tecnologia educacional, comunicação e multimídia.
<i>Equipe design instrucional</i>	Profissional com perfil interdisciplinar, nas áreas de educação, comunicação e tecnologia. Acompanha o projeto desde o planejamento até a etapa de avaliação em cursos ou atividade a distância.
<i>Equipe de arte</i>	Responsável pela direção de arte, desenho gráfico, animações, ilustrações. Formada por diferentes perfis profissionais: web designers, designers de interfaces, artistas gráficos, programadores, desenhistas em 3-D, ilustradores e outros.
<i>Equipe de tutores ou mediadores da aprendizagem</i>	Professor que acompanha os alunos no período de atividades. Denominado tutor, professor orientador ou mediador. Responsável por criar situações de aprendizagem interativas, animar as inteligências coletivas, orientar as discussões, amenizar conflitos, entre outros. Suas funções podem diferir segundo definições dos papéis atribuídos pelas IES e a concepção pedagógica do curso.
<i>Monitoria pedagógica</i>	Profissional que acompanha os participantes durante a trajetória de aprendizagem, comunica-se com eles sobre dúvidas na organização do tempo ou na execução das atividades, identifica dificuldades e busca soluções, elabora planilhas de acompanhamento, comunica-se com aqueles que não participam identificando as causas, estimula a participação dos alunos e acompanha a interação.
<i>Suporte técnico</i>	Acompanha os participantes nas suas dúvidas ou dificuldades tecnológicas. Promove assistência sobre o funcionamento do ambiente virtual de aprendizagem e sistemas. Auxiliar em procedimentos de download de arquivos, instalação de programas, impressão ou resolução e problemas com a tecnologia.
<i>Equipe tecnológica</i>	Profissional responsável pela gestão da base de dados do curso, gestão o ambiente virtual de aprendizagem, gerenciamento da montagem de turmas, de procedimentos de segurança e informação.
<i>Alunos</i>	Podem ser considerados agentes das equipes e produção, em especial quando se prevêem a participação dos alunos, suas produções individuais e coletivas como parte do processo de ensino-aprendizagem.

Fonte: adaptado de MOREIRA, 2009, p. 373–4.

Como foi dito, a composição da equipe que desenvolve o trabalho docente na EaD, e os modelos, pelos quais esta modalidade se organiza, não seguem uma única orientação, nem são padronizados. Elas são influenciadas pela concepção de educação e pelas decisões de cada IES. Mas, de forma geral, o Quadro 3 representa a composição das funções assumidas nesse contexto e do elenco de profissionais necessários para o bom andamento de uma proposta pedagógica nesta modalidade.

Pela descrição das equipes e de suas competências no processo de EaD, ficam claros os novos papéis a serem assumidos pelos professores para o bom desempenho do trabalho docente e seu lugar no processo de ensino-aprendizagem. O professor é mencionado diretamente apenas em duas equipes — “autores ou conteudistas” e “tutores ou mediadores da aprendizagem“. Na equipe classificada como “equipe de monitoria pedagógica”, as funções desempenhadas assemelham-se àquelas propostas para a equipe de “tutores ou mediadores”, sem, no entanto, estabelecer a necessidade de serem desempenhadas por um professor. Isso, de certa forma, configura não só a precarização, como também a fragmentação do trabalho na EaD. O professor, ao assumir o lugar de autor ou conteudista, colocado pela autora nessa estrutura, assume as tarefas de: “[...] desenvolver o conteúdo, selecionar e organizar materiais, propor dinâmicas, estratégias e recursos pedagógicos a serem desenvolvidos”, podendo ou não “acompanhar a tutoria” (MOREIRA, 2009, p. 373). Ou seja, a aula por ele pensada torna-se um conteúdo que, de forma fragmentada, será executada por outros professores. O professor perde a noção de como esse conteúdo será ministrado ao final e também perde sua autonomia, uma vez que não tem poder de decisão sobre o processo e o seu resultado. Fica assim caracterizada a fragmentação do seu trabalho.

Nas competências do professor, de acordo com a sugestão colocada por Moreira (2009), tanto como “autores conteudistas” quanto como “tutores ou mediadores da aprendizagem”, sugerem a redefinição do papel do professor. Esta alteração da forma de organização, vista pelo ângulo do processo de reestruturação produtiva, configura a otimização do processo de trabalho do professor, a redução de custos, o aumento da produtividade e a flexibilização nas formas de contrato do professor, que aí é entendido como “autor conteudista” ou “tutor”, caracterizando a precarização do trabalho docente. Outro aspecto percebido foi a complexa estrutura organizacional que evidencia o trabalho colaborativo nessa modalidade. Seria impossível um único profissional dar conta de tamanha diversidade de conhecimento na sua formação profissional e de realizar individualmente uma aula na EaD.

As análises em torno do trabalho docente na EaD têm como preocupação central compreendê-lo em sua natureza [dinâmica de trabalho, processo de desenvolvimento profissional] e organização [processo de estruturação das atividades docentes]. Há, portanto, aspectos positivos e negativos quanto ao trabalho docente na EaD. Não se pode esquecer que tudo isso acontece em um contexto capitalista, cujas influências de ordem econômica no cenário educacional brasileiro não podem ser negligenciadas. No entanto, é importante realçar

a força presente na relação histórica do papel docente e de seu trabalho na constituição de sociedades mais justas. Kuenzer e Caldas (2009, p. 23) reconhecem que:

[...] é por meio do trabalho que o professor, como os demais trabalhadores, ao mesmo tempo em que é submetido pelo capital ao processo de produção de valor — para a própria valorização desse mesmo capital, e não em benefício dos trabalhadores — contribui para a transformação dessa mesma realidade, tendo como horizonte a construção de relações sociais mais justas e igualitárias.

A EaD, edificada no terreno das transformações ocorridas na sociedade contemporânea, imprime necessariamente mudanças no trabalho docente. Mas, no centro desse processo, está a figura do professor (res)significando seu papel para atender a esta nova realidade. Seu trabalho assume uma lógica diferente daquela exigida no ensino presencial. Cabe-lhe desenvolver uma visão sistêmica do processo educacional nesta modalidade, que, em contrapartida, agrega ao seu conjunto de valores e saberes científicos novos conhecimentos e outras dimensões do processo de ensino-aprendizagem. Portanto, o trabalho docente, seja na EaD ou no presencial, precisa ser visto e valorizado no contexto das profissões humanas, isto é, como agente de transformação social, mais fundamental do que nunca.

3 A PESQUISA

Nesta seção expõem-se a pesquisa em sua contextualização, fundamentos e operacionalização. Ao apresentar o percurso metodológico realizado, têm-se como objetivos: descrever a trajetória realizada para a coleta; apresentar o mapeamento e demonstrar de forma sistematizada as fases realizadas nessa direção. Ao final, espera-se ter uma visão detalhada do processo percorrido e que o seu resultado contribua para a visualização do panorama da produção científica em relação ao objeto da pesquisa — o trabalho docente no ensino superior a distância.

3.1 Fundamentos

A pesquisa fundamenta-se no materialismo histórico, considerando que ele “[...] representa o caminho teórico que aponta a dinâmica do real na efervescência de uma sociedade” (MINAYO, 2007, p. 107–8). Isto significa dizer que as transformações sociais estão vinculadas a especificidades históricas que as colocam em constantes mudanças e transformações. A partir desta visão, na qual se procura entender o homem em suas relações sociais e históricas, é fundamental que se busquem, no contexto social e econômico, características que possibilitem compreender as novas formas de organização do trabalho. Em outras palavras, isso significa entender que toda transformação social surge do movimento histórico em que se evidenciam os pontos nevrálgicos que definem e caracterizam as sociedades. Nesse sentido, cada momento histórico tem suas peculiaridades que se manifestam nas formas de organização social, com reflexos na vida das pessoas, na sua cultura e em seus modos de trabalho, condicionado à produção e reprodução de novas estruturas.

No início do sec. XXI, os avanços na internet e nas redes sem fio tornaram a comunicação mais rápida e global, romperam barreiras e sinalizaram para a estruturação de uma nova forma de organização social, a chamada “sociedade em rede”. Essa expressão é adotada por Castells (1999) ao se referir a esta nova forma de estrutura social e afirmar que as interconexões que se estabelecem a partir da rede transformam e afetam nossa sociedade. Isto significa que:

A presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de dominação e transformação de nossa sociedade: uma sociedade de que, portanto, podemos apropriadamente chamar de sociedade em rede (CASTELLS, 1999, p. 565).

Com isso, a organização do tempo passou a exigir mais fluidez, tornando-se necessário compreender as novas práticas sociais daí advindas e seus reflexos no mundo do trabalho, e neste caso, sobretudo no que se refere ao trabalho docente.

Nessa direção, investigar o que se dá com o trabalho na modalidade da educação a distância pressupõe mergulhar em estudos que possibilitem compreender as reconfigurações ocorridas no mundo do trabalho em geral, e, em especial, do trabalho docente cada vez mais complexo. Este, permeado pela flexibilidade, interatividade e colaboração inerentes à sociedade globalizada e impregnada pelas tecnologias da informação e da comunicação. À medida que o trabalho docente vai se contaminando pelas características e condições da evolução tecnológica, exigem-se cada vez mais conhecimentos e domínio das novas tecnologias por parte do professor, colocado diante de um contexto de trabalho altamente desafiador, mas, sobretudo, significativamente alterado em sua natureza e organização.

Dada esta realidade, é preciso olhar para a educação a distância como uma modalidade de educação que vem se fortalecendo ao longo da história e ganhou reforço e visibilidade no plano educacional a partir da evolução das TIC. Estas, com suas características cada vez mais digitais, alteram a conjuntura educacional, cujos tempos e espaços carregam novas configurações em velocidade incontrolável, alterando o significado e o contexto da sala de aula. O que se coloca em discussão, portanto, é como e em que sentido esta nova realidade tem contribuído para a reconfiguração do trabalho docente.

Trata-se de discutir e analisar o trabalho docente no ensino superior a distância, em sua natureza e organização, como modalidade e alternativa configurada no contexto histórico de grandes transformações trazidas pela globalização, pelas reformas neoliberais e pela evolução das tecnologias da comunicação, sobretudo a partir da década de 90, consolidando o conhecimento sobre isso já produzido.

Para tal, a abordagem metodológica adotada neste estudo é qualitativa, pois segundo Minayo (2007 p. 57):

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam.

Nesse sentido, a partir da pesquisa qualitativa é possível realizar a revisão e a construção de novas abordagens em torno de processos sociais ainda pouco conhecidos, como é o caso do objeto dessa pesquisa: o trabalho docente no ensino superior a distância. É

necessário que se perceba o fato de maneira mais ampla buscando apreender o significado deste no contexto social em que está inserido. Trata-se da análise desse processo do ponto de vista interno, que se preocupa em quê e se as transformações ocorridas na organização deste trabalho podem afetar a forma de vida dos sujeitos.

Por tratar-se de um estudo das produções na última década, inclusive no tocante ao número de publicações afins ao tema, entende-se que em alguns momentos a pesquisa possui características quantitativas, podendo ser do tipo mista. Nesse sentido, compactuamos com o pensamento de Minayo (2007, p. 63), ao afirmar que é possível se aplicar a combinação entre os métodos qualitativos e quantitativos, porém esta opção deve ser aquela que

[...] tem a ver com o caráter do objeto específico de conhecimento aqui tratado: com o entendimento de que nos fenômenos sociais há possibilidade de se analisarem regularidades, frequências, mas também relações, histórias, representações, pontos de vista e lógica interna dos sujeitos em ação.

A escolha por tal combinação se deve ao interesse em analisar as regularidades e frequências com que é tratado o objeto da pesquisa na última década. Ou seja, serão adotadas análises quantitativas apenas para se verificar possíveis frequências e regularidades de aparição da temática nas publicações da década em estudo. É importante destacar que, mesmo possuindo características quantitativas, esta pesquisa não pode ser considerada uma pesquisa bibliométrica, uma vez que esta possui como foco central a quantificação da informação, conforme se define em André (2009, p. 435): “Bibliometria: estudo dos aspectos quantitativos da produção, da disseminação e do uso da informação registrada”. Portanto, considerando que o objetivo da pesquisa é compreender, a partir da produção científica da última década — 2003/2013 — como se define o trabalho docente no ensino superior a distância quanto à sua natureza e organização, vale evidenciar que quanto ao tipo e procedimento metodológico, esta pesquisa pode ser considerada qualitativa.

Em sua operacionalização, e quanto aos procedimentos técnicos utilizados, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cujo principal intuito é mapear e discutir o estado do conhecimento sobre o trabalho docente no ensino superior a distância. Por tratar-se especificamente do levantamento em apenas um tipo de periódico, os classificados em A1 pelo Sistema WebQualis, esta pesquisa é considerada do tipo “estado do conhecimento”. Segundo Romanowski e Ens (2006) as pesquisas do tipo “estado do conhecimento” se diferem daquelas denominadas “estado da arte”:

Os estudos realizados a partir de uma sistematização de dados, denominada “estado da arte”, recebem esta denominação quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções [...]. *O estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de “estado do conhecimento”* (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39–40; grifo nosso).

As pesquisas dessa natureza permitem realizar o levantamento e análise das produções de uma área ou um campo do conhecimento, de forma a contribuir para o avanço da sua construção teórica. Nessa direção, a partir dessa pesquisa bibliográfica do tipo “estado do conhecimento”, busca-se compreender os caminhos da construção do conhecimento em relação ao objeto da pesquisa no último decênio, já que se trata de universo ainda pouco conhecido.

A opção metodológica realizada se fundamenta na concepção de que uma pesquisa bibliográfica, em seu sentido mais apropriado, ultrapassa a visão comumente a ela atribuída enquanto simples procedimento de *revisão de literatura* ou *revisão bibliográfica* adotado na fase inicial de toda pesquisa, sendo em relação a ela apenas uma dentre outras etapas. Não é aqui esse o caso. O mapeamento da literatura é mais uma etapa. Representa o processo investigativo pelo qual se busca chegar a um balanço do que se tem produzido sobre a temática e como isso responder ou não ao problema de estudo. Trata-se, portanto, de compreender que a pesquisa bibliográfica vai muito além da busca pela literatura afim ao objeto, conforme afirmam Lima e Miotto (2007, p. 38):

Não é raro que a pesquisa bibliográfica apareça caracterizada como revisão de literatura ou revisão bibliográfica. Isto acontece porque falta compreensão de que a revisão de literatura é apenas um pré-requisito de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório.

Referindo-se aos aspectos que tangem aos objetivos, para Gil (2010, p. 43) “[...] uma pesquisa pode ser classificada com base em seus objetivos gerais e com base nos procedimentos técnicos a serem utilizados”. Nesse sentido, este trabalho se classifica em relação aos objetivos gerais como uma pesquisa do tipo exploratória, pois “[...] as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41).

3.2 Procedimentos Metodológicos

Para sistematização do processo de levantamento das publicações o percurso do trabalho foi definido em etapas que delinearão os procedimentos adotados para a

operacionalização da pesquisa. As etapas da coleta de dados foram realizadas a partir dos critérios estabelecidos pela pesquisa.

3.2.1 *Primeira Etapa: coleta de dados*

Integram o material de pesquisa artigos publicados no Portal de Periódicos da CAPES, no recorte temporal delimitado no decênio 2003/2013. A escolha desta fonte de publicações ocorreu pelo seu reconhecimento enquanto veículo de inquestionável importância e credibilidade na área de publicações científicas e por ser um portal de acesso a várias bases de dados.

Os critérios de busca e seleção do material foram: a) pesquisa no Portal de Periódicos da CAPES e na base de dados SciELO; b) artigos com classificação “A1” pelo sistema WebQualis publicados no decênio de 2003/2013; e c) artigos que possuíssem como tema central o trabalho docente, o trabalho docente no ensino superior a distância, educação a distância e ensino superior a distância.

Foi utilizada uma busca sistemática que compreendeu duas fases: na primeira fase coletaram-se artigos no Portal de Periódicos da CAPES, em bases de dados de domínio público selecionadas pelo próprio sistema, a partir de “busca simples”. Na segunda fase, realizou-se um refinamento de busca no referido Portal, por artigos publicados na base de dados *Scientific Electronic Library Online* – SciELO. A opção por realizar as duas fases se justificou ao perceber que alguns artigos localizados no Portal de Periódicos da CAPES não ofereciam possibilidade de acesso ao documento em PDF; uma vez que o referido Portal possui um extenso número de bases de dados, e nem todas são de domínio público.

Para localizar os artigos nas bases de dados selecionadas, foram definidos os termos descritores de busca, utilizados de forma isolada e/ou combinadas. Os termos descritores inseridos foram: educação a distância; trabalho docente; ensino superior; trabalho flexível; trabalho docente em EAD; educação a distância e trabalho docente; trabalho docente; ensino superior e trabalho docente; educação a distância e ensino superior; educação a distância e tecnologia; ensino superior e trabalho flexível. A produção foi buscada em idioma Português.

3.2.1.1 Busca de Artigos publicados em periódicos no Portal de Periódicos da CAPES

Nesta etapa da coleta de material, optou-se pela busca inicial no Portal de Periódicos da CAPES, tendo como primeira opção a “busca simples”, a partir da opção de filtro “por assunto”, utilizando o termo descritor “Educação a Distância”. Nesta busca foram encontradas 2.371 publicações. A partir do resultado anterior, inserimos mais uma opção de refinamento de busca utilizando os termos: “periódicos”, “revisados por pares”. Foram encontradas 725 publicações. O que representa um percentual de 30,57% em relação ao universo de 2.371 publicações encontradas na primeira opção de busca. Tal procedimento justificou-se por representar a fase inicial da pesquisa em relação à amplitude do tema sobre o qual não se tinha a dimensão quanto à diversidade de publicações existentes. A intenção, naquele momento, era a de realizar um mapeamento geral em que fosse possível ter uma primeira impressão quanto ao universo total de publicações sobre a temática. Na Tabela 5 indica-se o processo inicial de coleta de dados:

Tabela 5 – Etapas 01 e 1.2 do processo de coleta inicial no Portal de Periódicos da CAPES

	OPÇÃO DE BUSCA	TIPO DE FILTRO	TERMO DESCRITOR	RESULTADO
<i>Etapa 1</i>	Busca simples	Por assunto	Educação a Distância	2.371
<i>Etapa 1.2</i>	Busca simples	Por assunto	Educação a Distância	Periódicos Revisados por pares 725

Fonte: dados da pesquisa.

Os resultados das etapas 1 e 1.2 demonstraram uma diversificação de temas que indicou a necessidade de aprofundar os sistemas de busca. Sendo assim, a partir do universo de 725 publicações encontradas na etapa 2, aplicou-se mais uma estratégia de refinamento indicada no Portal de Periódicos da CAPES, pela opção de refinamento “por tópico”, na qual foram encontrados os seguintes resultados: “educação a distância” (370); “*Distance education*” (214); “Ensino À Distância” (141).

Nas tabelas 6 e 7 demonstra-se o segundo momento do processo de coleta de dados no Portal de Periódicos da CAPES, a partir do refinamento “por tópico”:

Tabela 6 – Etapas 02 do Processo de Coleta no Portal de Periódicos da CAPES

	OPÇÃO DE BUSCA	TIPO DE FILTRO	TERMO DESCRITOR	RESULTADO
<i>Etapa 2</i>	Busca simples	Por assunto	Educação a Distância	Periódicos Revisados por pares 725

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 7 – Etapa 03 do Processo de Coleta no Portal de Periódicos da CAPES

	OPÇÃO DE BUSCA	TIPO DE FILTRO	TERMO DESCRITOR	REFINAMENTO POR TÓPICO	RESULTADO
<i>Etapa 3</i>	Busca simples	Por assunto	Educação a Distância	Distance Education	214
				Educação a Distância	370
				Ensino à Distância	141

Fonte: dados da pesquisa.

Os resultados indicados nas tabelas 6 e 7 ainda não foram considerados satisfatórios e suficientes para alcançar os objetivos propostos, pois esses visam compreender o trabalho docente no contexto da EaD. Pela leitura dos títulos, percebeu-se que faltavam elementos. Diante desta constatação, visando a apurar o mecanismo de busca com o objetivo de alcançar um universo mais significativo de publicações, voltou-se ao processo de busca inicial, em que se atingira o universo de 2.731 publicações. Realizou-se novamente o processo de “busca simples” a partir do termo descritor “Educação a Distância”, com as seguintes opções de refinamento: “por assunto”, tipo de recurso “artigos”. Obteve-se o resultado de 1.584 publicações. A partir desse resultado, refinando mais uma vez a busca por idioma “Português”, foram encontradas 1.384 publicações. O que representa 87% em relação ao universo de 1.584 artigos coletados na busca anterior à aplicação do mecanismo de refinamento por idioma “Português”.

A Tabela 8 demonstra o resultado do processo de coleta de dados com os desdobramentos ocorridos a partir das opções de refinamento: “por assunto”, tipo de recurso “artigos”, em idioma “Português”:

Tabela 8 – Etapas 04 e 4.1 do Processo de Coleta no Portal de Periódicos da CAPES

	OPÇÃO DE BUSCA	TIPO DE FILTRO	TERMO DESCRITOR	RESULTADO	REFINAMENTO	RESULTADO
<i>Etapa 04</i>	Busca simples	Por assunto	Educação a Distância	2.731 Publicações	Tipo de recurso “Artigo”	1.584
<i>Etapa 4.1</i>	Busca simples	Por assunto	Educação a Distância	1.584	Artigos em Idioma Português	1384

Fonte: dados da pesquisa.

Novamente se chegou a um número expressivo de publicações, porém muitos se repetiam em relação às buscas anteriores e outros não apontavam ligação com os objetivos propostos pela leitura de seus títulos. Foi realizado novamente o processo de busca simples, a partir da delimitação do recorte temporal entre 2003/2013 — um dos critérios estabelecido na pesquisa — mantendo-se o termo descritor “Educação a Distância”. A partir do refinamento por: “mostrar somente periódicos revisados por pares”; pelo idioma “Português”; no recorte

temporal “entre 2003 e 2013”, obteve-se o seguinte resultado: no período de 2003 até 2005 (16); 2006 até 2007 (45); 2008 até 2012 (138); após 2012 (28).

Na Tabela 9 demonstra-se o resultado da busca simples no Portal de Periódicos da Capes após delimitar o recorte temporal.

Tabela 9 – Etapa 05 do Processo de Coleta no Portal de Periódicos da CAPES

TERMO DESCRITOR	REFINAMENTO: ARTIGOS REVISADOS POR PARES EM IDIOMA PORTUGUÊS		
	Período	Nº Artigos	%
<i>Educação a Distância</i>	2003 a 2005	16	7
	2006 a 2007	45	20
	2008 a 2012	138	61
	Após 2012	28	12
Total		227	100

Fonte: dados da pesquisa.

No total foram encontradas **227 publicações** na busca realizada no portal de Periódicos da CAPES em bases de dados de domínio público, selecionadas sem a aplicação de filtros pelo sistema de busca do portal. É importante destacar que, nesse estágio preliminar da pesquisa, ainda não se tinha realizado a seleção dos artigos pelo Sistema de Classificação WebQualis, não sendo possível, portanto, identificar quantos estariam classificados como A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C.

A demonstração do resultado na Tabela 9 indicou o aumento de publicações no período compreendido entre 2008 a 2012. Foi possível constatar que, dentre os 227 artigos encontrados pelo sistema de busca simples com a delimitação do período desejado, foram encontrados 138 artigos a partir do termo descritor “Educação a Distância” publicados entre 2008/2012. O que equivale a 61% em relação ao resultado encontrado na amostra total.

3.2.1.2 Segunda Etapa — Leitura e seleção dos artigos encontrados no Portal de Periódicos da CAPES

Nesta etapa foi realizada uma análise inicial dos **227** artigos encontrados, pelo título e pela leitura dos resumos. O resultado apontou que 32,15% do material encontrado eram artigos que não se referiam ao trabalho docente no ensino superior a distância. Ou seja, não atendiam ao critério de identificação e abordagem em relação ao objeto da pesquisa.

Mediante essa avaliação, optou-se por realizar novas buscas, agora pelo sistema de “busca avançada”, considerando a possibilidade de conseguir uma amostragem mais específica que melhor representasse o trabalho docente na modalidade de educação a distância, tendo como termos descritores, isolados e/ou combinados: Educação a distância; Educação a

Distância e Trabalho Docente; Trabalho Docente; Ensino Superior e Trabalho Docente; Educação a Distância e Ensino Superior; Educação a Distância e Tecnologia; Trabalho Flexível; Ensino Superior e Trabalho Flexível. Nesta fase foram encontradas 472 publicações.

Com base nos termos descritores acima mencionados, de forma isolada e/ou combinada, pelo sistema de “busca avançada”, a partir das opções de refinamento: tipo de periódico “artigos”, em idioma “português”; “no assunto”, com data de publicação “nos últimos 10 anos”, no “período de 01/01/2003 a 31/12/2013” os resultados encontrados foram os seguintes:

Tabela 10 – Resultado da busca avançada no Portal de Periódicos da CAPES

TERMOS DESCRITORES	Nº DE ARTIGOS
Educação a Distância	299
Educação a Distância e Trabalho Docente	02
Trabalho Docente	108
Ensino Superior e Trabalho Docente	04
Educação à Distância e Ensino Superior	18
Educação à Distância e Tecnologia	35
Trabalho Flexível	05
Ensino Superior e Trabalho Flexível	01

Fonte: dados da pesquisa.

Percebeu-se que a busca mesmo na forma de “busca avançada”, utilizando-se o termo descritor “Educação à Distância”, culminou em resultado muito amplo, em termos quantitativos e qualitativos (229). Pela leitura dos títulos e resumos dessas publicações chegou-se à conclusão que muitos destes artigos versavam sobre temas distanciados do objeto de estudo ou se referiam a aspectos isolados, cuja intenção não sinalizava o interesse com as inter-relações desejadas. Em face dessa constatação, foram desprezados os resultados referentes à busca pelo termo descritor “Educação a Distância” (299) e manteve-se o foco nos demais termos descritores, culminando com 173 publicações selecionadas inicialmente.

Com a intenção de verificar se as publicações encontradas estavam em consonância com o objeto da pesquisa — o trabalho docente no ensino superior a distância em instituições privadas — realizou-se uma análise detalhada pelos títulos e pela leitura dos resumos dos artigos selecionados. Deste filtro, detectou-se que **41 artigos (26,70%)** atendiam ao critério desejado por guardar relação com o objeto da pesquisa. Nos 173 artigos inicialmente identificados a partir da coleta de materiais no Portal de Periódicos da CAPES, na forma de busca “avançada”, foi realizado um primeiro corte pela leitura dos títulos e resumos, que resultou no total de **41 artigos** selecionados que farão parte do material da pesquisa.

O resultado final do processo de busca no Portal de Periódicos da CAPES pode ser visualizado no Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 – Processo geral de busca de artigos na base de dados Portal de Periódicos da CAPES

ETAPA	OPÇÃO DE BUSCA	TIPO DE FILTRO	TERMOS DESCRITORES	RESULTADO	OPÇÃO DE REFINAMENTO	RESULTADO	RECORTE TEMPORAL	RESULTADO
1	Busca Simples	Por assunto	Educação a Distância	2.371	N/A	N/A	N/A	N/A
1.2	Busca simples	Por assunto	Educação a Distância	2.371	Periódicos revisados por pares	725	N/A	N/A
2 e 3	Busca simples	Por assunto	Educação a Distância	725	Por tópico DistanceEducation Educação a Distância Ensino À Distância	725 214 370 141	N/A	N/A
4	Busca simples	Por assunto	Educação a Distância	2.731	Tipo de recurso “Artigo”	1.584	N/A	N/A
4.1	Busca simples	Por assunto	Educação a Distância	1.584	Artigos em Idioma Português	1.384	N/A	N/A
5	Busca Avançada	No assunto	Educação a distância Trabalho Docente Ensino Superior Trabalho Flexível Trabalho Docente em EAD		Tipo de periódico: Artigos Idioma Português No assunto Últimos 10 anos (2003 a 2013)	N/A	01/01/2003 a 31/12/2013	472
5.1	Busca Avançada	No assunto	Trabalho Docente Ensino Superior Trabalho Flexível Trabalho Docente em EAD		Tipo de periódico: Artigos Idioma Português No assunto Últimos 10 anos (2003 a 2013)		01/01/2003 a 31/12/2013	173
Resultado final da pesquisa no portal de periódicos da CAPES após a leitura dos resumos								41 artigos

Fonte: elaborado pela autora com base no Portal de Periódicos da CAPES

A síntese do processo de busca no Portal de Periódicos da CAPES, em bases de dados de domínio público, demonstra os detalhes do percurso percorrido para se chegar ao final desta etapa da pesquisa. A partir dele tem-se a ideia do nível de complexidade e persistência necessária ao pesquisador que se destina a realizar estudos do tipo estado do conhecimento.

3.2.1.3 Terceira Etapa — Busca base de dados *Scientific Electronic Library Online* – SciELO

Com o intuito de aprofundar os procedimentos de busca de publicações com foco no objeto de estudo, foi realizada uma segunda fase de pesquisa detalhada no Portal de Periódicos da CAPES, recorrendo à opção disponível de pesquisa a partir da indicação da “base de dados” de domínio público “SciELO.ORG”. Conforme exposto anteriormente, após a busca inicial percebeu-se que não era possível acessar alguns artigos encontrados no Portal de Periódicos da CAPES na formatação PDF. Esta constatação levou a investigar as razões pelas quais isso ocorria. Uma explicação possível é a de que nesse Portal existem muitas bases de dados e nem todas são de domínio público, impossibilitando o acesso ao documento em PDF.

Aplicando-se o filtro acima indicado, o sistema permitiu redirecionar a busca do Portal de Periódicos da CAPES para textos completos em sites com periódicos de acesso gratuitos inseridos na base de dados *Scientific Electronic Library Online* – SciELO. A partir das opções de refinamento: “Periódicos”, “Brasil”, “artigos”, “por assunto”, utilizando-se os seguintes termos escritores, isolados e/ou combinados, chegou-se ao seguinte resultado:

O resultado desta etapa da coleta de dados realizada na base de dados *Scientific Electronic Library Online* – SciELO, está demonstrado na Tabela 11.

Tabela 11 – Resultado da Coleta Material na base de dados SciELO

TERMOS DESCRITORES	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES	%
Educação a Distância	167	58
Trabalho docente no Capitalismo	01	0.34
Trabalho e Condições de Vida	01	0.34
Trabalho do Professor	01	0.34
Ensino a Distância	17	6
Ensino Superior Privado	04	1.4
Trabalho Docente	94	33
Trabalho Docente and Ensino Superior	03	10
Trabalho Docente and Ensino Superior Privado a distância	01	0.34
Total de publicações	289	

Fonte: dados da pesquisa.

Nesta fase da pesquisa foram encontrados **289 artigos**. Ao se analisar os resultados desta etapa de busca da pesquisa um aspecto que chamou a atenção foi a diferença encontrada na terminologia normalmente utilizada, quando se trata da modalidade de educação a distância. Muitos autores tratam o assunto como “educação a distância” (167), outros utilizam a expressão “ensino a distancia” (17). O que ficou evidenciado na demonstração do resultado da pesquisa é que em relação à amostra — 289 artigos (58%) adotam a terminologia “educação a distância, enquanto 6% utilizam a expressão “ensino a distância”. Mais uma vez, em outra base de dados de produções científicas, a terminologia Educação a Distância se destaca sobre as demais. Diante disso optou-se por abordar na pesquisa, na Seção 1, aspectos que pudessem elucidar a questão da terminologia em EaD.

3.2.1.4 Quarta Etapa — Leitura e seleção dos artigos encontrados na base de dados *Scientific Electronic Library Online* – SciELO

Após análise feita a partir da leitura dos títulos e resumos dos 289 artigos inicialmente selecionados, verificou-se que 76% não atendiam ao critério da pesquisa por não abordarem o seu objeto — o trabalho docente no ensino superior a distância em instituições privadas. Desta forma, do total da amostra coletada nesta fase, foram selecionados **70 artigos** que interessavam à pesquisa, por atenderem aos objetivos estabelecidos.

O resultado final do processo de busca na base de dados *Scientific Electronic Library Online* – SciELO pode ser visualizado a seguir, no Quadro 5.

Quadro 5 – Resultado final do processo de busca na base de dados *Scientific Electronic Library Online* – SciELO

ETAPAS	OPÇÃO DE BUSCA	TIPO DE FILTRO	TERMOS DESCRITORES	RECORTE TEMPORAL	RESULTADO
01	Periódicos Brasil	Artigos Por assunto	Educação a Distância Trabalho Docente no Capitalismo Trabalho e Condições de Vida Trabalho do Professor Ensino a Distância Ensino Superior Privado Trabalho Docente	2003/2013	167 01 01 01 17 04 94 03 01
Resultado da pesquisa na base de dados SciELO					289
Resultado da pesquisa na base de dados SciELO após a leitura dos Resumos					70

Fonte: elaborado pela autora a partir da base de dados SciELO.

O total de publicações encontradas de 70 artigos, coletados na base de dados *Scientific Electronic Library Online* – SciELO, foram agrupados os 41 artigos encontrados na pesquisa realizada na primeira fase no Portal de Periódicos da CAPES, chegando-se assim, a um total de **111 artigos** a ser analisados nesta pesquisa.

3.2.1.5 Quinta Etapa — Catalogação dos artigos selecionados

Os 111 artigos selecionados na coleta de dados no Portal e Periódicos da CAPES e na base de dados SciELO, foram catalogados em planilha com os seguintes identificadores: número de artigos, natureza, metodologia de busca, recorte temporal, título, autores, fonte e referência, documento em PDF, conforme pode ser visto no Apêndice 01.

Em seguida foi realizada uma pesquisa detalhada no Sistema WebQualis para verificar a classificação dos periódicos em que foram publicados os 111 artigos selecionados na amostra. Concluiu-se que 74 desses artigos pertenciam à classificação “A1”, critério estabelecido inicialmente para selecionar o material. O resultado detalhado da pesquisa no Sistema WebQualis foi organizado em um quadro apresentado no Apêndice 2.

O resumo do resultado geral da Classificação no Sistema WebQualis está demonstrado no Quadro 6.

Quadro 6 – Resultado da Pesquisa de Classificação dos Periódicos no Sistema WebQualis

ETAPAS DA PESQUISA	CLASSIFICAÇÃO							
	A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5	C
Etapa 1– Portal de Periódicos da CAPES	19	06	02	05	02	03	01	03
Etapa 2–Base de dados <i>ScientificElectronic Library Online</i> - SciELO	55	07	06	01	01	0	0	0
Total	74	13	08	06	03	03	01	03
	67%	12%	7%	5%	3%	3%	1%	3%

Fonte: dados da pesquisa.

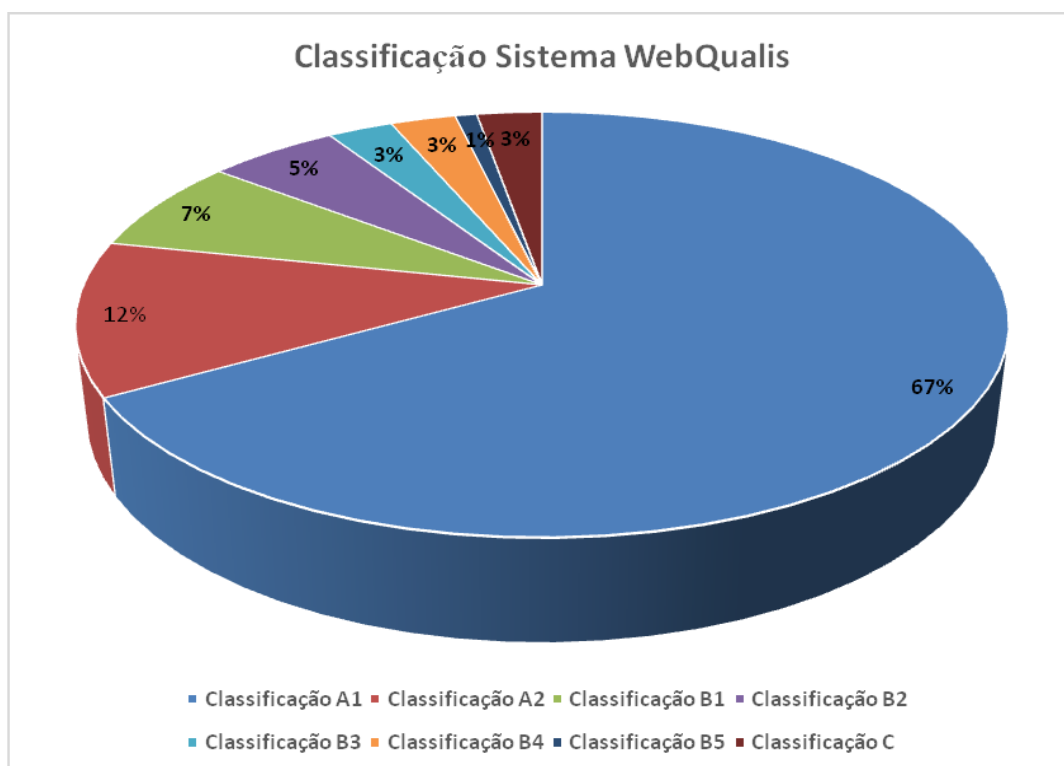
Nesta etapa verificou-se que 74 (setenta e quatro) artigos estavam publicados em periódicos classificados em A1, 13 (treze) em A2, 08 (oito) em B1, 06 (seis) em B2, 03 (três) em B3, 03 (três) em B4, 01 em B5, 03 (três) em C. Os resultados encontrados nesta etapa de análise do material coletado em relação à classificação dos artigos pelo Sistema WebQualis, chamaram a atenção quanto ao número de publicações com classificação “A1”. Do total de artigos selecionados, 74 (67%) estão inseridos nesta categoria.

Dos 111 artigos selecionados, após passarem pela pesquisa de classificação do Sistema WebQualis, foram descartados 48 por não atenderem aos critérios da pesquisa; 37 por estarem fora do critério “publicados em periódicos com classificação “A1” pelo Sistema WebQualis”; e 11, fora do critério recorte temporal “publicado no decênio 2003/2013”, dos quais 7 estão publicados em periódicos com classificação “A1”.

Após os ajustes relativos ao recorte temporal, foram selecionados **63 artigos**, dentre os 111 inicialmente coletados, (57%), a partir dos critérios de seleção propostos — Artigos Publicados no Portal de Periódicos da CAPES e na base de dados SciELO, em periódicos qualificados com classificação “A1” pelo Sistema WebQualis, no decênio de 2003/2013 —. Com base nesta constatação, confirmou-se que a decisão tomada inicialmente de compor a amostra da pesquisa por artigos publicados em periódicos classificados em “A1” pelo Sistema WebQualis; ou seja, 57% do material coletado — seriam suficientes para representar o panorama das produções científicas da última década, escopo dessa pesquisa.

A representação desse percentual e sua relevância em relação ao universo do material selecionado podem ser mais bem visualizadas no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Demonstração do resultado da classificação dos artigos pelo sistema WebQualis em relação à amostra total.



Fonte: dados da pesquisa.

Os quadros demonstrativos do resultado da pesquisa no Sistema WebQualis identificando os periódicos, as publicações por período e suas respectivas classificações seguem indicados ao final, na parte pós-textual como: Apêndice 3 - Resultado da Pesquisa WebQualis de periódicos classificados em “A1, A2”; Apêndice 4 - Resultado da Pesquisa WebQualis de periódicos classificados em “B1 e B2” nos seus respectivos períodos de publicação.

Concluídas as etapas de coleta e a seleção do material da pesquisa, iniciou-se a fase de leitura, agrupamentos de temas e fichamento dos artigos. Para esta fase, foi elaborado um instrumento em forma de roteiro para a leitura e levantamento das informações com os seguintes tópicos: identificação: título, localização, referência; especificações: tema central, objetivo, conceitos adotados, concepções teóricas, metodologia, referencial teórico e contribuições para a pesquisa, conforme indicado no Apêndice 5.

3.2.1.6 Sexta Etapa — Procedimentos de Análise do conteúdo

O material da pesquisa se compõe de 63 artigos, cuidadosamente selecionados a partir dos seguintes termos descritores, isolados e/ou combinados: Educação a Distância; Ensino a Distância; Ensino Superior Privado; Trabalho docente no Capitalismo; Trabalho e Condições de Vida; Trabalho do Professor; Trabalho Docente; trabalho docente em EaD; trabalho flexível; Educação a Distância e Ensino Superior; Educação a Distância e Tecnologia; tecnologias e educação; Ensino Superior e Trabalho Flexível; Educação a Distância e Trabalho docente.

Para o tratamento dos dados, tomou-se por base a Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2011), por ser rica em possibilidades de organização descritiva do conteúdo a partir da categorização dos elementos a serem analisados. Isso considerado optou-se pela realização da análise temática, que “[...] consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 2011, p. 135).

Partindo desse entendimento e considerando que o trabalho docente no ensino superior a distância é o objeto da pesquisa e possui foco em dois aspectos (“trabalho” e “educação a distância”) e, que esses aspectos têm interface com várias áreas do conhecimento que interferem significativamente no resultado da pesquisa bibliográfica, optou-se pela organização do material coletado por temas. Segundo Bardin (2011, p. 135) “[...] o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos

critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”. Em assim sendo, definiu-se que o tema estará mais bem representado pelas áreas temáticas assim colocadas: trabalho docente, educação a distância e políticas públicas. A partir dessas áreas se estabeleceram as categorias de análise, a conferir no Quadro 7.

Quadro 7 – Categorização da Pesquisa sobre Trabalho Docente em EaD

ÁREA TEMÁTICA	CATEGORIAS
1 - Trabalho Docente	<i>a) Globalização, reestruturação produtiva e trabalho docente</i> Precarização Intensificação Proletarização Trabalho Voluntário <i>b) Capitalismo e Trabalho Imaterial</i> Configurações Implicações no processo pedagógico <i>c) Processo de trabalho</i> Natureza das atividades Organização do Trabalho
2 - Educação a Distância	<i>a) Processo Pedagógico</i> Modelos de EaD Avaliação Percepção do Professor Formação de Professores <i>b) Tecnologias</i> Planejamento de Sistemas computacionais Ferramentas para Pesquisa Ambiente de Aprendizagem
3 - Políticas Públicas	<i>a) Ensino Superior</i> Políticas Ensino Superior Público/privado Privatização do Ensino Superior Políticas de Formação de Professores <i>b) Qualidade em Discussão</i> Globalização Qualidade EaD

Fonte: dados da pesquisa.

O Quadro 7 representa não só as áreas temáticas e as categorias identificadas no material coletado, mas indicam também a complexidade de relações a serem estabelecidas na direção de responder ao problema da pesquisa, reiterado aqui da seguinte forma: *como a produção científica brasileira — no período de 2003–2013, na forma de artigos em periódicos qualificados em A1 — trata a natureza e a organização do trabalho docente no ensino superior a distância?*

É na interface entre as áreas temáticas, as categorias e os aspectos relevantes daí destacados que se revela o teor das publicações e também se há ou não a presença de discussões científicas que evidenciem a natureza e a organização do trabalho docente em EaD na última década.

3.3 Análise dos resultados e discussão — procedimentos

É importante, inicialmente, retomar as razões pelas quais se fez a opção de compor a o material da pesquisa por artigos qualificados divulgados em publicações classificadas em “A1” pelo sistema de WebQualis. É que eles possuem a representatividade necessária em relação ao total de publicações: são 57% das publicações selecionadas, ou seja, 63 artigos.

A ordem com que se dispõem as áreas temáticas não tem a intenção de estabelecer qualquer tipo de hierarquia por grau de importância. Dos 63 artigos, que constituem o material da pesquisa, as áreas temáticas serviram para clarificar temas considerados centrais nas publicações analisadas, todos em igual nível de relevância para a pesquisa. Assim, foram selecionados para a análise, com base nas áreas temáticas: 26 (41%) artigos que tratam de aspectos relativos ao trabalho docente; 23 (36 %) artigos que se referem à educação a distância e 15 (23%) que trazem aspectos relevantes das políticas públicas do ensino superior. As discussões ora apresentadas têm como base o referencial teórico adotado na pesquisa e buscam demonstrar aspectos que possam responder ao objetivo da pesquisa — *compreender a partir da produção científica da última década — 2003/2013 — como na modalidade de educação a distância o trabalho docente no ensino superior se define quanto à sua natureza e organização em instituições privadas.*

4 TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA: ESTADO DO CONHECIMENTO

Nesta seção, serão analisados os artigos classificados em *A1*, pelo Sistema WebQualis, selecionados com o intuito de explicitar as contribuições das produções científicas para a constituição do resultado da pesquisa — o estado do conhecimento — sobre a natureza e organização trabalho docente no ensino superior a distância demonstrado nas publicações da última década — 2003/2013.

4.1 **O que dizem as produções da área temática Trabalho Docente: conteúdos em destaque**

As produções referentes à área temática *trabalho docente* foram analisadas a partir das categorias: a) globalização, reestruturação produtiva; b) capitalismo e trabalho imaterial; c) processo de trabalho. Os artigos foram primeiramente agrupados por data e, a partir desta organização buscou-se verificar a prevalência de abordagens em relação à categoria que a define.

Nas publicações relativas ao período de 2004 a 2007, as discussões tinham como foco os reflexos das reformas educacionais ocorridas na década de 1990, em que os aspectos da globalização e precarização do trabalho se apresentavam de forma enfática nas falas dos autores: Oliveira (2004; 2005; 2007); Barreto (2004); Lüdke e Boing (2007); Silva Júnior e Sguissardi (2005); Mancebo, Maués e Chaves (2006); Ferreira (2006); Borges e Oliveira (2006); Mancebo (2007); Bosi (2007). A partir deles é possível distinguir os impactos das reformas educacionais sobre o ensino superior e as tecnologias como aliadas do processo de precarização do trabalho docente, conforme se pode depreender das produções selecionadas, e cujos recortes seguem indicados:

[...] podemos perceber que o movimento de reformas que toma corpo nos países da América Latina nos anos de 1990, demarcando uma nova regulação das políticas educacionais, traz conseqüências significativas para a organização e a gestão escolares, resultando em uma reestruturação do trabalho docente, *podendo alterar*, inclusive, sua *natureza e definição* (OLIVEIRA, 2004, p. 1.132, grifo nosso).

Nesse movimento, tem sido anunciado um novo paradigma educacional. [...] Esse novo paradigma é constituído pela *substituição tecnológica e pela racionalidade instrumental, está inscrito na “flexibilização”, especialmente na precarização do trabalho docente*, sendo coerente com a lógica do mercado: quanto maior a presença da tecnologia, menor a necessidade do trabalho humano. Em outras palavras, prevê cada vez menos professores e mais alunos [...] (BARRETO, 2004, p. 1.189, grifo nosso).

[...] as mudanças ocorridas no contexto político latino-americano, que estariam conformando uma nova *regulação da política educacional*, seguem uma tendência internacionalmente observada de centrar-se na *performatividade da escola*, o que tem trazido sérias consequências para os trabalhadores docentes, *provocando uma reestruturação de seu trabalho* em um cenário contraditório e ambivalente (OLIVEIRA, 2005, p.771, grifo nosso).

[...] podemos afirmar que, ao longo da década de 1990, com a implementação das políticas de ajuste neoliberais, as esferas pública e privada foram redefinidas nas mais variadas atividades humanas, no âmbito do Estado e da sociedade civil [...] Como consequência para o setor educacional, em especial para a educação superior brasileira, os sucessivos governos brasileiros neoliberais vêm implementando uma reforma estrutural nas universidades por meio de um intenso processo de privatização que tem, dentre outros aspectos, afetado a *organização do trabalho docente* (MANCIBO; MAUÉS; CHAVES, 2006, p. 49, grifo nosso).

Cada vez mais *privatizados os meios de produção do trabalho docente* (e do conhecimento), resta aos professores desenvolverem suas próprias condições de trabalho, combinado pelo “empreendedorismo”, um dos mais antigos e eficientes artefatos ideológicos do capital voltado para convencer e converter ao trabalho homens e mulheres, há exemplos de ímpar vulgaridade sobre como a instrumentalidade do comportamento adequado à lógica produtivista é defendida e divulgada [...] (BOSI, 2007, p.1.514, grifo nosso).

No contexto da globalização, a precarização do trabalho representa uma das principais características das mudanças introduzidas pelo capitalismo a impactar todos os setores da sociedade, inclusive a educação. É nesse cenário que se abordam os estudos sobre o trabalho docente no intuito de provocar reflexões que suscitem questionamentos e favoreçam o entendimento dessa nova realidade. Druck (2013, p.56) entende que:

No contexto dos últimos vinte anos, a mundialização do capital sob a hegemonia do capital financeiro e as políticas neoliberais retroalimentaram-se, tornando a precarização um fenômeno central que se generaliza “por toda parte” [...] O conteúdo dessa (nova) reestruturação é dado pela condição e instabilidade, insegurança, fragmentação dos coletivos e trabalhadores e brutal concorrência entre eles.

As preocupações demonstradas na literatura sobre as mudanças no contexto educacional refletem a reorganização do trabalho imposta pela globalização e condizem com os referenciais sobre o tema. Segundo Antunes (2013b;) as tendências mundiais de aumento

dos níveis de precarização do trabalho trazem novas formas de contratos e exploração da força de trabalho; Castells (1999, p.265), ao afirmar que “[...] o processo de trabalho situa-se no cerne da estrutura social [...]”, esclarece que as transformações tecnológicas no trabalho, em função da reestruturação produtiva e da sociedade em rede, constituem-se meios para que a globalização afete a sociedade.

No contexto político e econômico que marcou a década de 1990, o Brasil aderiu às mudanças necessárias à sua integração na economia mundial engendrada pela globalização. Em consequência dos ajustes para manter a ordem econômica, fez-se uma reestruturação política e econômica que inclui: mudanças no sistema educacional, nas privatizações e na reconfiguração do trabalho em todos os setores.

O que se aponta nas publicações indica que, de modo geral, as mudanças foram representadas pela precarização do trabalho docente como inerente ao processo e caracterizada pela intensificação, proletarização, trabalho voluntário, flexibilização do trabalho em sua forma de contrato, horário, lugares e tempos.

Nas publicações no período de 2008 a 2012, os temas centrais continuam norteados pelo processo de reestruturação produtiva desencadeado na década de 1990. São analisadas as alterações no trabalho docente a partir do capitalismo flexível.

Nesse cenário, destacam-se estudos voltados para: trabalho docente e capitalismo (TUMOLO; FONTANA, 2008), intensificação do trabalho docente (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009); profissionalização do trabalho docente (FERREIRA, 2009; OLIVEIRA, 2010); capitalismo acadêmico (MAUÉS, 2010); trabalho imaterial (AMORIM, 2010); trabalho voluntário (GUIMARÃES; SOARES; CASAGRANDE, 2012); tempo de trabalho (AMORIM, 2013); o papel das avaliações do ensino superior no contexto capitalista (RIBEIRO, 2012). Conforme se pode depreender a partir das produções,

[...] é possível constatar que a proletarização é percebida como um processo inerente à desqualificação e precarização do trabalho docente, em decorrência das mudanças ocorridas na sociedade capitalista e, como consequência, no processo de trabalho do professor. Ao contrário da proletarização, a profissionalização é afirmada como um movimento que promove a categoria do magistério à consolidação desses trabalhadores como profissionais (TUMOLO; FONTANA, 2008, p. 161; grifo nosso).

As políticas educacionais das últimas décadas provocaram mudanças que causaram grande impacto sobre a organização e a gestão escolar [...]. Essas demandas chegaram à escola sem que as condições objetivas de atendimento fossem adequadas à nova situação, o que tem resultado em intensificação do trabalho docente (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009, p. 366; grifo nosso).

Face à “nova” configuração da Universidade, o trabalho dos profissionais que nela atuam, com destaque para os professores, vem sofrendo mudanças substanciais, a fim de se adequar a essa instituição heterogênea, *cujas identidade foi “alterada”, que vem criando uma nova cultura acadêmica*, que tem praticado um capitalismo acadêmico e se mercantilizando grandemente (MAUÉS, 2010, p. 152; grifo nosso).

Após a leitura e análise das produções científicas que tratam do trabalho docente na década compreendida entre 2003 a 2013, conforme um dos critérios da pesquisa, a preocupação central voltou-se para a busca de aspectos que pudessem caracterizar as possíveis reconfigurações do trabalho docente no ensino superior a distância, naquilo que se refere à sua natureza e organização. A primeira observação a ser feita diz respeito à baixa contribuição das publicações científicas em relação ao contexto de trabalho docente na educação a distância em IES privadas. Apenas três dessas publicações (BARRETO, 2004; MANCIBO, 2007; OLIVEIRA, 2007) apresentaram alguma referência ao trabalho docente em EaD, ou seja 11,6%, sem se referirem especificamente ao ensino superior a distância em instituições privadas.

Diante de tal realidade, considerando que o foco é analisar as produções com vistas a responder ao problema da pesquisa, buscou-se, a partir da leitura minuciosa dos artigos aspectos que caracterizassem possíveis alterações no trabalho docente no ensino superior. Entende-se, assim, que, embora esses aspectos possam não estar se referindo explicitamente ao trabalho docente no ensino superior na EaD e em IES privadas, são inerentes ao processo de trabalho no ensino superior público e privado. A partir desse olhar, torna-se possível compreender se estes podem ou não ser relacionados ao objeto de interesse desta pesquisa.

Como já foi colocado, o eixo do objeto de pesquisa se estrutura em duas categorias — trabalho e educação a distância. São categorias extremamente complexas e com inter-relação em diversas áreas. Urge, pois, delinear os aspectos referentes à natureza e à organização do trabalho docente e os pontos de aproximação desses nos contextos da EaD. Para isso, apresentam-se no Quadro 8 os aspectos que apontam alterações no trabalho docente que se relacionam com sua natureza e organização do ponto de vista pedagógico e trabalhista, levantados a partir das publicações analisadas e que afetam e/ou se aplicam ao contexto de trabalho docente no ensino superior a distância.

Quadro 8 - Aspectos do Processo de Trabalho Docente

ALTERAÇÕES DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA	
Alteração tempo/espço	Processo de subcontratação
Trabalho para e pela comunicação	Trabalho em tempo parcial (horista)
Controle e verificação pela TIC	Terceirização do trabalho
Processos pedagógicos	Flexibilização dos contratos de trabalho
Professor consultor metodológico e “animador de grupos”	Relações trabalhistas flexíveis
Lógica capitalista (produção científica transforma-se em força produtiva)	Carga horária — mais trabalho e menos tempo
Atividades — <i>chat</i> , fóruns, textos, e-mail	Cooperativas de trabalho
Trabalho colaborativo	
Trabalho em grupo — por projetos	
Formas de relação, de interação e avaliação	
Exige do professor visão sistêmica do processo de ensino	

Fonte: dados da pesquisa.

Trazer para a pesquisa os aspectos relacionados no Quadro 8 não significa afirmar que estes retratam fielmente o que se dá no contexto de trabalho docente na EaD de forma generalizada. Tratam-se de apontamentos que se destacaram durante a leitura minuciosa das produções da última década em relação à realidade do trabalho docente em curso no contexto educacional brasileiro a distância.

A intenção é refletir e perceber como as reformas políticas e econômicas instauradas mundialmente a partir dos anos de 1990 trouxeram, no seu conjunto de adequações, consideradas medidas sociais necessárias ao Brasil enquanto membro da globalização econômica, ações na área da educação que se refletiram duramente sobre o trabalho do professor. Isto em todos os níveis, desde a educação infantil até o ensino superior, tanto no sistema educacional público quanto no privado, alterando-se substancialmente o trabalho docente naquilo que se refere à sua natureza (conteúdos e dinâmica de trabalho, processo de desenvolvimento profissional) e à sua organização (processo de estruturação das atividades docentes).

Quanto ao movimento de reconfiguração do trabalho docente, poucos artigos fizeram menção à modalidade de educação a distância, como dissemos. No que diz respeito ao trabalho docente no ensino superior a distância em instituições privadas, não foram encontradas produções na forma de artigos que trouxessem discussões nas categorias investigadas (globalização, reestruturação produtiva e trabalho docente; capitalismo e trabalho imaterial e processo de trabalho).

Diante do exposto, é possível levantar algumas questões, tais como: a modalidade de educação a distância no cenário educacional brasileiro ainda é considerada recente para que seus impactos sobre o trabalho docente sejam evidenciados nas publicações na última década — 2003/2013? As transformações no trabalho docente nessa modalidade têm sido ignoradas pelos pesquisadores? As IES, enquanto responsáveis pela geração de conhecimento, ainda não consideram relevante para sociedade a análise e demonstração dessa realidade? Ou os periódicos responsáveis pelas publicações científicas classificadas em A1 não têm interesse pela temática?

4.2 O que dizem as produções da área temática Educação a Distância

A análise das produções referentes à área temática *educação a distância* foi realizada a partir das categorias: a) processo pedagógico, b) tecnologias. Quanto ao processo pedagógico, os artigos analisados discutiram questões como: modelos de EaD, avaliação, formação de professores *na* e *para* a EaD. Quanto à categoria tecnologias, foram abordadas questões relativas ao planejamento de sistemas e ambientes de aprendizagem.

Os artigos foram agrupados por data: 2003 (03); 2006 (02); 2008 (03); 2009 (04); 2010 (01); 2012 (01) e 2013 (03). Feita esta organização, buscou-se verificar nas publicações a presença de aspectos relativos à natureza e organização do trabalho docente no ensino superior a distância.

Na categoria (a) — *processo pedagógico*, a análise dos artigos do período compreendido entre 2003 a 2009 aponta discussões sobre a expansão da EaD, as políticas de formação de professores *na* e *para* a EaD, os sistemas de avaliação do ensino superior com ênfase em reflexões sobre a qualidade e os critérios utilizados no processo de avaliação da EaD. Identificou-se um movimento no sentido de entender a dinâmica das instituições que já tinham processos de EaD em andamento e anunciavam as possibilidades de formas de organização vigentes naquele período.

Segenreich (2006) aborda o crescimento acelerado na oferta de cursos nessa modalidade de educação, provoca reflexão quanto aos critérios de avaliação apontados na legislação do MEC e à falta de dados oficiais disponíveis para se demonstrar a expansão da EaD e também quanto ao processo de regulamentação desta modalidade de educação. Sentia-se naquela época — 2006 —, logo após a promulgação do Decreto nº 5.622/2005 que regulamentava a EaD, a ausência de clareza quanto aos critérios que assegurassem a qualidade do ensino a ser ministrado nesta modalidade e quanto à divulgação dos resultados

que apontassem a expansão desta modalidade de ensino. Em face daquela realidade, a autora reconhece a necessidade de mais estudos sobre:

[...] a) a avaliação dos atuais critérios de qualidade utilizados pelo MEC no desempenho de suas funções de regulação, supervisão e avaliação da modalidade de Educação à Distância; b) a avaliação da quantidade e da qualidade dos dados disponíveis para permitir o desempenho destas funções; c) uma definição de até onde é necessário regular o sistema sem asfixiá-lo (SEGENREICH, 2006, p. 175).

Saraiva et al. (2006), a partir de pesquisa em instituição de nível superior, analisam pontos de tensão no processo de EaD que se refletem no processo de aprendizagem. Os referidos aspectos dizem respeito à forma como é vista a autonomia do aluno adulto, a concomitância entre quem aprende e quem ensina alternando-se em diferentes momentos do processo e o tipo de vínculo estabelecido pelo aluno em relação a curso. Na análise os autores apontam que:

No momento em que o uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC) começa a ser expandido com mais intensidade para os processos de aprendizagem, *há que se contemplar por parte de seus atores (professores, monitores, tutores, ensinantes e aprendentes) a expressão de diferenças, a interatividade, o afeto.* [...] É necessário desejar as diferenças, ao invés de temê-las; perseguir os problemas e suas soluções, captar possibilidades e impossibilidades. [...] *As noções de identidades fixas, organizações do conhecimento padronizadas,* caracterizam-se como limitantes e excludentes, e, freiam ou impedem que os ambientes de aprendizagem se constituam (SARAIVA *et al.*, 2006, p. 490; grifo nosso).

Tais considerações sinalizam alterações na forma de organização do trabalho docente uma vez que, ao trazer para o contexto de trabalho novas tecnologias, muda-se a forma de relação com o aluno. A comunicação por meio de redes exige habilidades que consigam levar ao aluno, em seu contexto cultural, o que se deseja que ele aprenda - o conteúdo - mas de forma que este não se conflite com suas características individuais.

As diferenças se tornam mais evidentes quando o grupo é constituído de alunos de várias regiões, com diferentes culturas e diferentes percursos anteriores de aprendizagem. Em razão disso, os autores alertam para o perigo de “noções de identidades fixas, organizações do conhecimento padronizadas”, como características “excludentes” que dificultam o processo de construção de ambientes de aprendizagem virtuais.

Três anos depois, demonstrando uma evolução no e do processo, muda-se o contexto e se fala na superação da fase inicial (pós divulgação do Decreto 5.622/2005), conforme pode ser percebido a partir da afirmação de Moran (2009, p. 54):

Depois de uma fase de experimentação, onde houve uma aprendizagem intensa e busca de modelos mais adequados para cada instituição, *nos encontramos em uma fase de amadurecimento, de maior regulação governamental, de maior cuidado com o crescimento, a infraestrutura, a metodologia de ensino, a avaliação.*

Como resultado dessa evolução, a questão a ser discutida diz respeito aos modelos de Educação a Distância. Moran (2009, p.54) afirma que “[...] os modelos predominantes são os de teleaula, videoaula e WEB com maior ou menor apoio local. A legislação atual no Brasil privilegia o modelo semipresencial, com acompanhamento dos alunos perto de onde moram”.

Compreender a estrutura posta em cada modelo de EaD é importante para perceber nuances sobre a natureza e organização do trabalho docente, definidas a partir deles. Para facilitar a visualização dos modelos apresenta-se a seguir o Quadro 9 elaborado a partir das colocações de Moran (2009, p. 57; 61):

Quadro 9 – Modelos de EaD

MODELO TELEAULA	MODELO WEB
<p>Transmissão da aula, ao vivo, uma ou duas vezes por semana.</p> <p>Alunos enviam perguntas que o professor seleciona e responde ao vivo.</p> <p>Há discussão sobre a aula em tele-salas mediadas por um professor tutor.</p> <p>Material impresso para atividades a distância sob a orientação do professor tutor on-line.</p> <p>Materiais complementares no ambiente virtual.</p> <p>Atividade de interação em geral fórum.</p>	<p>Internet como o principal suporte</p> <p>Conteúdo disponibilizado pela Internet e por CD ou DVD</p> <p>Material impresso por disciplina ou módulo</p> <p>Ambientes de aprendizagem Moodle, Blackboard e TelEduc</p> <p>Webconferência para interação</p> <p>Existem dois modelos: o mais virtual e o semipresencial:</p> <p>Modelo Virtual — orientação é feita a distância pela internet ou telefone.</p> <p>Comunicação professor aluno pela internet.</p> <p>Encontro presencial para avaliação.</p> <p>Tudo acontece na internet.</p> <p>Semipresencial — orientação ao aluno pelo tutor no pólo presencial e <i>on-line</i>.</p> <p>Aluno tira dúvidas, recebe orientações para atividades presencialmente no pólo.</p>

Fonte: MORAN, 2009, 57; 61.

Os modelos de EaD acima apresentados representam as diferentes formas de organização que as IES encontraram para se integrarem ao processo de oferta desta modalidade de educação. Nesse sentido, percebe-se que elas seguiam as orientações estabelecidas pelo MEC, pois a questão se encontra nos Referenciais para Educação Superior a Distância, elaborado pela Secretaria de Educação a Distância, em 2007:

Não há um modelo único de educação à distância. Os programas podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos. A natureza do curso e as reais condições do cotidiano e necessidades dos estudantes são os elementos que irão definir a melhor tecnologia e metodologia a ser utilizada [...] (BRASIL, 2007b, p. 7).

Como questão de fundo para as situações levantadas pelos autores Segenreich (2006); Saraiva *et al.* (2006); Moran (2009), situam-se as tecnologias da informação e comunicação, pois estas não apenas são fundamentais no processo de educação a distância como ferramentas, mas embasam os modelos e o tipo de metodologia que serão adotados. Por esta razão, ao analisar as produções sobre EaD sentiu-se a necessidade de estabelecer uma categoria — tecnologias — que permitisse visualizar os diferentes ângulos a partir dos quais se poderia perceber a sua influência e importância no processo de educação nesta modalidade.

Referindo-se ainda à categoria *processo pedagógico*, em relação à formação de professores *na* e *para* a EaD, foi possível evidenciar nas publicações analisadas a preocupação dos estudiosos interessados na temática formação de professores a partir do contexto da EaD, considerando-se nesse universo a importância exercida pelas TIC. As colocações apresentadas a seguir demonstram o resultado de estudos em torno da EaD e das TIC e dos seus impactos no sistema educacional, na última década:

A EAD¹² pode trazer contribuições importantes para os dilemas da formação de professores, pois quanto mais for levado a sério o debate do trabalho docente na EAD maior será a tendência de colocar em questão a educação presencial, ou seja, a aula em sala de aula. Se assim for, isto pode significar um novo patamar de reflexão para a educação em sala de aula. As condições sócio-históricas de colocar em xeque o trabalho da sala de aula presencial se apresentam agora de forma renovada em termos históricos, pois até então, não havia alternativas institucionais a esta prática que era, de fato, quase única forma de acontecer o ensino — presencial e sincrônico. O debate do trabalho docente na EAD pode também ser salutar para a educação presencial, pois coloca novas questões para a sala de aula (MIRANDA; PRADO, 2009, p. 311; grifo nosso).

[...] os fatores que inibem o uso das TIC na educação interferem em toda e qualquer modalidade educativa e, para superar essa situação é importante investir na formação dos diferentes atores educativos: professores, gestores, profissionais de design e programação que desenvolvem artefatos para uso em educação. Isso evidencia a importância de investir na formação das lideranças do sistema educativo, que atuam nas secretarias de educação, nos setores intermediários e nas escolas, de modo que estas possam criar condições para a incorporação das TIC na educação (presencial, a distância ou híbrida) e para o deslocamento da abordagem educacional de ênfase na

¹² A terminologia EAD – Educação Aberta e a Distância, adotada na citação justifica-se por se tratar de colocação apresentada em texto que discute a formação de gestores educacionais dentro do contexto da UAB (BRASIL, 2006a), que assim a denomina, desenvolvido por professores da UNICAMP.

transmissão de informações para a co-aprendizagem contínua e ao longo da vida de professores, gestores, alunos e comunidade (ALMEIDA, 2009, p. 188–9; grifo nosso).

A montagem de redes comunicacionais, a partir da docência online, demanda um conjunto de saberes que não estão disponíveis sem um aprofundamento teórico do tema, uma vez que não nos basta, simplesmente, transpor as estratégias pedagógicas de uma educação pautada na transmissão — prática ainda hegemônica na educação presencial — para a docência online. O que se busca é compreender os novos desafios da educação e da docência online justamente inseridas na chamada cibercultura, com o objetivo de estabelecer redes comunicacionais de formação e aprendizagem que possibilitem uma educação dialógica e crítica (PRETTO; RICCIO, 2010, p. 161–2; grifo nosso).

Uma constatação a que chegamos foi a respeito da *necessidade de que se estabeleça um modelo de formação para professores que irão atuar em ambientes virtuais de educação online*, utilizando a *webconferência*, a fim de prepará-los para a transposição midiática. Afinal, a formação do professor no passado e na atualidade não o tem preparado para exercer plenamente todos os papéis que lhe são agora demandados (GARONCE; SANTOS, 2012, p. 1.014; grifo nosso)

No que se pode perceber, na visão de alguns pesquisadores, a EaD e as TIC têm trazido contribuições importantes para melhorias no processo de educação não só a distância, mas também presencial.

Outra questão evidenciada nas publicações sobre o papel da EaD na formação de professores, foi a análise desta questão tanto em relação ao que se tem considerado como “formação necessária” ao professor nesse contexto, quanto à sua importância como facilitadora na formação de professores, de forma mais ampla, sobretudo em regiões com maior carência desse profissional. Pois, em razão da crise mundial no contexto de formação e retenção de professores, a educação a distância, com a relevante contribuição das TIC, é apontada como um importante viés para projetos que possibilitem esta formação em proporções mais extensas.

Moon (2008, p. 803) chama a atenção para essa questão, ao reconhecer que:

As formas de educação dos professores que emergiram no século XX, em faculdades e departamentos universitários de educação localizados em campi, serão incapazes de atender a demanda deste século. *Em muitas partes do mundo, a falta aguda de professores exige que adultos leigos entrem diretamente em sala de aula*. Mesmo nas economias mais ricas existem grandes dificuldades. [...] *O velho modelo de formação dada num campus e seguida por licenças para “cursos” de um dia ou mais não pode atender às demandas atuais*. E, nesse contexto, a lógica aponta para alguma forma sustentada de aprendizado aberto e a distância (Grifo nosso).

Nesse sentido, a EaD é vista e discutida como mecanismo de políticas públicas para a formação de professores, a partir de uma realidade macro em relação às transformações políticas e econômicas neoliberais impetradas pela globalização que afetam diferentes regiões do planeta.

Como em todo contexto em que se confrontam paradigmas já consolidados com novas construções conceituais e ideológicas, em se tratando da EaD isto também foi evidenciado nas publicações, uma vez que nem todos os estudos analisados estão de acordo em relação à formação de professores *na e para* a EaD. Nesse caso torna-se importante trazer para a essa discussão as posições que questionam o processo de formação pela EaD com a utilização das TIC como ferramentas pedagógicas.

Giolo (2008) aborda a EaD e a formação de professores por ela patrocinada no período de 2002-2006. Discute a forma como as políticas públicas naquele período se posicionavam em relação ao processo de formação de professores pela EaD.

A persistir a tendência que se acentua a cada dia, o Brasil poderá, no curto prazo, *ver espaços universitários* (os destinados às licenciaturas, por exemplo) *sendo substituídos por pólos de EaD, nos quais a movimentação de pessoas é pequena e o da cultura elaborada menor ainda.*[...] Sugere o bom senso que as maravilhas da tecnologia da informação devem jogar a favor da sala de aula e não contra ela, especialmente quando se trata de formar professores que serão destinados às salas de aula. *A formação de pedagogos a distância deveria, talvez, se restringir à formação de pessoas interessadas em se preparar para ensinar a distância.* Professores para o ensino presencial deveriam ser formados em cursos presenciais, salvo os casos em que se tratar de professores em serviço e não havendo formas presenciais ou mistas possíveis de serem oferecidas (GIOLO, 2008, p. 1.229; grifo nosso).

Patto (2013) volta à tona com a questão ao alertar quanto ao risco da perda de valores fundamentais para a formação de professores a partir do silêncio sobre a “dimensão ideológica da ciência e da técnica” e a “complexidade da relação pedagógica” nos discursos oficiais sobre a EaD, demonstrando a mesma preocupação com a formação do sujeito nessa modalidade de educação. Segundo a autora:

A partir da análise do discurso oficial em defesa do ensino superior a distância, identifica-se os silêncios que o estruturam. *De um lado, esse discurso ignora a dimensão ideológica da ciência e da técnica; de outro, desconsidera a complexidade da relação pedagógica.* A ausência de ambos os temas, tão fundamentais, faculta a defesa da aplicação de tecnologias de comunicação e de informação no processo educativo sem que sejam investigadas as conseqüências deletérias de tal procedimento sobre a formação do educando (PATTO, 2013, p. 303; grifo nosso).

Nos dois discursos apresentados, um, de 2008, discute a formação do professor pela EaD e defende a tese de que há urgência em se repensar a formação do professor por esse caminho metodológico, sob pena acarretar grandes prejuízos ao lócus principal na formação dos sujeitos — a cultura do ensinar e do aprender a partir das relações humanas — consideradas indispensáveis à prática pedagógica. E no outro, de 2013, a autora questiona a ausência de aspectos fundamentais à formação do educando pela modalidade de EaD, incluindo-se aí os professores. Há um questionamento que evidencia a percepção crítica dos pesquisadores em momentos históricos diferentes — 2008 e 2013 — sobre os impactos do processo de ensino-aprendizagem pela EaD no contexto educacional brasileiro.

Finalizando a análise das publicações selecionadas na área temática *educação a distância*, estão as publicações que se referem às *tecnologias*. Os artigos ordenados nesta categoria se dividem entre estudos acerca do planejamento de sistemas e a construção de ambientes de aprendizagem. Quanto ao planejamento de sistemas de EaD, Eliasquevici e Prado Junior (2008) apresentam um estudo que delinea as etapas do processo de planejamento — concepção do sistema, tomada de decisão, operacionalização e avaliação — em que apontam a importância da administração das incertezas. Para eles:

O insucesso de programas muitas vezes bem intencionados pode resultar do fato de não terem sido consideradas as incertezas que permeiam o processo (divergências de opinião, juízos de valor, entre outros). [...] As incertezas ocorrem principalmente devido ao nosso incompleto conhecimento e a um equivocado entendimento dos processos sociais, econômicos e ecológicos (ELIASQUEVICI; PRADO JÚNIOR, 2008, p. 313)

Segundo os autores, ao se projetar um sistema de educação a distância há que se considerar “[...] as diferentes visões e abordagens quanto à sua eficácia, aos valores em disputa, aos interesses em jogo e às decisões urgentes” (ELIASQUEVICI; PRADO JÚNIOR, 2008, p. 309) como componentes que tornam esse processo um tanto complexo. Por isso a administração das incertezas é considerada fundamental nesse trabalho.

Outro aspecto apresentado nas publicações analisadas diz respeito aos ambientes digitais de aprendizagem. Destacam-se as TIC, com o advento da internet, como novas perspectivas na construção de ambientes de aprendizagem cada vez mais interativos.

O advento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) reavivou as práticas de EaD devido à flexibilidade do tempo, quebra de barreiras espaciais, emissão e recebimento instantâneo de materiais, o que permite realizar tanto as tradicionais formas mecanicistas de transmitir conteúdos, agora digitalizados e hipermediáticos, como explorar o potencial de interatividade das TIC e desenvolver atividades à distância com base na interação e na produção de conhecimento (ALMEIDA, 2003, p. 330; grifo nosso).

Vale lembrar que as possibilidades trazidas pelas TIC só fazem sentido se devidamente incorporadas ao processo educacional da EaD com o devido aproveitamento de suas potencialidades. Nesse sentido, a ação pedagógica precisa se (re)configurar para permitir a formação de redes de aprendizagem, pois “[...] atuar nesse ambiente significa expressar pensamentos, tomar decisões, dialogar, trocar informações e experiências e produzir conhecimento” (ALMEIDA, 2003, p. 334). Isso impõe ao professor um novo desafio: o de assumir a condição de parceiro dos seus alunos. Por outro lado, é preciso lembrar que optar pela EaD com suporte em ambientes virtuais de aprendizagem requer o acesso à *internet* e aos recursos por ela oferecidos, o que nem sempre é possível nas condições da realidade social brasileira.

Ao finalizar a análise das publicações inseridas na área temática *educação a distância*, a partir das categorias *processo pedagógico* e *tecnologias*, foi possível compreender o percurso realizado pelos pesquisadores entre 2003 a 2013, para clarificar aspectos considerados fundamentais no que se refere à EaD, tais como: os impactos da expansão da educação a distância sobre a formação do sujeito, seja ele um professor no seu processo de formação continuada ou um aluno de outra área do conhecimento em busca de graduação e/ou especialização; as exigências conferidas ao trabalho docente nesse contexto; a evolução tecnológica apontada como um caminho metodológico, porém sem representar, necessariamente, maiores inovações na área pedagógica.

De certa forma os pesquisadores demonstraram que a EaD deve ser considerada de grande importância no contexto da sociedade contemporânea, porém sem se desprezar a leitura crítica em torno de eventuais riscos e armadilhas quanto à concepção de educação que se evidencia nessa modalidade de ensino. Ambas as abordagens— aquelas que se posicionam favoráveis e as que se colocam contrárias ao processo de formação de professores pela EaD — são importantes e evidenciam a relevância social de estudos do tipo *estado do conhecimento*. Pois, a partir deles, as pesquisas que se propõem a demonstrar o panorama do conhecimento científico de determinada área de estudo assinalam não só as tendências apontadas, mas também os resultados que sobre o assunto podem ser constatados.

No caso dessa pesquisa, à vista das colocações feitas até o momento, já se pode levantar a hipótese de que é necessário investir mais em pesquisas que se dediquem a compreender o trabalho docente na modalidade de educação a distância, bem como, nas publicações dos resultados daí advindos, em periódicos com classificação A1.

4.3 O que dizem as produções da área temática Políticas Públicas

Ao se mapear as produções que versam sobre área temática *políticas públicas* e organizá-las a partir das categorias de análise: a) *ensino superior* e b) *qualidade em discussão*, o objetivo foi trazer para o contexto de análise os pontos mais apontados pela literatura, tais como: o que se pode considerar como políticas públicas de Governo e Políticas de Estado; quais as políticas consideradas de fortalecimento e expansão do ensino superior na última década; o que se colocava no discurso sobre o público e o privado neste nível de ensino; a privatização do ensino superior e como estavam colocadas as políticas para a formação de professores nesse período.

A análise dessas publicações apontou que as transformações advindas das políticas neoliberais, impetradas a partir da década de 1990, colocaram o processo de privatização e mercantilização do ensino superior nas últimas décadas, como centrais nos estudos apresentados. Nesse contexto, ganharam força as políticas destinadas a promover a expansão do ensino superior. Dentre elas, as que fortaleceram a EaD. Embora a EaD seja reconhecida como mecanismo de fundamental importância para formação de professores, há discussões que questionam sua qualidade.

Os artigos foram agrupados por data: 2003 (01); 2004 (02); 2005 (01); 2007 (01); 2008 (02); 2009 (02); 2010 (04); 2011 (02) e 2013 (01). Esta organização foi importante para que se pudesse ter uma visão de processo, uma vez que o estudo pretende perceber como o trabalho docente no ensino superior a distância tem sido tratado na literatura na última década (2003-2013).

Iniciando a análise das publicações, em 2003, encontra-se uma leitura crítica em torno das implicações teóricas e políticas na formação de professores pela EaD. O artigo resulta da análise dos três programas considerados por Silva Júnior (2003) como os principais programas de EaD para a formação de professores implementados pela Secretaria de Educação a Distância, naquela época. São eles: Programa Nacional de Informática na Educação, o TV Escola e o Programa de Formação de Professores em Exercício. O foco de análise principal está concentrado nesse último, uma vez que, na visão do autor, o processo de formação de professores por meio da EaD integra o conjunto de medidas oriundas das reformas políticas e educacionais que marcaram a sociedade a partir da década de 1990.

Silva Júnior (2003, p. 24) compreende que:

A educação a distância põe-se como uma prática instrucional entre diferentes sujeitos, mediada por tecnologias de informação e comunicação com foco no processo de ensino-aprendizagem, num contexto tal em que a objetividade social apresenta um horizonte de possibilidades orientado pela racionalidade mercantil produzida pela mudança nas estruturas sociais, resultado do processo de reformas que se assistiu no país na segunda metade da década de 1990, especialmente as do Estado e as da educação. [...] Do que depreendemos, no que toca às implicações teóricas da educação a distância, que ela se configura como uma forma de auxiliar a formação de professores em exercício, mas jamais poderá ser a única maneira de fazê-lo.

O autor tem uma visão social crítica ao analisar as políticas de formação de professores por meio da EaD. É importante compreender que tais políticas integram as medidas que visavam consolidar um conjunto de reformas propostas mundialmente, e a partir das quais já se vislumbravam possíveis consequências para o contexto educacional brasileiro do ponto de vista teórico. Ao mesmo tempo, descortinavam-se questões relevantes no bojo das transformações implantadas naquela época (2003), como por exemplo:

[...] a reforma curricular, realizada em todos os níveis e modalidades, de forma centralizada por especialistas de nossas melhores universidades, institutos e fundações de pesquisa, e a reforma no financiamento educacional articulado com a política avaliativa levada a termo pelo Sistema Nacional de Avaliação [...] (SILVA JÚNIOR, 2003, p. 81).

Tais medidas eram anunciadas como mudanças nos paradigmas educacionais. Mas, ao serem analisadas dentro de um contexto político mais amplo, elas reforçam a ideia de que a educação não pode ser vista como neutra, pois carrega consigo ideologias que precisam ser consideradas no seu conjunto, antes de serem rotuladas apenas como um novo paradigma a (re)configurar o cenário da educação.

Freitas (2007) discute aspectos dos programas PROUNI, UAB e Bolsa Docência a partir da ótica que os entende como políticas para formação de professores, nos quais se evidencia o deslocamento de interesses que possam contribuir de fato com a efetiva formação do professor. Afinal:

Está em curso uma política de formação de professores que oferece diferentes oportunidades de formação aos estudantes, dependendo dos percursos anteriores na educação básica e das suas condições de classe, dissimulada, sob a concepção de equidade, de que ao Estado cabe oferecer *igualdade de oportunidades*, em contraposição à *igualdade de condições*, que se efetivaria pelo desenvolvimento da formação exclusivamente nas universidades, como projeto institucional, onde suas faculdades e centros de educação, articulados aos institutos, se constituíriam em locus privilegiado para a formação de qualidade elevada de todos os educadores (FREITAS, 2007, p. 1.206–7; grifo nosso).

Na visão da autora, esta é a confirmação de que a política de formação de professores anunciada naquele período se coloca, mais uma vez, como “prioridade postergada”. Outras publicações divulgadas nos anos seguintes: Mancebo (2004; 2013); Silva Júnior e Sguissardi (2005); Gonçalves (2008); Martins (2008); Chaves (2010) desenvolveram pesquisas que também guardam relação com os resultados das mudanças ocorridas a partir das reformas do Estado e da educação, ocorridas na década de 1990. Desta forma, a privatização, o capitalismo universitário, a mercantilização do ensino superior foram questões amplamente discutidas pelos pesquisadores como oriundas de um conjunto de medidas que se expressaram nas políticas públicas daquele período e afetaram o ensino superior brasileiro. Considerando-se a importância das reflexões presentes na literatura científica sobre a temática, vale destacar:

Na década de 1990, com a ascensão das políticas neoliberais no país, cujos eixos centrais foram o ajuste fiscal e a implantação de um Estado mínimo, tomou curso um controle e/ou corte nos gastos públicos, de dimensões drásticas, além da progressiva privatização de empresas estatais e de serviços públicos de uma maneira geral. [...] A privatização e a constituição do setor público não-estatal seriam os grandes instrumentos de execução dos serviços, que assim não demandariam o exercício do poder do Estado, mas apenas o seu subsídio. Como consequência imediata, obteve-se a diminuição dos investimentos públicos em saúde e cultura, bem como em educação, incluindo a educação superior e todo o campo de produção de ciência e tecnologia (MANCEBO, 2004, p. 848–9; grifo nosso).

As políticas públicas passam, no Brasil e no exterior, por um processo de mercantilização ancorado na privatização/mercantilização do espaço público e sob o impacto de teorias gerenciais próprias das empresas capitalistas imersas na suposta autonomia ou real heteronomia do mercado, hoje coordenado por organismos multilaterais a agirem em toda a extensão do planeta (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2005, 16; grifo nosso).

As pressões institucionais que configuraram a expansão do ensino superior privado no Brasil são de natureza mais ampla e profunda, pois fazem parte do próprio processo e reformulação do Estado, que envolve o esgotamento do modelo de crescimento, na relação com a economia, e de atendimento das demandas sociais, na relação com a sociedade. Indo além, a expansão não foi exatamente fruto de um pensamento brasileiro acerca da realidade, mas resultado de forte intervenção de organismos internacionais [...] (GONÇALVES, 2008, p. 10; grifo nosso).

O seguinte artigo analisa a consolidação dos modelos de “fábrica de conhecimentos” e de “capitalismo universitário” no Brasil na década de 1990, sob a égide da crítica neoliberal à gestão pública da educação pós-secundária. [...] discute o crescimento das instituições de ensino superior privado organizadas como empresas lucrativas e a redefinição institucional da universidade pública, que se aproxima do modelo de gestão daquelas instituições. [...] nota-se que um dos maiores danos provocados pela disseminação das práticas derivadas daqueles modelos é a lenta corrosão do papel de referente cultural da Universidade [...] (MARTINS, 2008, p. 733; grifo nosso).

A ideia básica presente nas reformas educativas, iniciadas na década de 1990, é que os sistemas de ensino devem se tornar mais diversificados e flexíveis, objetivando maior competitividade com contenção de gastos. Seguindo essa diretriz, o governo brasileiro vem reformando a educação superior, por meio de uma diversidade de instrumentos normativos, como leis ordinárias, decretos, portarias, medidas provisórias etc., cuja centralidade reside na restrição de gastos. Essa reforma, em acordo com as recomendações do Banco Mundial para os países da América Latina, fundamenta-se na lógica do mercado, na qualidade e na eficiência do sistema (produtividade e qualidade total), na avaliação quantitativa para a concessão de recursos orçamentários, com controle finalístico, no empresariamento do ensino superior público, por meio da captação de recursos no setor privado (CHAVES, 2010, p. 485; grifo nosso).

O desenvolvimento de IES privadas na década de 1990 vai se realizar sem modificar esta estrutura, que permanece e se aprofunda. *Nesta década, estabelece-se um novo ciclo de expansão da educação superior no país, marcado pela presença de empresas de prestação de serviços educacionais, que, de fato, funcionam como grandes grupos empresariais e que se movimentam, mais do que por sua atividade-fim — a educação —, pela sua capacidade financeira de conquistar espaço no mercado.* Na avaliação ora esboçada, essas grandes empresas representam oportunidade de investimentos para o capital financeiro mundializado (MANCEBO, 2013, p. 95; grifo nosso).

Todas essas colocações refletem um momento histórico crucial no que tange as políticas públicas para a expansão do ensino superior. É possível perceber o movimento de contraposição às novas formas de organização política e econômica que se instauravam a partir de acordos financeiros firmados na década de 1990, que trariam impactos significativos para o ensino superior e para o papel social das universidades.

No entanto, ainda que essas ameaças (a privatização, a mercantilização do ensino superior e o capitalismo universitário) continuem a pairar sobre a atual realidade educacional, há que se considerar a necessidade de, a partir dessa leitura crítica, buscar outras análises capazes de congregar — mesmo com a concretização de parte dessas ameaças — esforços coletivos para encontrar caminhos que possam minimizar o quanto possível essas ameaças. Não basta reconhecer que as políticas públicas daquela época alimentavam, nas entrelinhas, a concretização dos ideais neoliberais, é preciso, também, analisar, por outros ângulos, essa questão.

Segenreich (2009) examina os programas Universidade para Todos (ProUni) e Universidade Aberta do Brasil (UAB), considerados como políticas de Estado a oferecer contribuição para a expansão e democratização do ensino superior por meio da EaD. O primeiro oferece bolsas que garantem vagas para alunos de renda em IES privadas; já o

segundo aponta as possibilidades de expansão do ensino superior na modalidade a distância por meio das Universidades Públicas. Na sua concepção:

Um dos avanços mais significativos em que a EAD vem sendo estudada constituiu-se na tendência, expressa em trabalhos recentes, de reconhecer que a EAD não se resume a uma estratégia de mercantilização e privatização do ensino, via organismos internacionais. [...] propõe-se que essa modalidade de ensino seja pesquisada intensamente em termos de sua utilização como política de Estado e em termos de uma modalidade de ensino que, assumindo múltiplas formas, propõe novas questões de ordem institucional e pedagógica (SEGENREICH, 2009, p. 216).

Na avaliação da autora, ainda que existam questões a serem discutidas nos dois programas (PROUNI e UAB), há neles pontos positivos que os defendem afirmativamente enquanto política de Estado. Um desses pontos diz respeito à melhoria de índices de qualidade para a avaliação de cursos nesta modalidade:

No caso das universidades federais, a Universidade Aberta do Brasil é uma das políticas mais incisivas de inserção da EAD na educação superior, como expansão, caracterizada no discurso oficial com estratégias de democratização do ensino [...] A preocupação do MEC em institucionalizar este Programa no âmbito federal tem trazido como consequência benéfica, o desenvolvimento de indicadores de qualidade para a avaliação desses cursos, tanto na esfera pública como na privada (SEGENREICH; CASTANHEIRA, 2009, p. 82).

Ao apontar a UAB como caminho de desenvolvimento de indicadores na avaliação de qualidade, suscita-se um fator amplamente discutido quando o assunto é a educação na modalidade de EaD – a qualidade. E, por isso mesmo, esta assume lugar central nas políticas públicas que se referem à expansão do ensino superior. Há quem defenda a ideia de que nesta modalidade de ensino, onde se coloca quase que de forma inevitável a importância da quantidade sem perder de vista a qualidade, fica difícil estabelecer um acordo. Por essa razão, considerou-se importante trazer para esta pesquisa a categoria *qualidade em discussão*.

No que se refere à qualidade, não se pode desprezar os argumentos já apresentados em relação ao conjunto de fatores econômicos e sociais oriundos das políticas neoliberais que vêm influenciando o processo de expansão do ensino superior nas últimas décadas. A partir desse contexto, em que a expansão preconizada não determina em que modalidade esta deve ocorrer, é importante perceber que a qualidade do ensino superior deve ser vista e analisada não só na modalidade a distância, mas também no ensino superior presencial. Nesse sentido, Alonso (2010, p. 1.324–5) assim se posiciona:

[...] é possível afirmar que há uma lógica na expansão do ensino superior brasileiro, claramente privativista, quantitativista e concentrada em determinadas áreas do conhecimento. A EaD não estaria, obviamente, alheia a esse fenômeno. Isto *é importante para verificarmos que a contradição expansão versus qualidade da educação superior brasileira não se restringe apenas à modalidade em que se dá a oferta dos cursos*. É possível evidenciar certa aceleração dessa expansão no caso da EaD, considerando as variáveis tempo e número de alunos. Isto, contudo não interfere na lógica antes referida. (Grifo nosso.)

Mediante tais argumentações, a autora apresenta uma rica discussão em relação ao modo de organização do ensino nesta modalidade, que, no seu entendimento deveria respeitar as especificidades a ela inerentes. Para a autora “Tal especificidade implicaria organizar o trabalho pedagógico diferentemente do ensino presencial” (ALONSO, 2010, p. 1.326), o que contribuiria para a qualidade do ensino aí desenvolvido.

Por fim, importa enfatizar que a qualidade da educação por meio da EaD vem sendo tema de preocupação e estudos na última década, conforme se pode perceber em todas as categorias aqui analisadas. A EaD tem sido repetidamente citada como um importante mecanismo de expansão e democratização do ensino superior, porém não se ignora os riscos de massificação da educação por esse mecanismo uma vez que esta se coloca em meio ao contexto capitalista.

4.4 Análise do resultado do levantamento

O mapeamento das produções científicas que tratam sobre o trabalho docente na EaD, demonstrou que na última década — 2003/2013 — houve um elevado número de publicações em periódicos com classificação A1, pelo Sistema WebQualis, representando 57% em relação ao universo de 111 publicações em periódicos classificados entre: A1 e C.

Tais publicações demonstraram uma forte tendência pela análise crítica em relação ao contexto político e econômico que marcou a década de 1990 e colocou para o Brasil os ajustes advindos das políticas neoliberais como condição necessária à sua integração na economia mundial engendrada pela globalização. Nesse contexto, no que se refere ao trabalho docente no ensino superior a distância, a precarização e a intensificação do trabalho foram apontadas entre as principais características trazidas pelo capitalismo flexível.

Na organização do material coletado, dada a conexão existente entre os temas “trabalho docente” e “educação a distância” reunidos no objeto desta pesquisa com várias áreas do conhecimento, se destacaram nas publicações os temas: trabalho docente, educação a distância e políticas públicas. Os artigos foram agrupados a partir desta lógica em áreas

temáticas, para as quais se criou as categorias de análise que, ao serem analisadas, demonstraram os seguintes aspectos:

- a) Mudanças no sistema educacional, privatizações e a reconfiguração do trabalho em todos os setores, inclusive o educacional.
- b) Tais mudanças se refletem no trabalho docente a partir da sua precarização, agregando a este: a intensificação, a proletarização, o trabalho voluntário, a flexibilização do trabalho em sua forma de contrato, horário, lugares e tempos de trabalho.
- c) Sobre o trabalho docente na EaD, sobretudo no que diz respeito às IES privadas, percebeu-se um baixo índice de publicações na década analisada.
- d) As tecnologias da informação e comunicação são consideradas fundamentais no processo de educação a distância como ferramentas, mas também representam a concepção que embasa os modelos e o tipo de metodologia que são adotadas na EaD.
- e) Em relação ao processo de ensino, as tecnologias são consideradas positivas desde que sua ênfase não recaia como recursos.
- f) A EaD é vista e discutida como mecanismo de políticas públicas para a formação de professores e para a expansão do ensino superior, correspondendo assim à demanda de democratização do ensino e das exigências neoliberais.
- g) Ênfases apontadas nas publicações indicam aspectos considerados fundamentais no que se refere à EaD: os impactos da expansão da educação a distância sobre a formação do sujeito; as exigências postas ao trabalho docente nesse contexto; a evolução tecnológica se colocando como um caminho metodológico, porém não necessariamente representando inovações na área pedagógica.
- h) Ao se discutir a qualidade na EaD, se colocaram como fatores centrais nos estudos apresentados, o processo de privatização e mercantilização do ensino superior nas últimas décadas. A educação em massa, a partir dos interesses mercantis, ainda é apontada como uma possibilidade ameaçadora a EaD de qualidade.

Ao analisar os dados por categorias, foi verificado que 41% destes tiveram como objetivo analisar o trabalho docente a partir o contexto capitalista, que o entende e analisa a partir do processo de reestruturação produtiva, trazendo ao processo de trabalho do professor alteração substancial em sua natureza e organização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa era compreender, a partir da produção científica da última década — 2003/2013 — como se define o trabalho docente no ensino superior a distância quanto à sua natureza e organização. As análises da literatura demonstraram que o trabalho docente na EaD se (re)configura e torna-se mais complexo com a presença de tecnologias cada vez mais avançadas a exigir do professor novos saberes que o fortaleçam em sua identidade profissional.

No trabalho docente na EaD há uma ampliação do contexto de ensino-aprendizagem a partir das novas configurações do espaço e do tempo, dos caminhos didáticos e metodológicos estruturados com a utilização das novas tecnologias. A sala de aula, nesta modalidade, assume outras dimensões: o estúdio de gravação, os ambientes de aprendizagem virtuais, o material em forma de hipertextos. Mudam-se as relações entre professor-aluno-professor. O papel do professor agora é entendido como provocador da aprendizagem, aquele que aponta caminhos, incentiva a interação, a colaboração entre pares nos ambientes de aprendizagem. Tais reconfigurações são aspectos representativos da evolução tecnológica a impactarem o processo educacional, com a finalidade de ampliar e democratizar a educação, sobretudo no que diz respeito ao ensino superior.

Com isso, ficou evidenciado na literatura que, para corresponder às novas configurações do trabalho e às perspectivas de evolução que se instauraram no processo de ensino nessa modalidade, há um desdobramento que traz implicações ao perfil do professor: maior fragmentação do seu trabalho, perda de controle sobre a totalidade do processo e risco à sua identidade. Surge, com isso, a necessidade de ele se adequar ao trabalho colaborativo e desenvolver uma visão sistêmica do processo de ensino.

Além disso, considerando-se que esse processo compreende uma alteração no espaço/tempo de trabalho, uma vez que o ensino está disponibilizado em ambientes de aprendizagem virtuais acessíveis via internet de qualquer local, surgem outras formas de contratos de trabalho, mais flexíveis. Na EaD, conforme revelaram as publicações, esses paradigmas de trabalho docente têm sido largamente explorados pelas IES, tanto públicas quanto privadas. Nas IES públicas, por via dos contratos de trabalho voluntário e, nas IES privadas, por via de contratos temporários sem vínculos trabalhistas, artifícios para o aproveitamento, a baixo custo, da força de trabalho do professor. Esse mercado especulativo

se opera de duas maneiras: a) quando o professor disponibiliza o resultado do seu trabalho — aulas gravadas, materiais pedagógicos escritos — às IES, que ditam suas regras de cessão de direitos autorais à luz do seu interesse mercadológico; b) quando se sobrecarrega a jornada do professor com elevado número de alunos, vinculando-o, muitas vezes, à instituição por um tipo de contrato com funções nem sempre tratadas e/ou remuneradas como docente, mas como tutor.

Não é difícil, pois, entender que, sob a ótica capitalista, as alterações ocorridas no trabalho docente na EaD correspondem à flexibilização da produção do trabalho e dos contratos trabalhistas. Nesse contexto, preponderam as TIC que, a serviço da EaD, conduzem ao aumento da produtividade e à diminuição de custos, uma vez que é possível atender grandes contingentes de alunos com reduzido número de professores. Esse processo de reestruturação do trabalho docente se configura em: flexibilidade, insegurança, precarização; ênfase nas tecnologias como recursos sobre o processo de ensino; trabalho submetido à ótica capitalista: produtividade, proletarização, intensificação, terceirização.

Todas as questões mencionadas ajudam a responder aos *objetivos específicos* colocados por esta pesquisa, que são: a) analisar como tem sido tratado o trabalho docente no ensino superior a distância quanto à sua organização e se nele existem especificidades que o diferenciam do ensino presencial; b) compreender se e como a modalidade de educação a distância afeta a natureza e a organização do trabalho docente no ensino superior e como tais questões têm sido evidenciadas na literatura da última década.

As publicações apontaram que não há dúvidas de que existem especificidades no trabalho docente na EaD, quer na sua natureza, quer na sua organização. A começar pelo modelo de organização pedagógica do processo de ensino-aprendizagem que se aí se coloca. Por referir-se a um tipo de ensino que coloca o professor e o aluno em espaços e tempos diferentes, onde se faz necessária a utilização de variadas tecnologias aplicadas à metodologia a ser adotada, caracteriza-se uma especificidade que exige saberes diferentes do professor. Outra especificidade é o trabalho colaborativo, isto é, a complexidade da organização do ensino nessa modalidade não é tarefa solitária, mas solidária que demanda o concurso de profissionais de diferentes áreas e ganha nova dimensão na EaD.

Enquanto o trabalho docente presencial se faz individualmente (ou com apoio pedagógico reduzido) e se circunscreve à gestão da sala de aula a partir de atribuições do professor — ter conhecimento científico da disciplina; fazer o planejamento do ensino e da aula, a seleção do material pedagógico, a ação docente de ensinar; avaliar e acompanhar os resultados, para uma turma previamente definida, entre 20 e 45 alunos — a EaD trabalha com

outra dimensão. Nela se exige do professor o domínio de todas as atribuições realizadas pelo professor no ensino presencial, de forma ampliada em relação a tempo, espaço, número de alunos, além da complexidade da organização pedagógica. O planejamento do ensino e da aula inclui outros materiais a serem disponibilizadas em ambientes virtuais de aprendizagem (em vídeo, hipertextos, links e atividades avaliativas); as aulas são em formato de gravação ou on-line; a correção e o acompanhamento de atividades passam a ser feitas para um número que, dependendo da IES, pode variar de 50 a 1000 alunos por professor.

Mediante as evidências apontadas na literatura quanto às alterações no processo pedagógico que, por sua vez, se refletem na natureza e organização do trabalho docente na EaD, é importante colocar que tais evidências são apresentadas e discutidas em um campo de reflexão em que se encontram posições favoráveis e contrárias à essa modalidade de educação. É oportuno sublinhar que, embora conhecida no campo da educação, há mais de 90 anos, a EaD ganhou força e espaço no contexto educacional brasileiro a partir da Lei 9.394/LDB (1996), seguida por outras regulamentações como o Decreto nº 5.622 (2005). Esses dispositivos legais consolidaram a EaD como uma modalidade de educação e a regulamentaram oficialmente para ser inserida em todos os níveis de ensino. No entanto, os impactos por ela provocados no processo de ensino-aprendizagem e no trabalho docente ainda suscitam, na literatura especializada (pequena, é verdade) controvérsias que lhe são majoritariamente desfavoráveis.

Posto isto, vamos trazer à discussão outro objetivo. Esse, por sua vez, a partir da literatura, se propõe a contribuir para a reflexão crítica do educador sobre a importância da relação educação/ trabalho/sociedade no contexto de globalização e da sociedade em rede.

O cenário político e econômico contemporâneo, oriundo da globalização, produziu as alterações nas diferentes instâncias da sociedade, com novas exigências no trabalho e maior grau de conhecimentos. Tais mudanças foram fortemente estruturadas pela revolução da tecnologia da informação (CASTELLS, 1999). O que se tem na atualidade pode ser entendido como um processo de transformações culturais promovidas pela globalização da economia, sustentadas na evolução das tecnologias de informação e comunicação – TIC. Nesse sentido, a educação representa destacado papel social na linha de frente do processo de assimilação e consolidação dessa nova cultura.

Compreendido isso, necessário se faz que as transformações daí advindas sejam incorporadas e administradas em suas várias instâncias. No que diz respeito à educação, destacam-se, dentre as alterações mais relevantes no ensino superior do Séc. XXI a consolidação e expansão da educação a distância. A EaD, portanto, precisa ser vista e

compreendida dentro de uma estrutura social, política e econômica mundial que se fortaleceu no Brasil, na década de 1990, e trouxe alterações que atingiram a sociedade em suas diferentes instâncias. Esse movimento, ao mesmo tempo em que elegeu a EaD como mecanismo de políticas públicas para a expansão do ensino superior, gerou, para o trabalho docente, as consequências da precarização e intensificação.

As críticas arroladas na literatura alcançam também o processo de privatização e mercantilização do ensino superior nas últimas décadas, com fortes implicações em dois aspectos: um relativo ao comprometimento das IES com a produção do conhecimento necessário às exigências das políticas neoliberais, e o outro, na arena das disputas instauradas no centro destas instituições em busca de apoio financeiro às pesquisas científicas. O processo de mercantilização do ensino superior é apontado como responsável pela educação em massa, a partir dos interesses mercantis, o que constitui uma possibilidade ameaçadora a EaD de qualidade.

Por outro lado, é preciso creditar à EaD importantes avanços no desenvolvimento da educação não só nessa modalidade, mas também no ensino presencial. A expansão do ensino superior ganha uma valiosa contribuição da EaD, no que diz respeito ao processo de avaliação da qualidade do ensino e como mecanismo de formação de professores, a partir do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB, que reconhece a EaD como mecanismo de políticas públicas para a formação de professores e para a expansão e democratização do ensino superior. A EaD não pode ser responsabilizada isoladamente pela baixa qualidade da educação. Pelo contrário, levando-se em consideração as múltiplas possibilidades tecnológicas implementadas na EaD, ela representa fértil campo de estudos aberto a contribuições relevantes à educação e ao ensino superior. Para o docente, ainda que existam fatores de precarização e intensificação do trabalho, apontados na literatura, há também que se considerar como fatores positivos a maior liberdade na organização do seu tempo e espaço de trabalho, principalmente para aqueles que residem em grandes centros, onde padecem com as dificuldades de deslocamento e a organização do seu tempo. É o que indica a literatura.

Na sociedade capitalista, em que as políticas neoliberais resultantes da globalização, produziram profundas transformações nas relações de trabalho, é importante entender que as questões apresentadas pela literatura convidam o professor a ampliar o seu olhar sobre a compreensão da estreita relação entre a educação/trabalho/sociedade.

O processo de produção do trabalho é construído em direção do desenvolvimento da sociedade. Nas transformações ocorridas em função da globalização, as tecnologias foram cruciais e afetaram todas as áreas da economia, enquanto na educação, influenciaram o

desenvolvimento de sistemas de EaD, altamente produtivos. A EaD se constitui, nesse caso, como um importante mecanismo de reorganização do trabalho educacional, na estrutura de sociedade em rede.

Em relação à problemática: **como a produção científica brasileira — no período de 2003–2013, na forma de artigos em periódicos qualificados em A1 — trata a natureza e a organização do trabalho docente no ensino superior a distância** — dentre os aspectos que despertaram os olhares críticos dos pesquisadores nas publicações, encontram-se: as políticas públicas que dão sustentação ao sistema educacional de maneira geral, incluindo-se aí a EaD; o trabalho docente, principalmente em Instituições Públicas e a Educação a Distância como modalidade de educação em seus processos pedagógicos e as tecnologias que a sustentam. Esta organização por área temática emergiu de tendências detectadas em análise das publicações, voltadas, na sua maioria, para as discussões em torno do trabalho docente. Destacaram-se, entre estas, as análises que buscam compreender as alterações no processo de trabalho, repaginado pelas políticas neoliberais que ganharam força e influenciaram as políticas públicas na área educacional, na década de 1990.

As publicações analisadas apontaram ainda que a EaD se organiza em diferentes modelos, de acordo com a concepção pedagógica de cada IES, que, a partir daí, define o tipo de tecnologias adotadas. Esta relação também exerce influência na definição de sua terminologia.

O processo de formação de professores pela EaD foi amplamente discutido, para o qual se colocaram várias indagações no sentido de apontar os riscos apresentados aos impactos desta política de Estado em relação à qualidade do ensino.

Constatou-se, por fim, que existem várias publicações com a pretensão de abordar a temática Educação a Distância, mas com focos direcionados para as políticas públicas, as tecnologias da informação e comunicação (TIC), e a EaD em seus processos pedagógicos. No que tange ao trabalho docente, percebe-se que há conhecimento de como ele se realiza a partir do olhar das instituições públicas. No entanto, quanto ao trabalho docente no ensino superior a distância em IES privadas, há carência de publicações classificadas em A1 que ensejem reflexões sobre a sua desnaturalização.

Mostram-se necessárias pesquisas que possibilitem retratar a realidade do trabalho docente na EaD, principalmente nas IES privadas, em seus aspectos pedagógico e sociológico; estudos que retratam ou dizem respeito à formação necessária ao professor que atua no ensino superior privado.

Portanto, o estado do conhecimento marca-se por análises críticas em relação às reconfigurações do trabalho docente no ensino superior brasileiro a partir da década de 1990. Dentre estas, atentam para o risco de, por via da EaD, permitir que se percam valores essenciais para a formação de professores, constituídos pela supremacia dos saberes teóricos e filosóficos do conhecimento em relação à propalada evolução tecnológica, trazida ao contexto educacional no bojo da nova estrutura social que se formou a partir da globalização da economia, conhecida como sociedade em rede.

Apontam-se como desafios, investimentos em pesquisas que demonstrem com clareza as exigências e implicações mais evidentes sobre o trabalho docente e o perfil do professor na EaD. Nesse sentido, sugere-se que os aspectos do trabalho docente que dizem respeito à sua natureza e organização sejam mais bem investigados a partir de pesquisas e explicitados, uma vez que são responsáveis por mudanças capazes de produzir novos paradigmas e trazer consequências ao desenvolvimento do professor.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. **Educ. Pesqui.** [online], v. 29, n. 2, p. 327–40, 2003. ISSN 1517-9702. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n2/a10v29n2.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2014.
- ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. A educação a distância na formação continuada de gestores para a incorporação de tecnologias na escola. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 186–202, jun. 2009. ISSN: 1676-2592. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/1957>>. Acesso em: 9 set. 2013.
- ALONSO, Kátia Morosov. A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1.319, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/14.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2014
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e Subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.
- AMORIM, Henrique. Centralidade e imaterialidade do trabalho: classes sociais e luta política. **Trab. Educ. Saúde** [online], v. 8, n. 3, p. 367–85, 2010. ISSN 1981-7746. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v8n3/02.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2014.
- AMORIM, Henrique. O tempo de trabalho: uma chave analítica. **Soc. estado.** [online], v. 28, n. 3, p. 503–18, 2013. ISSN0102-6992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n33/v17n33a13.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2014.
- ANDRÉ, Claudio Fernando. Aspectos bibliométricos da EaD. In: FORMIGA, Manuel Marcos Maciel; LITTO, Frederic M. (Org.). **Educação a Distância**: Estado da Arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009, p. 435–43.
- ANOHINA A. Analysis of the terminology used in the field of virtual learning. **Education Technology & Society**, v. 8, n. 3, p. 91–102, 2005. Disponível em: <http://www.ifets.info/journals/8_3/9.pdf> Acesso em: 10 ago. 2014.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho II**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013a.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA/ABED. **Censo EAD/2012**. Disponível em: <http://www.abed.org.br/censoead/censoEAD.BR_2012_pt.pdf>. Acesso em: 1º out. 2013.
- ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educ. Soc.** [online], v. 30, n. 107, p. 349–72, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/n44/a07n44.pdf>> Acesso em: 24 jul. 2014.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Raquel Goulart. Tecnologia e educação: trabalho e formação docente. **Educ. Soc.**, v. 25, n. 89, p. 1.181–201, dez. 2004. ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22617.pdf>>. Acesso em: 15 jul.2013.

BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância e inovação tecnológica. **Trab. Educ. Saúde** [online], v. 3, n. 1, p. 187–98, 2005. ISSN 1981-7746. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v3n1/10.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

BORGES, Cecília; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Olhares entrecruzados sobre as políticas e reformas recentes e seus efeitos sobre o trabalho e as práticas docentes. **Educ. Rev.** [online], n. 44, p. 137–42, 2006. ISSN 01024698. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/n44/a07n44.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2014.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educ. Soc.** [online], 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a1228101.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2014.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa de 1988**. Seção que pactua a educação como direito de todos. Capítulo III. “Da educação, da cultura e do desporto”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf>. Acesso em: 15 out. 2013.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 15 jul. 2013.

BRASIL. **Portaria 2.253** de 18 de outubro de 2001. Disponível em: <<http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/167>>. Acesso em: jul. 2014.

BRASIL. **Decreto 5.622**, de 19/12/2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm>. Acesso em: 30 jul. 2013.

BRASIL. **Decreto 5.773** de 09 de maio de 2006a estabeleceu as competências para regulação do ensino superior no Brasil, incluindo a EaD. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm>. Acesso em: 25 jul. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 5.800**, de 8 de Junho de 2006b. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm>. Acesso em: 10 jul. 2014.

BRASIL. **Decreto 6.303** de 12 de dezembro de 2007a. Altera o Decreto 5.622/2005 e o Decreto 5.773/2006 incluindo o reconhecimento dos Polos de apoio presenciais no processo da EaD. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/decreto/D6303.htm>. Acesso em: 18 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**, 2007b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2014.

BRASIL. **Portaria 4.059**, de 10 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2014.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educ. Soc.** [online], v. 31, n. 111, p. 481–500, 2010. ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a10.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2014

DAL ROSSO, Sadi. **Mais Trabalho**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DRUCK, Graça. **A Precarização Social do Trabalho no Brasil**: alguns indicadores. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ELIASQUEVICI, Marianne Kogut; PRADO JUNIOR, Arnaldo Corrêa. O papel da incerteza no planejamento de sistemas de educação a distância. **Educ. Pesqui.** [online], v. 34, n. 2, p. 309–25, 2008. ISSN 1517-9702. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v34n2/07.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2014.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas. **Educ. Pesqui.** [online], v. 32, n. 2, p. 225–40, 2006. ISSN 1517-9702. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v32n2/a02v32n2.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Discutir educação é discutir trabalho docente: o trabalho docente segundo dirigentes da Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina (CTERA). **Rev. Bras. Educ.** [online], v. 14, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a07.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

FIALHO, Francisco Antonio Pereira; TORRES, Patrícia Lupion. Educação a distância: passado, presente e futuro. In: FORMIGA, Marcos; LITTO, Fredric M. **Educação à distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009, p. 456–61.

FORMIGA, Marcos. A Terminologia da EAD. In: FORMIGA, Marcos; LITTO, Fredric M. **Educação à distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

FORMIGA, Marcos; LITTO, Fredric M. **Educação à distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Educ. Soc.** [online], v. 28, n. 100, p. 1.203–230, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2628100.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

GARONCE, Francisco; SANTOS, Gilberto Lacerda. Transposição midiática: da sala de aula convencional para a presencial conectada. **Educ. Soc.** [online], v. 33, n. 121, p. 1003–17, 2012. ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n121/a05v33n121.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIOLO, Jaime. A educação à distância e a formação de professores. **Educ. Soc.**, v. 29, n. 105, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a13>>. Acesso em: 8 ago. 2013.

GONÇALVES, Sandro Aparecido. Estado e expansão do ensino superior privado no Brasil: uma análise institucional dos anos de 1990. **Educ. Rev.** [online], n. 31, p. 91–111, 2008. ISSN 0104-4060. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a07.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

GUIMARÃES, Sonia Maria. Fordismo e pós-fordismo. In: GUIMARÃES, Sonia Maria; CATTANI, Lorena; HOLZMANN, Lorena (Org.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: ed. UFRGS, 2006, p. 133–6.

GUIMARAES, Valeska Nahas; SOARES, Sandro Vieira; CASAGRANDE, Maria Denize Henrique. Trabalho docente voluntário em uma Universidade Federal: nova modalidade de trabalho precarizado? **Educ. Rev.** [online], v. 28, n. 3, p. 77–101, 2012. ISSN 0102-4698. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v28n3/a04v28n03.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola. 2007.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1997.

HOLANDA, Viviane Rolim de; PINHEIRO, Ana Karina Bezerra; PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag. Aprendizagem na educação online: análise de conceito. **Rev. Bras. Enferm.** [online], v. 66, n. 3, p. 406–11, 2013. ISSN 0034-7167. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v66n3/a16v66n3.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA/INEP. **Censo da Educação Superior de 2012**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA/INEP. **Resultado da pesquisa sobre matrículas no Ensino Superior/2013**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/c/journal/view_article_content?groupId=10157&articleId=115954&version=1.6>. Acesso em: out. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA/INEP. **Censo da educação superior 2012**: resumo técnico. Brasília: 2014. 133 ISBN 978-85-7863-35-5. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf> Acesso em: 10 out. 2014.

KUENZER, Acácia Z.; CALDAS, Andrea. Trabalho Docente: comprometimento e desistência. In: FIDALGO, Fernando (Org.). **A Intensificação do Trabalho Docente: Tecnologias e produtividade**. Campinas: Papirus, 2009, p. 19–48.

LAPIS, Naira Lima. Acumulação Flexível. In: CATTANI, Lorena; HOLZMANN, Lorena (Org.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: ed. UFRGS, 2006, p. 22–6.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência [palestra]. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 13., Universidade Estadual de Campinas, SP, 2001. Disponível em: <<http://www.miniweb.com.br/Atualidade/INFO/textos/saber.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2007.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio (Org.). **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: ed. 34, 1996. 157 p.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: ed. 34, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escola**: políticas, estrutura e organização. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, Telma Cristina Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção o conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **R. Katál.**, Florianópolis: ed. UFSC, v. 10, p. 37–45, 2007. ISSN: 1982-0259. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/issue/view/603>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

LÜCK, Esther Hermes. Educação a distância: contrapondo críticas, tecendo argumentos. **Educação**, v. 31, n. 3, 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/ojs/index.php/faced/article/view/4480/3399>>. Acesso em: jul. 2014.

LÜDKE, Menga; BOING, Luiz Alberto. O trabalho docente nas páginas de Educação & Sociedade em seus (quase) 100 números. **Educ. Soc.** [online], v. 28, n. 100, p. 1.179–201, 2007. ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2528100.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2014.

MAIA, Carmen; MATAR, João. **ABC da EaD**: a educação a distância hoje. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MANCEBO, Deise. Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. **Educ. Soc.** [online], v. 25, n. 88, p. 845–66, 2004. ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a10v2588.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

MANCEBO, Deise; MAUÉS, Olgaíses; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente. **Educ. Rev.** [online], n. 28, p. 37–53, 2006. ISSN 0104-4060. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a04n28.pdf>> Acesso em: 28 jul. 2014.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente: subjetividade, sobreimplicação e prazer. **Psicol. Reflex. Crit.** [online], v. 20, n. 1, p. 74–80, 2007. ISSN 0102-7972. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n1/a10v20n1.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente e produção de conhecimento. **Psicol. Soc.** [online], v. 25, n. 3, p. 519–26, 2013. ISSN 1807-0310. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n3/06.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

MARTINS, André Luiz de Miranda. A marcha do “capitalismo universitário” no Brasil nos anos 1990. **Avaliação** [online], Campinas, v. 13, n. 3, p. 733–43, 2008. ISSN 1414-4077. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/06.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política** — tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. O processo de trabalho e o processo de valorização. In: _____. **O Capital: Crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013, livro 1, p. 255–75.

MAUÉS, Olgaíses. A reconfiguração do trabalho docente na educação superior. **Educ. rev.** [online], n. 1, p. 141–60, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/nspe1/07.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

MILL, Daniel; PIMENTEL, Nara Maria (Org.). **Educação a distância: desafios contemporâneos**. São Carlos: ed. UFSCar, 2010

MILL, Daniel. **Docência Virtual: uma visão crítica**. São Paulo: Papirus, 2012.

MILL, Daniel; RIBEIRO, Luis Roberto de Camargo; OLIVEIRA, Marcia R. Gomes de (Org.). **Polidocência na educação a distância: múltiplos enfoques**. 2. ed. São Carlos: ed. UFSCar, 2014.

MINAYO, Maria Cecília e Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MIRANDA, Carlos Eduardo Albuquerque; PRADO, Guilherme do Val Toledo. Experiência de EAD na formação de gestores educacionais: educação visual e construção de narrativas. **Educação Temática Digital**, v. 10, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/2033/1850>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

MOON, Bob. O papel das novas tecnologias da comunicação e da educação a distância para responder à crise global na oferta e formação de professores: uma análise da experiência de pesquisa e desenvolvimento. **Educ. Soc.** [online], v. 29, n. 104, p. 791–814, 2008. ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n104/a0829104.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2013; jul. 2014.

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. Educação a Distância e efeitos em cadeia. **Caderno de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 547–59, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1240140.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

MORAN, José Manuel. A educação superior a distância no Brasil. In: SUSANA, Rosa (Org.). **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

MORAN, José Manuel. Modelos e avaliação do ensino superior a distância no Brasil. **Educação Temática Digital**, v. 10, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/2004/1833>>. Acesso em: 18 out. 2013.

MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Educação a distância: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2011.

MOREIRA, Maria das Graças. A composição e o funcionamento da equipe de produção. In: FORMIGA, Manuel Marcos Maciel; LITTO, Frederic Michel (Org.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009, p. 373–4.

- MUGNOL, Marcio. Educação a distância: fundamentos. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 9, n. 27, p. 335–49, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd99=issue&dd0=188>>. Acesso em: 24 maio 2013.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. Soc.** [online], v. 25, n. 89, p. 1.127–44, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2014.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docentes. **Educ. Soc.** [online], v. 26, n. 92, p. 753–75, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a03.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2014.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educacional e a re-estruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto Latino-americano. **Educ. Soc.** [online], v. 28, n. 99, p. 355–75, 2007. ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n99/a04v2899.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil. **Educ. rev.** [online], n. esp. 1, p. 17–35, 2010. ISSN 0104-4060. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/nspe1/02.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2014.
- PATTO, Maria Helena Souza. O ensino a distância a falência da educação. **Ed. Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 302–18, abr./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a04v30n1.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2013.
- PRETTO, Nelson de Luca; RICCIO, Nícia Cristina Rocha. A formação continuada de professores universitários e as tecnologias digitais. **Educ. Rev.** [online], 2010, n. 37, p. 153–69. ISSN 0104-4060. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n37/a10n37>>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- RIBEIRO, Elisa Antonia. As atuais políticas públicas de avaliação para a educação superior e os impactos na configuração do trabalho docente. **Avaliação** [online], Campinas, v. 17, n. 2, p. 299–316, 2012. ISSN 1414-4077. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v17n2/02.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2014.
- ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37–50, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1891/189116275004.pdf>>. Acesso: 15 nov. 2014.
- SANTOS, Eliana; WECSLER, Solange Muglia. Ensino a Distância: uma década das publicações científicas brasileiras. **Interam. J. Psychol.** [online], v. 43, n. 3, p. 558–65, 2009. ISSN 0034-969. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rip/v43n3/v43n3a16.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2013.
- SARAIVA, Luciana Martins; PERNIGOTTI, Joyce Munarski; BARCIA, Ricardo Miranda e LAPOLLI, Edis Mafra. Tensões que afetam os espaços de educação a distância. **Psicol. Est.** [online], 2006, v. 11, n. 3, p. 483–91. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a03.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2014.
- SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. Desafios da educação à distância ao sistema de educação superior: novas reflexões sobre o papel da avaliação. **Educ. Rev.** [online], n. 28, p. 161–77, 2006. ISSN 0104-4060. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a11n28.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte. ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do ensino superior. **Pro-Posições** [online], v. 20, n. 2, p. 205–22, 2009. ISSN 0103-7307.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n2/v20n2a13.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2014

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte; CASTANHEIRA, Antonio Mauricio. Expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós-LDBEN/96: evidências e tendências. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.** [online], v. 17, n. 62, p. 55–86, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v17n62/a04v1762.pdf>> Acesso em: 21 jul. 2014.

SILVA, Marco. Cibercultura e Educação: a comunicação na sala de aula presencial e on-line. **FAMECO**, Porto Alegre, n. 37, dez. 2008. Disponível em:

<<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: jul./ago. 2013.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**: educação, comunicação, mídia clássica. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

SILVA, Marco. Educação a distância (EAD) e educação on-line (EOL) nas reuniões do GT 16 da ANPED (2000-2010). **Teias**, v. 13, n. 30, p. 95–118, set./dez. 2012. Disponível em:

<<http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/view/1362/969>>. Acesso em: 20 out. 2013.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. Reformas do Estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distância: implicações políticas e teóricas. **Rev. Bras. Educ.** [online], 2003, n. 24, p. 78–94. ISSN1413-2478. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a07.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2014.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público? **Rev. Bras. Educ.** [online], n. 29, p. 5–27, 2005.

ISSN 1413-2478. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a02.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2014.

TUMOLO, Paulo Sergio; FONTANA, Klalter Bez. Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. **Educ. Soc.** [online], v. 29, n. 102, p. 159–80, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n102/a0929102.pdf>>.

Acesso em: 9 jul. 2014.

APÊNDICE 1 — Levantamento bibliográfica no portal de periódicos da CAPES e na base de dados SciELO — 2003–13

Resultados de pesquisa bibliográfica no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na base de dados SciELO para levantamento de artigos. O recorte temporal o período 2003–13. Artigos fora do período de busca 2003–13 foram inseridos inicialmente por ser considerados muito relevantes em relação ao objeto de estudo. A metodologia de busca seguiu o critério dos termos descritores (educação à distância; trabalho docente; ensino superior; trabalho flexível; trabalho docente em educação a distância; educação a distância e trabalho docente; trabalho docente; ensino superior e trabalho docente; educação à distância e ensino superior; educação à distância e tecnologia; trabalho flexível; ensino superior e trabalho flexível). Os resultados são apresentados cronologicamente. Incluem autoria, título do texto, veículo de publicação e o caminho de acesso *on-line* ao arquivo em pdf.

2000

CALDERON, Adolfo Ignácio. Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão.

São Paulo Perspec. [online]. 2000, v. 14, n. 1, p. 61–72.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9802.pdf>>.

DURHAM, Eunice Ribeiro; SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior na América Latina.

Cad. Pesqui., jul. 2000, n. 110, p. 7–37.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n110/n110a01.pdf>>

SAMPAIO, Helena. Ensino superior no Brasil: o setor privado.

Cad. Pesqui., dez 2000, no.111, p. 213–13.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbsoc/v17n48/13956.pdf>>

2001

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Trabalho docente e valores: em questão as novas tecnologias de informação e comunicação.

Estud. psicol. (Campinas) [online]. 2001, v. 18, n. 1, p. 46–57.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v18n1/05.pdf>>

SANTOS, Tania Steren dos. Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital. *Sociologias* [online]. 2001, n. 6, p. 170–198.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n6/a08n6.pdf>>.

TUMOLO, Paulo Sergio. Reestruturação produtiva no brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica.

Educ. Soc. [online]. 2001, v. 22, n.77, p. 71–99.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n77/7046.pdf>>

2002

PRETTO, Nelson De Luca. Formação de professores exige rede!

Rev. Bras. Educ. [online]. 2002, n. 20, p. 121–31.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a10.pdf>>.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990.

Rev. Bras. Educ. [online]. 2002, n. 21, p. 165–166.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a16.pdf>>.

2003

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem.

Educ. Pesqui. [online]. 2003, v. 29, n. 2, p. 327–340.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n2/a10v29n2.pdf>>.

BARRETO, Raquel Goulart. Tecnologias na formação de professores: o discurso do MEC.

Educ. Pesqui. [online]. 2003, v. 29, n.2, p. 271–286.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n2/a06v29n2.pdf>>.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. Reformas do Estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distância: implicações políticas e teóricas.

Rev. Bras. Educ. [online]. 2003, n. 24, p. 78–94.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a07.pdf>>.

2004

BARRETO, Raquel Goulart. Tecnologia e educação: trabalho e formação docente.

Educ. Soc., dez. 2004, v. 25, n. 89, p. 1181–1201.

Disponível em: <<http://link.periodicos.capes.gov.br>>

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22617.pdf>>.

CALDERON, Adolfo Ignácio. Repensando o papel da universidade.

Rev. adm. empres. [online]. 2004, v. 44, n. 2, p. 104–108.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v44n2/v44n2a09.pdf>>

LÜDKE, Menga; BOING, Luiz Alberto. Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes.

Educ. Soc. [online]. 2004, v. 25, n.89, p. 1159–1180.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22616.pdf>>

MANCEBO, Deise. Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento.

Educ. Soc. [online]. 2004, v. 25, n.88, p. 845–866.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a10v2588.pdf>>

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. Globalização e políticas públicas: vida, paixão e morte do Estado nacional?.

Educ. Soc. [online]. 2004, v. 25, n. 87, p. 309–333.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21459.pdf>>

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização.

Educ. Soc. [online]. 2004, v. 25, n. 89, p. 1127–1144.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614.pdf>

2005

BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância e inovação tecnológica.

Revista Trabalho Educação e Saúde, v. 3 n. 1, p. 187–198, 2005

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v3n1/10.pdf>>

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docentes.

Educ. Soc. [online]. 2005, v. 26, n. 92, p. 753–775.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a03.pdf>>

SILVA JUNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público?

Rev. Bras. Educ. [online]. 2005, n. 29, p. 5–27.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a02.pdf>>

2006

BORGES, Cecília; OLIVEIRA, Dalila Andrade Olhares entrecruzados sobre as políticas e reformas recentes e seus efeitos sobre o trabalho e as práticas docentes.

Educ. rev. [online]. 2006, n. 44, p. 137–142.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/n44/a07n44.pdf>>

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas.

Educ. Pesqui. [online]. 2006, v. 32, n. 2, p. 225–240.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v32n2/a02v32n2.pdf>>

GHEDINE, Tatiana; TESTA, Maurício Gregianin; FREITAS, Henrique Mello Rodrigues de. Compreendendo as iniciativas de educação a distância via internet: estudo de caso em duas grandes empresas no Brasil.

Rev. Adm. Pública [online]. 2006, v. 40, n.3, p. 427–455.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n3/31250.pdf>>

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes.

Educ. rev. [online]. 2006, n.44, p. 209–227.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/n44/a11n44.pdf>>

MANCEBO, Deise; MAUES, Olgaíses; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente.

Educ. rev. [online]. 2006, n. 28, p. 37–53.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a04n28.pdf>>

ROSSO, Sadi Dal. Intensidade e imaterialidade do trabalho e saúde.

Trab. educ. saúde [online]. 2006, v. 4, n.1, p. 65–92.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v4n1/05.pdf>>

SARAIVA, Luciana Martins; PERNIGOTTI, Joyce Munarski; BARCIA, Ricardo Miranda; LAPOLLI, Edis Mafra. Tensões que afetam os espaços de educação a distância.

Psicol. estud. [online]. 2006, v. 11, n.3, p. 483–491.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a03.pdf>>

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte. Desafios da educação à distância ao sistema de educação superior: novas reflexões sobre o papel da avaliação.

Educ. rev. [online]. 2006, n.28, p. 161–177.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a11n28.pdf>>

2007

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos.

Educ. Soc. [online]. 2007, v. 28, n. 101, p. 1503–1523.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a1228101.pdf>>

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada.

Educ. Soc. [online]. 2007, v. 28, n.100, p. 1203–1230.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2628100.pdf>>

Revista Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1203–1230, out. 2007.

Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

LÜDKE, Menga; BOING, Luiz Alberto O trabalho docente nas páginas de Educação & Sociedade em seus (quase) 100 números.

Educ. Soc. [online]. 2007, v. 28, n. 100, p. 1179–1201.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2528100.pdf>>

MANCEBO, Deise. Agenda de pesquisa e opções teórico–metodológicas nas investigações sobre trabalho docente.

Educ. Soc. [online]. 2007, v. 28, n.99, p. 466–482.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n99/a09v2899.pdf>>

MANCEBO, Deise. Trabalho docente: subjetividade, sobreimplicação e prazer.

Psicol. Reflex. Crit. [online]. 2007, v. 20, n. 1, p. 74–80.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n1/a10v20n1.pdf>>

NUNES, Edson. Desafio estratégico da política pública: o ensino superior brasileiro.

Rev. Adm. Pública [online]. 2007, v. 41, n. esp., p. 103–147.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41nspe/a08v41sp.pdf>>

OLIVEIRA, Dalila Andrade Política educacional e a re–estruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto Latino–americano.

Educ. Soc. [online]. 2007, v. 28, n. 99, p. 355–375.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n99/a04v2899.pdf>>

SARMET, Maurício Miranda; ABRAHÃO, Júlia Issy O tutor em Educação a Distância: análise ergonômica das interfaces mediadoras.

Educ. rev., dez. 2007, n. 46, p. 109–141.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/n46/a04n46.pdf>>

2008

ELIASQUEVICI, Marianne Kogut; PRADO JUNIOR, Arnaldo Corrêa. O papel da incerteza no planejamento de sistemas de educação a distância.

Educ. Pesqui. [online]. 2008, v. 34, n. 2, p. 309–325.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v34n2/07.pdf>>

GIOLO, Jaime. A educação à distância e a formação de professores.

Educação & Sociedade, 2008, v. 29, n. 105, p.1211

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a13>>

GONÇALVES, Sandro Aparecido. Estado e expansão do ensino superior privado no Brasil: uma análise institucional dos anos de 1990.

Educ. rev. [online]. 2008, n.31, p. 91–111.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a07.pdf>>

LÜCK, Esther Hermes. Educação à distância: contrapondo críticas, tecendo argumentos.

Educação, 2008, v. 31, n. 3, p. 258

Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/ojs/index.php/faced/article/view/4480/3399>>

MARTINS, André Luiz de Miranda. A marcha do “capitalismo universitário” no Brasil nos anos 1990.

Avaliação (Campinas) [online]. 2008, v. 13, n. 3, p. 733–743.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/06.pdf>>

MOON, Bob. O papel das novas tecnologias da comunicação e da educação a distância para responder à crise global na oferta e formação de professores: uma análise da experiência de pesquisa e desenvolvimento.

Educ. Soc. [online]. 2008, v. 29, n. 104, p. 791–814.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n104/a0829104.pdf>>.

Educ. Soc., Campinas, v. 29, n. 104 – Especial, p. 791–814, out. 2008.

Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

SILVA, Marco. Cibercultura e Educação: a comunicação na sala de aula presencial e on–line. *FAMECOS — Mídia, Cultura e Tecnologia*, n.37, p. 69, 2008.

Disponível em: Portal Periódicos da CAPES

TUMOLO, Paulo Sergio; FONTANA, Klalter Bez. Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990.

Educ. Soc. [online]. 2008, v. 29, n.102, p. 159–180.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n102/a0929102.pdf>>

2009

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. A educação a distância na formação continuada de gestores para a incorporação de tecnologias na escola.

ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v. 10, n. 2, p. 186–202, jun. 2009

Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/1957>>.

AMORIM, Henrique. Prática política, qualificações profissionais e trabalho imaterial hoje.

Rev. Sociol. Polit. [online]. 2009, v. 17, n. 33, p. 175–185.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n33/v17n33a13.pdf>>

ASSUNCAO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores.

Educ. Soc. [online]. 2009, v. 30, n.107, p. 349–372.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n107/03.pdf>>

BERNARDO, Viviane (resenha); MUGNOL, Marcio (artigo). Educação a distância: fundamentos.

Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 27, p. 335–349, maio/ago.2009. Universidade Federal de São Paulo UNIFESP.

Resenha disponível em:

<http://www.virtual.epm.br/material/tis/enf/apostila.htm#INTRODUÇÃO> Acessado em 24 de maio de 2013.

Artigo disponível em:

<<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd99=issue&dd0=188>>

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. “Discutir educação é discutir trabalho docente”: o trabalho docente segundo dirigentes da Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina (CTERA).

Rev. Bras. Educ. [online]. 2009, v. 14, n. 41, p. 281–295.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a07.pdf>>

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; SILVEIRA, Paulo Ricardo Tavares da. Identidade Docente em Tempos de Educação a Distância.

Fundamentos en humanidades, 2009, Issue 20, p. 201–219

Disponível em: <<http://fundamentos.unsl.edu.ar/pdf/articulo-20-201.pdf>>

PECIAR, Paola Luciana Rodriguez. A educação superior universitária frente aos desafios das mudanças do mundo do trabalho no contexto do neoliberalismo.

Reflexão e ação, v. 17, n. 2. 2009

Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/1050/842>>

MIRANDA, Carlos Eduardo Albuquerque; PRADO, Guilherme do Val Toledo. Experiência de Ead na Formação de Gestores Educacionais: Educação Visual e Construção de Narrativas.

ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v. 10, n. 2, p.310–329, jun. 2009.

Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/1959>>

MORAN, José Manuel. Modelos e avaliação do ensino superior a distância no Brasil.

EDT : Educação Temática Digital, 2009, v. 10, n. 2, p. 54.

Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/2004/1833>>

PEREIRA, Larissa Dahmer. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social.

Katálysis [online]. 2009, v. 12, n. 2, p. 268–277.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n2/17.pdf>>

RIBEIRO, Luis Roberto De Camargo; OLIVEIRA, Marcia Rozenfeld Gomes De; MILL, Daniel Ensino superior, tutoria online e profissão docente.

Reflexão & Ação, 2009, v. 17, n. 2, p. 243

Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/1033/837>>

SANTOS, Eliana; WECSLER, Solange Muglia. Ensino a Distância: uma década das publicações científicas brasileiras.

Interam. j. psychol. [online]. 2009, v. 43, n. 3, p. 558–565.

Portal Periódicos da CAPES (acessado em 15 de agosto de 2013)

Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rip/v43n3/v43n3a16.pdf>>

SANTOS, Tania Steren dos. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. *Sociologias* [online]. 2009, n. 22, p. 120–156.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n22/n22a07.pdf>>

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte; CASTANHEIRA, Antonio Mauricio. Expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós – LDBEN/96: evidências e tendências.

Ensaio: aval. pol. públ. Educ. [online]. 2009, v. 17, n. 62, p. 55–86.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v17n62/a04v1762.pdf>>

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte. ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do ensino superior.

Pro-posições [online]. 2009, v. 20, n.2, p. 205–222.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n2/v20n2a13.pdf>>

SILVA, Andreza Regina Lopes da et al.

Modelos utilizados pela educação a distância: uma síntese centrada nas instituições de ensino superior brasileiras

Revista Gestão Universitária na América Latina : Revista GUAL, 2011, v. 4, n. 33, p.153

Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br>>

2010

ALONSO, Kátia Morosov. A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares.

Educação & Sociedade, 2010, v. 31, n. 113, p. 1319

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/14.pdf>>

AMORIM, Henrique. Centralidade e imaterialidade do trabalho: classes sociais e luta política.

Trab. educ. saúde [online]. 2010, v. 8, n. 3, p. 367–385

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v8n3/02.pdf>>

AMORIN, Henrique. Valor–trabalho e trabalho imaterial nas ciências sociais contemporâneas.

Cad. CRH [online]. 2010, v. 23, n.58, p. 191–202.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n58/v23n58a12.pdf>>

BARRETO, Nelma Vilaça Paes. Os desafios da educação: a cibercultura na educação e a docência online.

Vértices, 2010, v. 12, n. 3, p. 149

Disponível em: <<http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20100027>>

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios.

Educ. Soc. [online]. 2010, v. 31, n.111, p. 481–500.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a10.pdf>>

GIOLO, Jaime. Educação à distância: tensões entre o público e o privado.

Educação & Sociedade, 2010, v. 31, n. 113, p. 127

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/12.pdf>>

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil.

Educ. rev. [online]. 2010, n. esp., p. 17–35.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/nspe1/02.pdf>>

PRETTO, Nelson De Luca; RICCIO, Nícia Cristina Rocha. A formação continuada de professores universitários e as tecnologias digitais.

Educ. rev. [online]. 2010, n. 37, p. 153–169.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n37/a10n37>>

MAUES, Olgaíses. A reconfiguração do trabalho docente na educação superior.

Educ. rev. [online]. 2010, n. esp., p. 141–160.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/nspe1/07.pdf>>

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. Educação a distância e efeitos em cadeia.

Cad. Pesqui. [online]. 2010, v. 40, n. 140, p. 547–559.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1240140.pdf>>

VILARINHO, Lúcia Regina Goulart; PAULINO, Camilla Lobo. Educação a distância no ensino superior brasileiro: das experiências pioneiras ao sistema de rede.

Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: UFSCar, v. 4, n. 1, p. 64–79, mai.

2010. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/116>

2011

SIMONSON, Michael. Organização de cursos para Educação à Distância.

Cibertextualidades 4, 2011. Universidade de Fernando Pessoa

Disponível em: <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/2300/3/cibertxt_4_simonson_pt.pdf>

MORÉ, Rafael Pereira et al.

Educação a distância e formação docente: o sistema Universidade Aberta do Brasil como forma de ampliar o acesso à educação superior.

Gestão Universitária na América Latina : GUAL [1983–4535], 2011, v. 4, n. 2, p. 8

Disponível em: <<http://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2011v4n2p89/21999>>

CALDERON, Adolfo Ignacio; LOURENCO, Henrique da Silva. Ensino superior privado: expansão das cooperativas de mão de obra docente.

Cad. Pesqui. [online]. 2011, v. 41, n.143, p. 642–659.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n143/a15v41n143.pdf>>

TUMOLO, Paulo Sergio. Trabalho, educação e perspectiva histórica da classe trabalhadora: continuando o debate.

Rev. Bras. Educ. [online]. 2011, v. 16, n.47, p. 443–481.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a10.pdf>>

CALDERON, Adolfo Ignacio; PEDRO, Rodrigo Fornalski; VARGAS, Maria Caroline. Responsabilidade social da educação superior: a metamorfose do discurso da UNESCO em foco.

Interface (Botucatu) [online]. 2011, v. 15, n.39, p. 1185–1198.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v15n39/a17v15n39.pdf>>

CALDERON, Adolfo Ignacio; POLTRONIERI, Heloisa; BORGES, Regilson Maciel. Os rankings na educação superior brasileira: políticas de governo ou de estado?

Ensaio: aval. pol. públ. Educ. [online]. 2011, v. 19, n.73, p. 813–826.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/05.pdf>>

CALDERON, Adolfo Ignacio; LOURENCO, Henrique da Silva. Ensino superior privado: expansão das cooperativas de mão de obra docente.

Cad. Pesqui. [online]. 2011, v. 41, n. 143, p. 642–659.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n143/a15v41n143.pdf>>

2012

COSTA, Sirlene Fabris; RAUSCH, Rita Buzzi. Dilemas de Professores Tutores Iniciais Na Educação A Distância.

Olhar de Professor, 2012, v. 15, n. 2, p. 315

Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/4282>>

GARONCE, Francisco; SANTOS, Gilberto Lacerda. Transposição midiática: da sala de aula convencional para a presencial conectada.

Educ. Soc. [online]. 2012, v. 33, n.121, p. 1003–1017.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n121/a05v33n121.pdf>>

GUIMARAES, Valeska Nahas; SOARES, Sandro Vieira; CASAGRANDE, Maria Denize Henrique. Trabalho docente voluntário em uma Universidade Federal: nova modalidade de trabalho precarizado?

Educ. rev. [online]. 2012, v. 28, n.3, p. 77–101.

Disponível em: <<http://link.periodicos.capes.gov.br>>

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v28n3/a04v28n03.pdf>>

KNEIPP, Jordana Marques et al. Uma análise da produção científica brasileira sobre educação a distância.

Estudos do CEPE, 2012, n. 35, p. 317.

Revista Estudos do CEPE, Santa Cruz do Sul, n35, p. 317–344, jan./jun. 2012

Disponível em: <<http://uniseb.com.br/presencial/revistacientifica/arquivos/jul-4.pdf>>

RIBEIRO, Elisa Antonia. As atuais políticas públicas de avaliação para a educação superior e os impactos na configuração do trabalho docente.

Avaliação (Campinas) [online]. 2012, v. 17, n.2, p. 299–316.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v17n2/02.pdf>>

RODRIGUES, Leda Maria Borges da Cunha; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. Educação a Distância e formação continuada do professor.

Rev. bras. educ. espec. [online]. 2012, v. 18, n.4, p. 615–628.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v18n4/a06v18n4.pdf>>

SANTOS, Sheila Daniela Medeiros dos. A precarização do trabalho docente no Ensino Superior: dos impasses às possibilidades de mudanças.

Educ. rev. [online]. 2012, n. 46, p. 229–244.

Disponível em: <<http://link.periodicos.capes.gov.br>>

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n46/n46a16.pdf>>

SILVA, Ione. Contribuições de um Programa de Educação a Distância sobre Educação Inclusiva para a Formação Continuada do Professor em Início de Carreira

Olhar de professor [1518–5648], 2012, v. 15, n. 2, p. 285

Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/684/68425573007.pdf>>

2013

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. A produção de professores nas escolas: o Sistema de Proteção Escolar e suas articulações saber/poder.

Educ. Pesqui. [online]. 2013, v. 39, n.2, p. 387–401.

Disponível em: Portal Periódicos da CAPES.

AMORIM, Henrique. O tempo de trabalho: uma chave analítica.

Soc. estado. [online]. 2013, v. 28, n. 3, p. 503–518.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v28n3/a03v28n3.pdf>>

BARDY, Livia Raposo et al. Objetos de Aprendizagem como recurso pedagógico em contextos inclusivos: subsídios para a formação de professores a distância.

Rev. bras. educ. espec. [online]. 2013, v. 19, n.2, p. 273–288.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v19n2/a10v19n2.pdf>>

CALDERON, Adolfo Ignacio. Terceirização do trabalho docente à luz da responsabilidade social da educação superior.

Trab. educ. saúde [online]. 2013, v. 11, n.3, p. 487–501.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n3/v11n3a03.pdf>>

FERRUGINI, Lilian; SOUZA, Donizeti Leandro; SIQUEIRA Marcio; CASTRO, Cleber Carvalho. Educação A Distância Como Política De Inclusão: Um Estudo Exploratório Nos Polos Do Sistema Universidade Aberta Do Brasil Em Minas Gerais .

GUAL, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 01–21, abr. 2013

Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/viewFile/1983-4535.2013v6n2p1/24564>>

GOMES, Luiz Fernando. EAD no Brasil: perspectivas e desafios. *Avaliação* (Campinas), mar. 2013, v. 18, n.1, p. 13–22.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n1/02.pdf>>

HOLANDA, Viviane Rolim de; PINHEIRO, Ana Karina Bezerra; PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag. Aprendizagem na educação online: análise de conceito. *Rev. bras. enferm.* [online]. 2013, v. 66, n. 3, p. 406–411.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v66n3/a16v66n3.pdf>>

MANCEBO, Deise. Trabalho docente e produção de conhecimento. *Psicol. Soc.* [online]. 2013, v. 25, n. 3, p. 519–526.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n3/06.pdf>>.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo do. Expansão da educação superior no Brasil e a hegemonia privado–mercantil: o caso da Unesa. *Educ. Soc.* [online]. 2013, v. 34, n.122, p. 81–98.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v34n122/v34n122a05.pdf>>

NEVES, Sander; GONÇALVES, Carolina. Educação a distância: avanços históricos e legislação brasileira. *Tecer*, 2013, v. 6, n. 10.
Disponível em: <<http://pe.izabelahendrix.edu.br/ojs/index.php/tecer>>

PATO, Maria Helena Souza. O ensino a distância a falência da educação. *Ed. Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 302–318, abr./jun. 2013
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a04v30n1.pdf>>

SILVA JUNIOR, João Dos Reis; FERREIRA, Luciana Rodrigues; KATO, Fabíola Bouth Grello. Trabalho do professor pesquisador diante da expansão da pós-graduação no Brasil pós-LDB. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2013, v. 18, n.53, p. 435–456.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n53/11.pdf>>.

SANTOS, Francisco Kennedy Silva dos. Limites e possibilidades da racionalidade pedagógica no ensino superior. *Educ. Real.* [online]. 2013, v. 38, n. 3, p. 915–929.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n3/12.pdf>>

2014

AMORIM, Henrique. As teorias do trabalho imaterial: uma reflexão crítica a partir de Marx. *Cad. CRH* [online]. 2014, v. 27, n.70, p. 31–45.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n70/03.pdf>>

AMORIN, Henrique. O trabalho imaterial em discussão: teoria e política. *Cad. CRH* [online]. 2014, v. 27, n.70, p. 9–12.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n70/01.pdf>>

CRUZ, Dulce Márcia Portal. Mídias no ensino superior: a formação docente e a educação presencial e virtual.

Educação: Revista do Centro de Educação, UFSM, 2007, v. 32.

Revista Educação, v. 32, n. 1, jan./abr. 2014.

Disponível no portal de periódicos CAPES

HUWS, Ursula Elin. Vida, trabalho e valor no século XXI: desfazendo o nó.

Cad. CRH [online]. 2014, v. 27, n.70, p. 13–30.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n70/02.pdf>>

MARTINS, Andréa Arnaut Vieira; HONÓRIO, Luiz Carlos. Prazer e sofrimento docente em uma instituição de ensino superior privada em Minas Gerais.

Organ. Soc. [online]. 2014, v. 21, n. 68, p. 835–851.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v21n68/a05v21n68.pdf>>

PRADO, Eleutério F. S.; PINTO, José Paulo Guedes. Subsunção do trabalho imaterial ao capital.

Cad. CRH [online]. 2014, v. 27, n.70, p. 61–74.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n70/05.pdf>>

ROSSO, Sadi Dal. Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços.

Cad. CRH [online]. 2014, v. 27, n.70, p. 75–89.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n70/06.pdf>>

SAMPAIO, Helena. Diversidade e diferenciação no ensino superior no Brasil: conceitos para discussão.

Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2014, v. 29, n. 84, p. 43–55.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v29n84/02.pdf>>

APÊNDICE 2 — Levantamento bibliográfica no sistema Webqualis

Resultados de pesquisa bibliográfica no sistema Webqualis. O recorte temporal enfoca o período 2003–13. Incluem autoria, título do texto, veículo de publicação, área e classificação no Qualis.

2001

SANTOS, Tania Steren dos. Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital. *Sociologias* (UFRGS. Impresso) — Sociologia — A1

TUMOLO, Paulo Sergio. Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica.

Educação & Sociedade (Impresso) — Educação — A1

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Trabalho docente e valores: em questão as novas tecnologias de informação e comunicação.

Estudos de Psicologia (PUCCAMP. Impresso) — Psicologia — A2

2002

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem.

Educação e Pesquisa (USP. Impresso) — Educação — A1

BARRETO, Raquel Goulart. Tecnologias na formação de professores: o discurso do MEC

Educação e Pesquisa (USP. Impresso) — Educação — A1

PRETTO, Nelson De Luca. Formação de professores exige rede!

Revista Brasileira de Educação (Impresso) — Educação — A1

SILVA JUNIOR, João dos Reis. O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990.

Revista Brasileira de Educação (Impresso) — Educação — A1

SILVA JUNIOR, João dos Reis. Reformas do Estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distância: implicações políticas e teóricas. *Revista Brasileira de Educação* (Impresso) — Educação — A1

2004

BARRETO, Raquel Goulart. Tecnologia e educação: trabalho e formação docente. *Revista Educação & Sociedade* — Educação — A1

LÜDKE, Menga; BOING, Luiz Alberto. Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes.

Educação & Sociedade (Impresso) — Educação — A1

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização.

Educação & Sociedade (Impresso) — Educação — A1

MANCEBO, Deise. Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento.

Educação & Sociedade (Impresso) — Educação — A1

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. Globalização e políticas públicas: vida, paixão e morte do Estado nacional?

Educação & Sociedade (Impresso) — Educação — A1

CALDERON, Adolfo Ignácio. Repensando o papel da universidade.

RAE (Impresso) — Educação — B2

2005

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas conseqüências para os trabalhadores docentes.

Educação & Sociedade (Impresso) — Educação — A1

SILVA JUNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público?

Revista Brasileira de Educação (Impresso) — Educação — A1

BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância e inovação tecnológica.

Trabalho, Educação e Saúde (Online) — Educação — B2

2006

BORGES, Cecília; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Olhares entrecruzados sobre as políticas e reformas recentes e seus efeitos sobre o trabalho e as práticas docentes.

Educação em Revista (UFMG. Impresso) — Educação — A1

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Somos todos trabalhadores em Educação? reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas.

Educação e Pesquisa (USP. Impresso) — Educação — A1

MANCEBO, Deise; MAUES, Olgaíses; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente.

Educar em Revista (Impresso) — Educação — A1

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes.

Educação em Revista (UFMG. Impresso) — Educação — A1

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte. Desafios da educação à distância ao sistema de educação superior: novas reflexões sobre o papel da avaliação.

Educar em Revista (Impresso) — Educação — A1

GHEDINE, Tatiana; TESTA, Maurício Gregianin; FREITAS, Henrique Mello Rodrigues de. Compreendendo as iniciativas de educação a distância via internet: estudo de caso em duas grandes empresas no Brasil.

Revista de Administração Pública (Impresso) — Administração, Ciências Contábeis e Turismo — A2

SARAIVA, Luciana Martins et al. Tensões que afetam os espaços de educação a distância.

Psicologia em Estudo (Impresso) — Educação — A2

ROSSO, Sadi Dal. Intensidade e imaterialidade do trabalho e saúde.

Trabalho, Educação e Saúde (Online) — Sociologia — B1

2007

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos.

Educação & Sociedade (Impresso) — Educação — A1

CRUZ, Dulce Márcia. Mídias no ensino superior: a formação docente e a educação presencial e virtual.

Revista Educação (UFSM) — Educação — B1

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada.

Educação & Sociedade (Impresso) — Educação — A1

LÜDKE, Menga; BOING, Luiz Alberto. O trabalho docente nas páginas de *Educação Sociedade* em seus (quase) 100 números.

Educação & Sociedade (Impresso) — Educação — A1

MANCEBO, Deise. Trabalho docente: subjetividade, sobreimplicação e prazer.

Psicologia: Reflexão e Crítica (UFRGS. Impresso) — Educação — A1

MANCEBO, Deise. Agenda de pesquisa e opções teórico-metodológicas nas investigações sobre trabalho docente.

Educação & Sociedade (Impresso) — Educação — A1

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educacional e a re-estruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto Latino-americano.

Educação & Sociedade (Impresso) — Educação — A1

SARMET, Maurício Miranda; ABRAHÃO, Júlia Issy. O tutor em Educação a Distância: análise ergonômica das interfaces mediadoras.

Educação em Revista (UFMG. Impresso) — Psicologia — B1

NUNES, Edson. Desafio estratégico da política pública: o ensino superior brasileiro.

Revista de Administração Pública (Impresso) — Educação — B3

2008

ELIASQUEVICI, Marianne Kogut; PRADO JUNIOR, Arnaldo Corrêa. O papel da incerteza no planejamento de sistemas de educação a distância.

Educação e Pesquisa (USP. Impresso) — Educação — A1

GIOLO, Jaime. A educação à distância e a formação de professores
Educação & Sociedade (Impresso) — Educação — A1

MARTINS, André Luiz de Miranda. A marcha do “capitalismo universitário” no Brasil nos anos 1990.
Avaliação (UNICAMP) — Educação — A1

MOON, Bob. O papel das novas tecnologias da comunicação e da educação a distância para responder à crise global na oferta e formação de professores: uma análise da experiência de pesquisa e desenvolvimento.
Educação & Sociedade (Impresso) — Educação — A1

TUMOLO, Paulo Sergio; FONTANA, Klalter Bez. Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990.
Educação & Sociedade (Impresso) — Educação — A1

LÜCK, Esther Hermes. Educação a distância: contrapondo críticas, tecendo argumentos.
Revista Educação (PUCRS. Online) — Educação — A2

SILVA, Marco. Cibercultura e Educação: a comunicação na sala de aula presencial e on-line.
FAMECOS (Impresso) — Ciências Sociais Aplicadas I — A2

2009

ASSUNCAO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores.
Educação & Sociedade (Impresso) — Educação — A1

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. “Discutir educação é discutir trabalho docente”: o trabalho docente segundo dirigentes da Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina (CTERA).
Revista Brasileira de Educação (Impresso) — Educação — A1

MIRANDA, Carlos Eduardo Albuquerque; PRADO, Guilherme Do Val Toledo. Experiência de EAD na formação de gestores educacionais: educação visual e construção de narrativas
ETD: Educação Temática Digital — Educação — A1

MORAN, José Manuel. Modelos e avaliação do ensino superior a distância no Brasil. *ETD. Educação Temática Digital* — Educação — A1

SANTOS, Tania Steren dos. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social.
Sociologias (UFRGS. Impresso) — Sociologia — A1

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte. ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do ensino superior.
Pró-Posições (UNICAMP. Impresso) — Educação — A1

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte; CASTANHEIRA, Antonio Mauricio. Expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós-LDBEN/96: evidências e tendências.

Ensaio (Fundação Cesgranrio. Impresso) — Educação — A1

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte; CASTANHEIRA, Antonio Mauricio. Expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós-LDBEN/96: evidências e tendências.

Ensaio (Fundação Cesgranrio. Impresso) — Educação — A1

AMORIM, Henrique. Prática política, qualificações profissionais e trabalho imaterial hoje. *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso) — Sociologia — A2

MUGNOL, Marcio. Educação a distância: fundamentos

Diálogo Educacional (PUCPR. Impresso) — Educação — A2

SANTOS, Eliana; WECSLER, Solange Muglia. Ensino a Distância: uma década das publicações científicas brasileiras

Interamerican Journal of Psychology — Educação — A2

PEREIRA, Larissa Dahmer. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social.

Katálysis (Impresso) — Educação — B1

FERREIRA, Márcia Ondina; SILVEIRA, Paulo Ricardo. Identidade Docente em Tempos de Educação a Distância

Fundamentos em Humanidades — Educação — B2

PECIAR, Paola Luciana Rodriguez. A educação superior universitária frente aos desafios das mudanças do mundo do trabalho no contexto do neoliberalismo

Reflexão e ação (Online) — Educação — B2

RIBEIRO, Luis Roberto De Camargo; OLIVEIRA, Marcia Rozenfeld Gomes De; MILL, Daniel. Ensino superior, tutoria online e profissão docente.

Reflexão e Ação (Online) — Educação — B2

SILVA, Andreza Regina Lopes da et al. Modelos utilizados pela educação a distância: uma síntese centrada nas instituições de ensino superior brasileiras

Revista Gestao Universitaria na America Latina – GUAL — Educação — C

2010

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. A educação a distância na formação continuada de gestores para a incorporação de tecnologias na escola

ETD: Educação Temática Digital (Online) — Educação — A1

ALONSO, Kátia Morosov. A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares.

Educação & Sociedade (Impresso) — Educação — A1

AMORIM, Henrique. Valor-trabalho e trabalho imaterial nas ciências sociais contemporâneas. *Caderno CRH* (UFBA. Impresso) — Sociologia — A1

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios.

Educação & Sociedade (Impresso) — Educação — A1

GIOLO, Jaime. Educação a distância: tensões entre o público e o privado.

Educação & Sociedade (Impresso) — Educação — A1

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil.

Educar em Revista (Impresso) — Educação — A1

PRETTO, Nelson De Luca; RICCIO, Nícia Cristina Rocha. A formação continuada de professores universitários e as tecnologias digitais.

Educar em Revista (Impresso) — Educação — A1

MAUES, Olgaíses. A reconfiguração do trabalho docente na educação superior.

Educar em Revista (Impresso) — Educação — A1

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. Educação a distância e efeitos em cadeia.

Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso) — Educação — A1

VILARINHO, Lúcia Regina Goulart; PAULINO, Camilla Lobo. Educação a distância no ensino superior brasileiro: das experiências pioneiras ao sistema de rede.

Revista Eletrônica de Educação (São Carlos) — Administração, Ciências Contábeis e Turismo — B2

BARRETO, Nelma Vilaça Paes. Os desafios da educação: a cibercultura na educação e a docência online.

Vértices — Interdisciplinar — B4

2011

CALDERON, Adolfo Ignacio; LOURENCO, Henrique da Silva. Ensino superior privado: expansão das cooperativas de mão de obra docente.

Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso) — Educação — A1

CALDERON, Adolfo Ignacio; POLTRONIERI, Heloisa; BORGES, Regilson Maciel. Os rankings na educação superior brasileira: políticas de governo ou de estado?

Ensaio (Fundação Cesgranrio. Impresso) — Educação — A1

TUMOLO, Paulo Sergio. Trabalho, educação e perspectiva histórica da classe trabalhadora: continuando o debate.

Revista Brasileira de Educação (Impresso) — Educação — A1

CALDERON, Adolfo Ignacio; PEDRO, Rodrigo Fornalski; VARGAS, Maria Caroline.

Responsabilidade social da educação superior: a metamorfose do discurso da UNESCO em foco.

Interface (Botucatu. Impresso) — Educação — A2

SIMONSON, Michael. Organização de cursos para Educação à Distância

Cibertextualidades 04 — Interdisciplinar — B4

MORÉ, Rafael Pereira Ocampo et al. Educação a distância e formação docente: o sistema Universidade Aberta do Brasil como forma de ampliar o acesso à educação superior
Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL — Educação — C

2012

GARONCE, Francisco; SANTOS, Gilberto Lacerda. Transposição midiática: da sala de aula convencional para a presencial conectada.

Educação & Sociedade (Impresso) — Educação — A1

GUIMARAES, Valeska Nahas; SOARES, Sandro Vieira; CASAGRANDE, Maria Denize Henrique. Trabalho docente voluntário em uma Universidade Federal: nova modalidade de trabalho precarizado?

Educação em Revista (UFMG. Impresso) — Educação — A1

RIBEIRO, Elisa Antonia. As atuais políticas públicas de avaliação para a educação superior e os impactos na configuração do trabalho docente.

Avaliação (UNICAMP) — Educação — A1

SANTOS, Sheila Daniela Medeiros Dos. A precarização do trabalho docente no Ensino Superior: dos impasses às possibilidades de mudanças.

Educar em Revista (Impresso) — Educação — A1

RODRIGUES, Leda Maria Borges da Cunha; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. Educação a Distância e formação continuada do professor.

Revista Brasileira de Educação Especial — Educação — A2

COSTA, Sirlene Fabris; RAUSCH, Rita Buzzi. DILEMAS DE PROFESSORES TUTORES INICIANTE NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.

Olhar de Professor (UEPG. Impresso) — Educação — B3

KNEIPP, Jordana Marques et al. Uma análise da produção científica brasileira sobre educação a distância.

Estudos do CEPE (UNISC) — Educação — B5

2013

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. A produção de professores nas escolas: o Sistema de Proteção Escolar e suas articulações saber/poder.

Educação e Pesquisa (USP. Impresso) — Educação — A1

AMORIM, Henrique. O tempo de trabalho: uma chave analítica.

Sociedade e Estado (UnB. Impresso) — Sociologia — A1

GOMES, Luiz Fernando. EAD no Brasil: perspectivas e desafios

Avaliação (UNICAMP) — Educação — A1

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo do. Expansão da educação superior no Brasil e a hegemonia privado-mercantil: o caso da unesa.

Educação & Sociedade (Impresso) — Educação — A1

MIRANDA, Carlos Eduardo Albuquerque; PRADO, Guilherme Do Val Toledo. Experiência de Ead na Formação de Gestores Educacionais
ETD. Educação Temática Digital — Educação — A1

PATO, Maria Helena Souza. O ensino a distância a falência da educação.
Educação e Pesquisa (USP. Impresso) — Educação — A1

SILVA JUNIOR, João Dos Reis; FERREIRA, Luciana Rodrigues; KATO, Fabíola Bouth Grello. Trabalho do professor pesquisador diante da expansão da pós-graduação no Brasil pós-LDB.
Revista Brasileira de Educação (Impresso) — Educação — A1

SANTOS, Francisco Kennedy Silva dos. Limites e possibilidades da racionalidade pedagógica no ensino superior.
Educacao e Realidade — Educação — A1

HOLANDA, Viviane Rolim de; PINHEIRO, Ana Karina Bezerra; PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag. Aprendizagem na educação online: análise de conceito.
Revista Brasileira de Enfermagem (Impresso) — Enfermagem — A2

MANCEBO, Deise. Trabalho docente e produção de conhecimento.
Psicologia & Sociedade (Online) — Educação — A2

CALDERON, Adolfo Ignacio. Terceirização do trabalho docente à luz da responsabilidade social da educação superior.
Trabalho, Educação e Saúde (Online) — Educação — B1

NEVES, Sander; GONÇALVES, Carolina. Educação a distância: avanços históricos e legislação
Tecer (Belo Horizonte) — Educação — B4

FERRUGINI, Lilian; SOUZA, Donizeti Leandro; SIQUEIRA Marcio; CASTRO, Cleber Carvalho. Educação A Distância Como Política De Inclusão: Um Estudo Exploratório Nos Polos Do Sistema Universidade Aberta Do Brasil Em Minas Gerais
Revista Gestao Universitaria na America Latina – GUAL — Educação — C

2014

AMORIM, Henrique. As teorias do trabalho imaterial: uma reflexão crítica a partir de Marx.
Caderno CRH (UFBA. Impresso) — Sociologia — A1

AMORIN, Henrique. O trabalho imaterial em discussão: teoria e política.
Caderno CRH (UFBA. Impresso) — Sociologia — A1

HUWS, Ursula Elin. Vida, trabalho e valor no século XXI: desfazendo o nó.
Caderno CRH (UFBA. Impresso) — Sociologia — A1

PRADO, Eleutério F. S.; PINTO, José Paulo Guedes. Subsunção do trabalho imaterial ao capital. Cad.
Caderno CRH (UFBA. Impresso) — Sociologia — A1

ROSSO, Sadi Dal. Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços.
Caderno CRH (UFBA. Impresso) — Sociologia — A1

SAMPAIO, Helena. Diversidade e diferenciação no ensino superior no Brasil: conceitos para discussão.

Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso) — Educação — A1

MARTINS, Andréa Arnaut Vieira; HONÓRIO, Luiz Carlos. Prazer e sofrimento docente em uma instituição de ensino superior privada em Minas Gerais.

Organizações & Sociedade (Online) — Interdisciplinar — B1

APÊNDICE 3 – Resultado da Classificação dos periódicos “A1” e “A2”, por período de publicação

PERIÓDICOS CLASSIFICAÇÃO SISTEMA WEBQUALIS “A1”	ANO DE PUBLICAÇÃO	N. DE ARTIGOS PUBLICADOS
Revista Educação & Sociedade. ISSN 0101-7330	2004,	05
	2005	02
	2006	06
	2007	06
	2008	06
	2009	08
	2010	03
	2012	01
	2013	01
		Total
ETD: Educação Temática Digital. ISSN 1676-2592	2009	02
	2010	01
	2013	01
	Total	04
Educação e Pesquisa (USP. Impresso). ISSN 1517-9702	2003	02
	2006	01
	2008	01
	2013	02
	Total	06
Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso). ISSN 0100-1574	2010	01
	2011	01
	Total	02
Educar em Revista (Impresso). ISSN 0104-4060	2006	02
	2008	01
	2009	01
	2010	03
	2012	02
	Total	09
Educação em Revista (UFMG. Impresso).ISSN 0102-4698	2006	02
	2012	01
	Total	03
Avaliação (UNICAMP). ISSN 1414-4077	2008	01
	2012	01
	2013	02
	Total	04
Psicologia: Reflexão e Crítica (UFRGS. Impresso). ISSN 0102-7972	2007	01
Sociologias (UFRGS. Impresso). ISSN 1517-4522	2009	01
	Total	01
Ensaio (Fundação Cesgranrio. Impresso), ISSN 0104-4036	2009	02
	2011	01
	Total	03
Revista Brasileira de Educação (Impresso).ISSN 1413-2478	2003	01
	2005	01
	2009	01
	2011	01
	2013	01
	Total	05
Sociedade e Estado (UnB. Impresso).ISSN 0102-6992	2013	01
	Total	01
Caderno CRH (UFBA. Impresso). ISSN 0103-4979	2010	01
	Total	01
Educação e Realidade ISSN 21756236	2013	01
	Total	01
Pró-posição (UNICAMP – Impresso) ISSN 0103-7307	2009	01
	Total	01
Total geral “A1”		64

Resultado da Classificação dos periódicos “A1” e “A2”, por período de publicação

PERIÓDICOS CLASSIFICAÇÃO SISTEMA WEBQUALIS “A2”	ANO DE PUBLICAÇÃO	NÚMERO DE ARTIGOS PUBLICADOS
Revista Brasileira de Educação Especial. ISSN 1413-6538	2012	01
	2013	01
		Total 02
Interamerican Journal of Psychology. ISSN 0034-9690	2009	01
Revista Diálogo Educacional (PUCPR. Impresso). ISSN 1518.3483	2009	01
Revista FAMECOS (Impresso).ISSN 1415-0549	2008	01
Revista Educação (PUCRS. Online). ISSN 1981-2582	2008	01
Revista de Administração Pública (Impresso). ISSN 0034- 7612	2006	01
Revista Brasileira de Enfermagem (Impresso). ISSN 0034- 7167	2013	01
Psicologia & Sociedade (Online). ISSN 1807-0310	2013	01
Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso).ISSN 0104.4478	2009	01
Psicologia em Estudo (Impresso) ISSN 1413-7372	2006	01
Interface (Botucatu. Impresso). ISSN 1414-3283	2011	01
Total geral “A2”		12

APÊNDICE 4 – Quadro de Resultado da Classificação WebQualis dos periódicos “B1” e “B2”, por período de publicação

PERIÓDICOS CLASSIFICAÇÃO SISTEMA WEBQUALIS “B1”	ANO DE PUBLICAÇÃO	N. DE ARTIGOS PUBLICADOS
Revista Educação (UFSM). ISSN 0101-9031	2007	01 Total 01
Revista Katálysis (Impresso). ISSN 1414-4980	2009	01 Total 01
Educação em Revista (UFMG. Impresso). ISSN 0102-4698	2007	01 Total 01
Trabalho, Educação e Saúde (Online). ISSN 1981-7746	2004 2006 2010 2013	01 01 01 01 Total 04
Total geral “b1”		07
PERIÓDICOS CLASSIFICAÇÃO SISTEMA WEBQUALIS “B2”	ANO DE PUBLICAÇÃO	N. DE ARTIGOS PUBLICADOS
Reflexão e ação (Online). ISSN 1982-9949	2009	02 Total 02
Trabalho, Educação e Saúde(Online). ISSN- 1981-7746	2005	01 Total 01
RAE (Impresso). ISSN 0034-7590	2004	01 Total 01
Fundamentos em Humanidades. ISSN 1515-4467	2009	01 Total 01
Revista Eletrônica de Educação (São Carlos). ISSN 1982-7199	2010	01 Total 01
Total geral “a2”		06

APÊNDICE 5 – Trabalho docente no ensino superior a distancia em instituições privadas

Roteiro para a leitura dos artigos selecionados

IDENTIFICAÇÃO	
Título	
Localização	
Referência bibliográfica	
ESPECIFICAÇÕES	
Tema Central	
Objetivo	
Conceitos Adotados	
Concepção Teórica	
Metodoloiga	
Referencial teórico adotado	
CONTRIBUIÇÕES PARA A PESQUISA	